



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**CÍCERA ROZIZÂNGELA BARBOSA RIBEIRO**

**NEGRAS CELEBRAÇÕES: O MOVIMENTO NEGRO CEARENSE E  
OS SENTIDOS DA LIBERDADE (1984-1995)**

**FORTALEZA**  
**2024**

CÍCERA ROZIZÂNGELA BARBOSA RIBEIRO

NEGRAS CELEBRAÇÕES: O MOVIMENTO NEGRO CEARENSE E OS SENTIDOS DE  
LIBERDADE (1984-1995)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Memória e Temporalidade.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Bulhões de Jesus Santos.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- R368n    Ribeiro, Cícera Rozizângela Barbosa.  
          NEGRAS CELEBRAÇÕES: : O MOVIMENTO NEGRO CEARENSE E OS SENTIDOS DA  
          LIBERDADE (1984-1995) / Cícera Rozizângela Barbosa Ribeiro. – 2024.  
          120 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-  
          Graduação em História, Fortaleza, 2024.  
          Orientação: Prof. Dr. Leandro Bulhões de Jesus Santos. .
1. Movimento Negro. 2. Liberdade. 3. Celebrações. 4. Quilombos. I. Título.

CDD 900

---

CÍCERA ROZIZÂNGELA BARBOSA RIBEIRO

NEGRAS CELEBRAÇÕES: O MOVIMENTO NEGRO CEARENSE E OS SENTIDOS DE  
LIBERDADE (1984-1995)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Memória e Temporalidade.

Aprovada em: 14/08/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Leandro Bulhões (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Arílson dos Santos Gomes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Maria Telvira da Conceição  
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dedico este trabalho à minha mãe Francisca e ao meu pai Manuel, por terem sonhado e realizado junto comigo cada sonho ancestral. Dedico igualmente, ao meu pequeno Manuel, por ser meu afrofuturismo.

## AGRADECIMENTOS

*Na hora que a gente menos espera  
No fim do túnel aparece uma luz  
A luz de uma amizade sincera  
Para ajudar carregar nossa cruz  
Foi Deus quem pôs você no meu caminho  
Na hora certa pra me socorrer  
Eu não teria chegado sozinho  
A lugar nenhum se não fosse você.*

Essa pesquisa não durou o curso da sua escrita, ela carrega a militância de quase 20 anos de leitura, diálogos, aprendizados e pesquisa. Em 2024 eu escolhi encerrar esse ciclo de forma silenciosa e de encontramentos com as várias temporalidades que minhas existências de mulher, historiadora, educadora, pesquisadora, marcada pela raça, gênero e classe social pudessem fazer exercícios de retorno para lugares que me fortalecem e arrancamentos de onde meu orí se perdia da minha ancestralidade.

Agradeço inicialmente a todas e todos que vieram antes de mim e dedicaram suas vidas a luta por memória, justiça e humanização dos nossos corpos pretos, acredito que eles continuam guardando e guiando nossos passos.

Agradeço de forma amorosa pela qual fui envolvida desde o início da minha vida à minha Mãe Francisca Barbosa, meu pai Manuel que me ensinaram a beleza de ser uma criança negra, e impulsionaram encorajamentos para uma existência plural, e coletiva. Agradeço os abraços do meu pequeno Manuel, e nossas longas conversas cheias de planos para sermos cada vez mais felizes depois que esse texto fosse entregue.

Minha família é do Sertão cearense, mais precisamente da região dos Inhamuns, nessa linha que atravessa o Atlântico e chega no meu corpo, quero abraçar e agradecer minha família no meu irmão Chaguinha, e minhas irmãs Ranha e Nananha, que torceram por mim a cada pequeno passo dessa caminhada, e celebraram cada conquista. Meus irmãos-sobrinhos-cumplices David e Dávila que também escolheram a educação como paixão, devoção e trabalho, partilhar a vida com vocês é meu verdadeiro presente ancestral. A Yohanna, que é minha primeira sobrinha, por me acolher e salvar em relatos urgentes e sempre dramáticos. Obrigada também a todas as crianças da minha família que me cercam e são amadas: Jade, Kayros, Ruth e Maria.

Um obrigada com sorriso largo para meu orientador-inspiração Leandro Bulhões, relembrar nosso primeiro encontro e todos os outros seguidos de atenção, compreensão,

concentração, sambas, abraços apertados e conversas longas me dão esperanças de que nossa ciência é feita de avessos, engajamentos, delicadezas e leveza.

Gostaria de agradecer toda a gentileza e leitura atenciosa da minha banca preta de historiadores comprometidos, desde a qualificação, onde eu saí disposta e empolgada para finalizar estas reflexões, professor Arílson dos Santos e professora Maria Telvira.

Meu obrigada de longa duração as professoras e professores que me formaram e se tornaram amigas, amigos e companheiros de profissão: Ana Rita, Fred Neves, Berenice, Franck Ribard, Kênya Rios, Jaílson, Ana Amélia e Gilberto.

Escolhi ser uma amiga dedicada e ganhei verdadeiras irmãs e parceiras de trajetórias. Meu muito obrigada a minhas amadas Anna Carmen, Idalina, construímos a ponte Fortaleza-Salvador mais bonita dessa vida. Obrigada a Eryka Maria, que comemora comigo todas as conquistas há 25 anos com uma empolgação cada vez maior, mesmo quando perco a dimensão da caminhada, obrigada meu bem.

Jana e eu somos inseparáveis desde 2004, enfrentamos tantos desafios e continuamos motivando uma a outra e superando juntas cada desafio. Junto com Joaquim, nosso amor atravessa o país e chega no Rio de Janeiro. Sarah, Kall e Rosa são minhas amigas que não deixaram eu esquecer os motivos pelos quais eu não deveria desistir desse e de outros planos. Sou eternamente grata a Kaká, Rayanna, Amanda e Camila por atravessarmos tantas aventuras juntas de transformações e cumplicidades.

Agradecer minha preta Tati obrigada por ouvir vários e longos áudios sobre profundas reflexões e me acolher em cada uma delas. Ana Carla seu lar e sua biblioteca foram abraço e repouso encorajadores para o fluxo desse percurso! Raquel, Vitão e Liana me abraçaram apertado ao som das nossas canções favoritas me dando forças para seguir firme. Tuyra e eu escolhemos cotidianamente seguirmos juntas nessa jornada, com poesia e delicadezas. Emilu encarajou com palavras e visitas restauradoras essa caminhada nem sempre prazerosa. Amo todas vocês!

Gostaria de agradecer minhas pretinhas parceiras de leituras, de textos, de trocas incansáveis, elas fizeram esse percurso acadêmico ser muito menos sofrível, Joseli e Yasmin refizemos nosso quilombo a cada encontro.

Muito obrigada aos meus desde tempos do PNV: Gil, Alexandre, Renato, Auriene, Bruno bio, Pedro, João e Rodrigo continuamos juntos nessa trincheira com o coração espalhado pelo Brasil (Manhã, Piauí, São Paulo, Alagoas e Rio Grande do Norte), obrigada por ensinarem a rir juntos de nós mesmos.

Obrigada também a minha mais antiga confraria me reergueram em momentos que eu não sabia que era possível, Ely, Diego, Carol, Mário, Débora, Auri, Arê e Renato. Obrigada a minha amiga e corretora da versão final desse texto Jéssica Lilian.

Não teria conseguido conciliar minha profissão de professora da Rede Estadual com a escrita desse texto sem a irmandade, amizade e gentileza de vários amigos da EEFM Paróquia da Paz, assim como minhas ex gestoras: Mabelle, Joene e Juliete, e como as atuais gestoras: Eliana, Ione, Natália e Vera. Os amigos que extrapolaram os muros da escola e seguem t-o-d-o-s os dias na minha vida: Eudo, Samuel, Eva, Neyla, Ronildo, Isabel e Rogério meu muitíssimo obrigada pelos ouvidos dispostos a ouvir longos desabafos e desafios.

Obrigada aos meus estudantes que me motivaram com abraços, sorrisos, uma confiança esperançosa. Meu muito obrigada por renovarem a minha fé na educação como espaço de transformação.

Não posso esquecer dos meus abençoados e milagre 2022/2023/2024 bolsistas do Residência Pedagógica UFC. Foram essenciais para que eu conseguisse desafiar a física e sim estar em mais de 1, 2 ou até mesmo 3 lugares ao mesmo tempo. Todos os obrigadas nunca serão suficientes para agradecer o que vocês, Pedro, Raíssa, Vitor, Pedro e Vivian fizeram por mim

Agradecer a Rede de Historiadorxs Negrxs, ao grupo de estudos Caldeirão, e ao meu mestre e interlocutor professor Hilário Ferreira. Obrigada aos amigos Matheus Inocêncio, Louise Santana, Aterlane, Vitinho, Wesceley, Lucas, Kelly, Marcos Evangelista, Valéria Pinheiro, Raquel Andrade, Natália, Aline, Socorrinha, Larissa SP pelos espaços seguros de irmandade e companherismo, as minhas pretinhas Alice e Luana por estarmos sempre em conexão e aquilombadas.

Obrigada a todas trabalhadoras e trabalhadores do Museu do Ceará e da equipe da Associação de Amigos do Museu do Ceará e do Museu de Arte Contemporânea (MAC - Dragão do Mar), por receberem minhas reflexões em formato de exposição, ensaios para as reflexões propostas nesse texto. Obrigada Ana Aline Furtado pelo presente: Anas, Simoas e Dragões.

Obrigada aos profissionais da saúde Lilian e Raphael Gadelhas por me acompanharem desde 2018, cuidando da minha saúde com compromisso e compreensão admiráveis, sou eternamente grata a vocês.

Obrigada especial a minha irmã, Maria Regina com quem divido nosso lar-quilombo Tia Preta Simoa e abriu mão de tantos cotidianos para que eu conseguisse exercitar a escrita de forma tranquila e concentrada. Muito obrigada, de todo meu coração!



E finalmente agradecer, Marquinhos Abu que chegou com palavras que abraçam, sorrisos que deram fôlego para encarar a fase final mais desafiadora de todas. Nosso encontro na hora certa, me reconectou com esses passos que vem de longe, obrigada.

“Há um nível de felicidade, de amor, de  
ternura,  
em relação ao movimento negro,  
em relação às palavras que estou dizendo.  
Eu quero dizer a você,  
a você que está aqui comigo,  
e a todo mundo,  
que é em um momento como esse  
que se estabelecem em mim  
as entidades da nossa ideologia,  
do nosso mundo.  
A nossa Oxum, a nossa Iansã,  
a nossa Nanã, nossas mães,  
de todas as culturas do mundo,  
que acho que no momento a grande ansiedade,  
a grande busca de outras mulheres...”  
(BEATRIZ NASCIMENTO).

“Quando nós falamos tagarelando  
E escrevemos mal ortografado  
Quando nós cantamos desafinando  
E dançamos descompassado  
Quando nós pintamos borrando  
E desenhamos enviesado  
Não é por que estamos errando  
É porque não fomos colonizados.”  
(BISPO).

## RESUMO

A dissertação percorre os sentidos de liberdade evocados pelo movimento negro no Ceará organizado a partir de 1982, pelo Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON). Analisa também a considerada grande imprensa (O Povo e o Diário do Nordeste), entrevistas, e palestras dos militantes e as disputas pelas narrativas construídas em torno de dois marcos oficiais de liberdade: o 25 de março de 1884 e o 13 de maio de 1888, bem como, entender a criação de um terceiro marco não institucionalizado, mas criado a partir da luta protagonizada pelo povo negro em todo o país, me refiro ao 20 de novembro de 1965, e seu tricentenário em 1995, no qual é celebrada a memória de Zumbi e do Quilombo dos Palmares. Os Afro-patrimônios nos inserem ao processo de invenção de outras memórias para a trajetória do povo negro. Busquei aprofundar conceitos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, a saber: Celebração, Temporalidade, Liberdade quilombos, quilombismo, aquilombamento.e Ancestralidade como espectros centrais do meu debate. Os questionamentos dos marcos estabelecidos como oficiais e suas disputas nos espaços da cidade, nas temporalidades diversas e nos sentidos variados de Liberdade agenciados pelo povo negro foram as “chaves” que utilizadas para entender as mobilidades das narrativas durante os centenários das rememorações e celebração das Liberdades.

**Palavras-chave:** Movimento Negro; Liberdade; Celebrações; Quilombos.

## RESUMÉ

A dissertation explore les sens de la liberté évoqués par le mouvement noir au Ceará, organisé à partir de 1982 par le Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON). Elle analyse également la grande presse considérée (O Povo et le Diário do Nordeste), les entretiens et les conférences des militants ainsi que les luttes pour les récits construits autour de deux jalons officiels de la liberté : le 25 mars 1884 et le 13 mai 1888, ainsi que la compréhension de la création d'un troisième jalon non institutionnalisé, mais créé à partir de la lutte menée par le peuple noir dans tout le pays, je fais référence au 20 novembre 1695, et son tricentenaire en 1995, lors duquel la mémoire de Zumbi et du Quilombo dos Palmares est célébrée. Les Afro-patrimoines nous plongent dans le processus d'invention d'autres mémoires pour l'histoire du peuple noir. J'ai cherché à approfondir les concepts fondamentaux pour le développement de ce travail, à savoir: Célébration, Temporalité, Liberté des quilombos, quilombisme, aquilombamento et ancestralité comme spectres centraux de mon débat. Les questionnements sur les jalons établis comme officiels et leurs luttes dans les espaces de la ville, dans les temporalités diverses et dans les sens variés de la Liberté engagés par le peuple noir ont été les "clés" utilisées pour comprendre les mobilités des récits lors des centenaires des commémorations et des célébrations des Libertés.

**Palavras-chave:** Mouvement Noir; Liberté; Célébration; Quilombos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Rua Princesa Isabel.....	27
Figura 2- Modelo de Placa padrão das ruas de Fortaleza com a homenagem à Princesa Isabel.....	28
Figura 3- Estátua em homenagem a Chico da Matilde, Dragão do Mar.....	30
Figura 4- Busto em homenagem à Princesa Isabel.....	31
Figura 5- Mapa localização da Festa 100 anos do 13 de maio, com distâncias entre polos de presença do movimento negro.....	32
Figura 6- Edição do jornal o POVO sobre a Festa da Raça.....	34
Figura 7- Estátua de Borba Gato queimando.....	49
Figura 8- Jornal o Povo 13 de Maio de 1988.....	53
Figura 9- Mapa da Avenida 13 de Maio em Fortaleza.....	57
Figura 10- Fachada do Palácio da Abolição do lado da Rua Desembargador Moreira.....	60
Figura 11- Mapa da Avenida Abolição em Fortaleza-CE.....	61
Figura 12- Fachada do Plenário 13 de Maio- Assembleia Legislativa do Ceará.....	62
Figura 13- Registro da parte interna do Plenário 13 de Maio- Assembleia Legislativa do Ceará.....	63
Figura 14 - Edição do dia 13 de maio de 1988- Diário do Nordeste.....	66
Figura 15 - Edição do dia 13 de Maio de 1988 - Diário do Nordeste.....	67
Figura 16 - Edição Jornal O POVO, 13 de Maio de 1988.....	69
Figura 17- Placa da Rua 25 de Março - Fortaleza.....	72
Figura 18- Rua 25 de Março.....	76
Figura 19- Quadro Fortaleza Liberta.....	77
Figura 20- Mapa de localização da Festa dos Cem Anos do 13 de maio.....	96
Figura 21- Imagem identificada como Retrato de Anastácia.....	99
Figura 22 - Oração da Anastácia Livre.....	100

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

GRUCON	Grupo de União e Consciência Negra
PPG	Programa de Pós-Graduação em História
UFC	Universidade Federal do Ceará
MNU	Movimento Negro Unificado
CELAM	Conferências Episcopais da América Latina e Caribe
TEN	Teatro Experimental do Negro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: Escritos de Liberdade</b>	<b>144</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 01: "13 DE MAIO NÃO É DIA DE NEGRO"</b>	<b>25</b>
<b>2.1</b>	<b>Destronando as narrativas isabelinas</b>	<b>25</b>
<b>2.2</b>	<b>AfroPatrimônios e Liberdade Negra: Movimento negro e os debates na imprensa</b>	<b>42</b>
<b>2.3</b>	<b>Agenciamentos da memória negra: Articulações brancas</b>	<b>53</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 02: NARRATIVAS SOBRE O 25 DE MARÇO</b>	<b>64</b>
<b>3.1</b>	<b>Luta pelo desencastelamento da data Magna do Ceará.</b>	<b>64</b>
<b>3.2</b>	<b>Monumentalização do 25 de Março: Geografia da liberdade.</b>	<b>76</b>
<b>3.3</b>	<b>Aquilombamento e Quilombismo: Maria Lúcia Simão e as Lutas pelas liberdades negras no Ceará.</b>	<b>83</b>
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 03: ROTAS DE RESISTÊNCIA NO CEARÁ: LUTAS NEGRAS PELA LIBERDADE</b>	<b>96</b>
<b>4.1</b>	<b>Travessias da Resistências: Grucon em movimento.</b>	<b>96</b>
<b>4.2</b>	<b>Balanço do associativismo negro no Ceará: A mobilização de tecnologias de sobrevivência.</b>	<b>106</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>112</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO: Escritos de Liberdade

Em 13 de maio de 1988, o Jornal O Povo anunciava a *Festa da Raça* a ser realizada na Volta da Jurema, Fortaleza, Ceará. Nesse local, maracatus, um coral ligado à Universidade Federal do Ceará e outros grupos artísticos rememorariam o centenário da abolição dos negros no Brasil. No contexto mencionado, os povos escravizados no Brasil já estavam libertos há cerca de 100 anos e, no Ceará, há 104 anos. Mas livres de quem? Ou do quê? Cem anos após o fim da comercialização de pessoas quem participou das festas sobre as liberdades? O que era liberdade para os descendentes de africanas e africanos no território cearense?

Enquanto província e mesmo depois quando recebe o *status* de estado do Ceará a partir da república, este território reivindicava e, ainda hoje reivindica para si o título de *Terra da Luz*. Isso devido ao fato de que, em 25 de março de 1884, quase todas as suas vilas e cidades haviam abolido o comércio de pessoas. Na comemoração de 100 anos do ocorrido, questionamo-nos: Quem teria sido lembrado durante a *Festa da Raças* por essa conquista? Quais personagens são homenageados e passaram a nomear as ruas e praças como símbolo dessa luta? Quais monumentos lembram o pioneirismo cearense? Quem ainda estava em luta por liberdade 100 anos após a institucionalização dessa liberdade? <sup>1</sup>

Nesta pesquisa investigo os sentidos de liberdade evocados pelo movimento negro no Ceará organizado a partir de 1982 no Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON). Analisa também a considerada grande imprensa e as disputas pelas narrativas construídas em torno de dois marcos oficiais de liberdade: o 25 de março de 1884 e o 13 de maio de 1888, bem como busco entender a criação de um terceiro marco não institucionalizado, mas criado a partir da luta protagonizada pelo povo negro em todo o país, me refiro ao 20 de novembro de 1695, e seu tricentenário em 1995, no qual celebra-se a memória de Zumbi e do Quilombo dos Palmares.

---

<sup>1</sup> Quando utilizo o termo “quase” na expressão “quase toda a província” estou me referindo à Milagres como exceção, cidade há 401 km de distância de Fortaleza. Mesmo após a abolição da escravatura no Ceará, o pesquisador Bill Chandler (1966) destaca a manutenção de 200 escravizados na cidade de Milagres. A denúncia foi registrada pelo jornal da Sociedade Libertadora Cearense — *Libertador* — em outubro de 1886, que acusava “[...] o assentimento do presidente da Província e do Inspetor do Tesouro.” Com demora e conivência, além de não serem multados como previa a Lei, os escravizadores foram beneficiados com a possibilidade de manter os seus escravizados por mais três anos de serviços para não deixar “desertas as senzalas”. Portanto, a abolição não acontece de forma total em todas as cidades e vilas do Ceará em 1884. In: Revista do Instituto Histórico do Ceará. In: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1966/1966-RevisionismoHistoricoeaHistoriadoCeara.pdf>.



Ao me lançar no passado a partir do recorte proposto e ao acompanhar as narrativas textuais, orais e imagéticas, revejo a polissemia presente na noção de liberdade e das múltiplas versões da história ligadas a ela, ora esfaceladas, ora amontoadas pelas memórias em disputa. A pesquisa intitulada “Negras Celebrações: o movimento negro cearense e os sentidos da liberdade (1982-1995)” tem o desafio de colaborar com o debate sobre a análise das formas pelas quais os sentidos de liberdade foram disputados pelos Movimentos Negros nos marcos de rememoração e celebração entre 1982 e 1988, e ainda refletir acerca das memórias e das narrativas sobre as mobilizações sociais de combate ao racismo, colhidas nas vivências e dinâmicas dos sujeitos envolvidos nesse recorte.

Enquanto cursava a disciplina Seminário de Pesquisa 1 no 1º semestre do mestrado acadêmico em 2021, o professor Jáilson Pereira nos perguntava, na ocasião de uma de suas aulas, qual era o sentimento que nos moviam em direção a escrita de nossas dissertações. Esquadrinhando as minhas inquietações eu me percebia, por inúmeras vezes, tomada pelo ímpeto de ativar as memórias em torno destas datas. Sou movida pelo mesmo sentimento de indignação dos meus antepassados, quando atesto que ainda estamos em busca de algo que a própria História deve à população negra deste país. Estudo este tema com a perspectiva de caminhar em direção à liberdade do povo negro!

Escolho iniciar as reflexões a partir do marco nacional, passando por datas consagradas na cronologia oficial, por saber da dimensão que o episódio de 13 de Maio tomou e como povoa nos dias atuais o imaginário de alguns segmentos da sociedade brasileira. O Brasil vivia sob o regime monárquico no contexto da abolição da escravização, momento em que a filha do Imperador D. Pedro II do trono da família Bragança de Orleans, princesa Isabel Cristina assina a Lei Áurea:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Brasil. Lei Imperial n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Lei Áurea. Paço do Senado. Rio de Janeiro. In : <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385454>. Acesso em 19 de março de 2024.

Entretanto, ao Ceará coube a particularidade, em termos oficiais, de abandonar a prática do comércio de escravizados desde 1884, ou seja, quatro anos antes da assinatura da referida Lei Áurea. Esse ato rendeu ao Ceará o batismo de uma de suas cidades que antes era chamada de Acarape e passou a receber um novo nome – Redenção.<sup>3</sup> Desta forma, as duas datas mencionadas, 25 de março e 13 de maio, passaram a disputar as narrativas de destaque como marco oficial da Liberdade dentro do território cearense.

A partir destes marcos observamos como a movimentação de mulheres e homens negros no campo dos movimentos sociais, e na luta por direitos a partir dos anos 1980, muitos deles passaram a se reunir e a desenvolver estratégias de superação da estrutura de desigualdade social baseada principalmente no quesito racial, herança do processo escravista.

Os afro-patrimônios aparecem, nesse debate, como imprescindíveis ao processo de invenção de outras memórias para a trajetória do povo negro. Conceição Evaristo, autora que cria o conceito de *escrevivências*, ao contar a partir de si a história do povo negro, ela nos lembra que entre o acontecimento e a narração do fato há um espaço em profundidade, e foi nesse espaço profundo e potente que aconteceu a reivindicação pela concretização da memória negra promovida na geografia das cidades.<sup>4</sup>

No Ceará, tivemos e temos a atuação de destaque de uma mulher negra chamada Maria Lúcia Simão. A ela coube a fundação do Grucon que, na ação coletiva, estabelece táticas de enfrentamento ao racismo no contexto de reestruturação democrática do país em 1988. Naquele momento, a população negra estava organizada em movimentos sociais inspirados em formatos, expressos nos conceitos de: quilombos, quilombismos e aquilombamentos.

Para a realização desta pesquisa, selecionei os jornais: *O Povo* e o *Diário do Nordeste* para desenvolver a metodologia da análise do discurso, instigada pelas reflexões de Eni Puccinelli Orlandi. Recortei as notícias que apareceram naqueles periódicos durante os meses de março, maio e novembro entre os anos 1980 a 1995 sob o propósito de encontrar as evidências da exclusão negra já mencionada anteriormente nos textos escritos e nos silêncios significantes da imprensa. Observei a relação entre os membros dos movimentos negros e a imprensa quando consultados nas reportagens especializadas sobre o racismo e a abolição.

---

<sup>3</sup> A alteração do nome de Acarape para Redenção dá-se no momento em que o distrito de Baturité é elevado à condição de cidade com a denominação de Redenção pela lei provincial nº 2167, de 17-08-1889.

<sup>4</sup> Conceição Evaristo é uma autora brasileira, mineira, que elaborou o conceito de *escrevivência*, onde realiza a fusão entre conceitos de escrita e vivência. Neles o desejo e o modo de escrever trazem à tona memórias vividas, esfaceladas, acontecimentos, narrações e invenções para a literatura que expressa a mistura entre a sua voz, suas experiências e a fala dos outros.

Também estive atenta às propagandas de festas que convidavam a população de forma geral para as programações oficiais das celebrações negras.<sup>5</sup>

Importante salientar que este projeto se desenvolveu durante a pandemia causada pela SARS-COVID 19, que chegou ao Brasil em março de 2020 e que nos obrigou a ficar em quarentena impondo o desafio de continuar vivendo em sociedade a partir da modalidade que nos acostumamos a chamar de *remota*.<sup>6</sup>

Devido a esse fato as entrevistas que estavam previstas para acontecerem foram substituídas por análises de falas públicas em encontros virtuais como as disponíveis nas plataformas do tipo *YouTube*, *Vimeo* e *Instagram*, ou ainda, entrevistas já concedidas a outros pesquisadores e não interpretadas sob a perspectiva dos autores que reunir no escopo deste texto.

Em meio as aulas remotas de História na educação básica, onde atuo, ocorridas de março de 2020 a fevereiro de 2022, consegui incluir na minha rotina cursos sobre autoras/es contra-hegemônicas/os como Franz Fanon, Beatriz Nascimento, Grada Kilomba e Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Antônio Nego Bispo, conciliando as leituras com as reuniões remotas do grupo de estudos Caldeirão - Confluências Contracoloniais.<sup>7</sup>

Portanto, os debates subsidiados por aquelas leituras e as minhas vivências cotidianas passaram a delinear os contornos do projeto de pesquisa apresentado para a seleção do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC) em janeiro de 2021. Após minha aprovação as aulas iniciaram em maio do mesmo ano.

Elaboro as reflexões presentes neste estudo em primeira pessoa do singular, pois me comprometo com um passado mobilizado por gente negra em suas coletividades. Busquei aprofundar conceitos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, tais quais:

---

<sup>5</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli, *As formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos*. Editora da Unicamp, 2007.

<sup>6</sup> Entre março de 2020 até meados de 2022, as aulas, os encontros acadêmicos e as palestras aconteceram de forma remota, através de aplicativos, das redes sociais e de plataformas como *Google Meet*, *Zoom*, dentre outros da mesma modalidade.

<sup>7</sup> O grupo Caldeirão - Confluências Contracoloniais existe com esse nome desde 2020. Recebeu essa denominação em referência ao movimento liderado pelo beato José Lourenço na região do Cariri-Ce, sendo entendido como resistência pelo intelectual quilombola Nego Bispo. O grupo de estudos reúne pesquisadoras e pesquisadores com produção de conhecimento contracolonial, reconhecendo os saberes dos povos tradicionais como elementos constituidores de ciência. Os cientistas pesquisam temas relacionados às invisibilidades, os silenciamentos, os genocídios, os racismos, as violações de direitos dos povos indígenas e quilombolas, mas também sobre a oralidade, as memórias, os patrimônios, as resistências, as autonomias, as produções de conhecimento na América e na África. É coordenado pelos professores Leandro Bulhões (UFC) e Franck Ribard (UFC). Conta com a participação de bolsistas de graduação, mestrado, doutorado e professores das áreas de Humanas.

Celebração, Temporalidade, Liberdade, Ancestralidade, Quilombo, Quilombismo e Aquilombamento como espectros centrais do meu debate.

A noção de liberdade que pretendo abordar transita entre várias autoras, referindo-se à trajetória do povo negro no Brasil. Parto das reflexões da historiadora Renata Moraes (2012)<sup>8</sup>, das quais visualizou um recorte de liberdade sem plenitude para a população negra, pois não pôde ser gozada por estar amarrada apenas a uma perspectiva de liberdade jurídica, faltando a liberdade de acesso à dignidade humana. Compreendo que liberdade seja um conceito histórico e em constante construção, neste caminho me acompanhei dos trabalhos que reuni e que versam sobre esse termo e em torno de uma trajetória de reflexões de autores brasileiros, entre as quais destacam-se mulheres negras e da diáspora.

Patrícia Hill Collins examina o Pensamento Feminista Negro e aponta uma experiência pessoal para partilhar sua noção de liberdade. No que concerne à autora, as alterações nas estratégias de resistência são poderosas e podem estar em constante transformação. Os movimentos negros vão adaptando-se de acordo com o tempo e as possibilidades disponíveis. Ela aponta que:

Quando minha mãe começou a me ensinar a ler me levou à biblioteca pública aos cinco anos de idade e me disse que aprender a ler me faria experimentar uma forma de liberdade, nem ela nem eu nos dávamos conta da magnitude daquele gesto em minha vida e na vida das pessoas que posteriormente tiveram contato com o meu trabalho. À medida que as pessoas pressionam, se afastam e modificam os termos de sua participação nas relações de poder, o formato dessas relações mudam para todas (COLLINS, 2019, p.37)

Nas noções de liberdade apontadas por mulheres negras, como a autora Collins e Nilma Gomes, percebo que há embutidas nelas uma ideia de acesso a direitos, como instrução e educação. A professora Nilma trás reflexões sobre as mobilizações do movimento negro educador como fator articulador que instigou a cobrança de políticas públicas do Estado, e nas ausências dessas criou-se estratégias próprias e novas para educar seu povo. O movimento negro sob a ótica dela não se dedica, ou se limita, apenas a denunciar o racismo estrutural vigente na sociedade. Fundamentalmente, existe em suas práticas a legítima tentativa de modificar, de alterar o cenário observado e vivido pela população negra.

---

<sup>8</sup> MORAES, Renata Figueiredo. **As Festas da Abolição**: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908). Tese de doutorado. PUC-RJ, 2012.

Quanto à Patrícia Collins, há a representação de sua experiência pessoal, atrelada ao sentido de liberdade possibilitado pela leitura, e o impacto da mesma em sua vida, já que através da leitura e escrita houve o acesso a transformação das suas experiências..<sup>9</sup>

É sabido que as populações negras brasileiras foram impedidas de frequentar a escola. Segundo o Decreto Imperial 1331-A de 1854, no artigo 69, lê-se:

Art. 69. Não serão admittidos à matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vaccinados.

§ 3º Os escravos. [grifo próprio]<sup>10</sup>

Aqui se torna imprescindível o questionamento acerca de quem a presença negra no universo educacional ameaçava, por certo, a inserção da população negra era entendida como perigosa aos olhos de um grupo privilegiado da qual fazia parte a elite brasileira. A proibição denunciava o sentimento de perigo e risco da ordem, caso os escravizados estivessem recebendo instrução. O cerne do funcionamento da sociedade colonial acontecia nessa diferença de acesso à educação e desumanização.

Acredito que as já mencionadas intelectuais negras reuniram em seus escritos, análises que levaram em conta um senso de justiça social e ancestralidade coletivos imbricados ao conceito de liberdade que o povo negro reivindica para si, e que utilizei nessa pesquisa.

Abordo ainda neste trabalho a noção de “*comemoracionismo*”. Essa opção de interpretação encontra sua justificativa a partir da aplicabilidade forjada por grupos e/ou nações que conceberam e reafirmaram suas histórias oficiais. Fernando Catroga (2005) nos alerta que as comemorações têm o objetivo de presentificar o tempo atual.

A partir do ingresso de intelectuais negros e negras nos cursos de pós-graduação de História houve significativas transformações no tratamento acerca dos sujeitos negros nos recortes temporais marcados pelo escravismo. No Ceará, o evento “Memórias de Baobá”, organizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, assim como, o congresso “Artefatos da Cultura Negra” e o “Seminário Negras e Negros no Ceará”, este último, tendo sua entrada registrada a partir do ano de 2019, têm sinalizado novos caminhos nos

<sup>9</sup> GOMES, Nilma Lino Gomes. Movimento Negro Educador

<sup>10</sup> Brasil. Decreto Imperial 1331-A de 1854, no artigo 69. Paço do Senado. Rio de Janeiro. In : <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385454>. Acesso em 19 de março de 2024.

sentidos historiográficos sobre a escrita da presença de negros e negras em tempos pretéritos e afrofuturistas.<sup>11</sup>

Em nível nacional, temos os GT Mundos do Trabalho, o GT Pós-Abolição e o GT Emancipações ligados à Associação Nacional de História (ANPUH) e à Rede de Historiadores Negros da qual eu faço parte. Todas essas articulações contribuem para as recentes alterações nos referenciais de estudos sob a perspectiva racial do ponto de vista do campo histórico e, em geral, das Ciências Humanas.<sup>12</sup>

Quando muitos sujeitos negros entendem coletivamente a sua trajetória histórica a partir de resistências, festas, sociabilidades firmadas em outros fundamentos, afastados da perspectiva da escravização eles conseguem construir e reconhecer a revisão de eventos históricos e de arcabouço conceitual que perpassam temporalidades diversas. Foi desse modo que as leituras contra-hegemônicas realizadas no grupo de estudo Caldeirão me permitiram encarar a categoria de sujeito em dois sentidos. O primeiro sentido, a partir daqueles que detêm o poder, quando estabelecem as narrativas hegemônicas sobre os patrimônios da cidade, celebrando uma memória do período escravista entendida a partir da perspectiva de sujeitos não racializados, privilegiados. E o segundo, que está fundamentado em sujeitos que no âmbito da coletividade, a partir da análise dos posicionamentos dos movimentos sociais, foram classificados como movimento negro, mas poderiam ser entendidos como o pensamento negro, ou afro-brasileiro, sendo ele, o que possibilita e fundamenta as novas interpretações acerca da sociedade e desse respectivo grupo que, por sua vez, o inclui na história nacional.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> O primeiro evento mencionado é realizado pelo Núcleo de Africanidades Cearenses (NACE). O evento acontece geralmente sob a sombra do baobá centenário, na Praça dos Mártires (mais conhecido como Passeio Público em Fortaleza), ou na FAGED (Centro de Humanidades 1-Campus Benfica) e, de forma itinerante, em algumas comunidades quilombolas do Ceará. Já o “Artefatos da Cultura Negra” está na sua XIV edição e, segundo informa o site oficial, trata-se de “*um congresso de caráter internacional e multidisciplinar que busca criar um território de conhecimentos e de promoção de uma educação antirracista envolvendo universidades, ativistas dos movimentos sociais, escolas de educação básica e comunidades tradicionais, ao tempo em que se constitui enquanto espaço importante de proposição de políticas públicas antirracistas.*”. As edições aconteceram na região do Cariri e tem mobilizado estudos e ações em torno da Cultura Negra no Ceará. Por fim, o Seminário de Negros e Negras, articulado desde 2019, tem empreendido diálogos entre pesquisadores negros e membros das gerações anteriores do movimento negro, evento igualmente itinerante, já realizado na Universidade Regional do Cariri (URCA) e na Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Campus Quixadá.

<sup>12</sup> A Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros: divulgação, fortalecimento, diálogo, construção coletiva, está presente nas redes sociais com páginas no *Instagram*, *Facebook* e *Youtube*, com coluna fixa nos portais da *UOL* e *Geledés*. O grupo opera com historiadores em o todo o país, articulando-se em eventos como Ocupação HN na Imprensa, Jornadas de partilha de pesquisa como a que ocorreu recentemente contando com a participação de Beatriz Nascimento, além de publicação de pesquisas como o Dossiê temático “Repensando o Tráfico Transatlântico de Africanos Escravizados na Era da Illegalidade” Afro- Ásia. N.65 (2022).

<sup>13</sup> Passei a frequentar as reuniões do Grupo Caldeirão desde 2020, analisando textos de autores contra-coloniais como Antonio Nego Bispo, Leda Maria Martins, Alex Ratts Lourenço Cardoso, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Hilário Ferreira Sobrinho, Onisajé, Anin Urasse, wanderson flor do

Com a leitura dos trabalhos de colegas na pós-graduação, consegui fortalecer as percepções e os incômodos dos pesquisadores sobre a produção historiográfica produzida até então. Outros trabalhos questionam e denunciam a forma como historicamente os sujeitos do movimento negro no Ceará são percebidos. Trabalhos como *“Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta”*, de Joelma Gentil do Nascimento de 2012 e a dissertação de Antônio Vilamarque Carnaúba de Sousa, intitulada *“Da negrada negada: a negritude fragmentada - o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)”*, ambas as obras contribuíram de forma valiosa para a construção dos sujeitos que investigo nesta dissertação.

Os questionamentos dos marcos estabelecidos como oficiais e suas disputas nos espaços da cidade, nas temporalidades diversas e nos sentidos variados de Liberdade agenciados pelo povo negro serão as “chaves” que utilizaremos para entender as mobilidades das narrativas durante os centenários das memórias e celebração das Liberdades. Esta pesquisa traz em si o sentido da ressignificação e da expressão justa da trajetória do povo negro no Ceará.

Inicialmente, precisei enfrentar uma aparente escassez de acervo documental sobre a temática, já que se trataria quase exclusivamente de registros circunscritos no campo da oralidade. Entretanto, superada as primeiras expectativas, identifiquei e acessei um significativo número de arquivos históricos. Dito isso, nos próximos parágrafos será apresentado, de forma breve, como sistematizo as discussões levantadas para o presente ensaio, articulado em três capítulos.

O capítulo primeiro, concentra-se no esforço de análise dos discursos acerca do 13 de Maio de 1888 e nas representações da Princesa Isabel, momento de produção de um marco de liberdade jurídico da população escravizada no Brasil. Durante os 100 anos que nos afastaram da assinatura da Lei Áurea, os movimentos sociais tiveram posicionamentos diferentes frente à representação da princesa. Dediquei-me de forma sobrepujante ao centenário e aos anos próximos a ele, quando os grupos passam a tomar uma postura crítica diante da ação benevolente da princesa, denunciando a farsa da abolição e se organizando em marchas, protestos e outras manifestações.

No segundo capítulo, me disponho a perscrutar o centenário do 25 de março de 1884 como data de libertação dos escravizados no Ceará, situação que promove a província para outro *status*, diferenciado do restante da nação. O professor Eurípedes Funnes afirma que tal acontecimento se trata de uma menção incondicional no tocante aos estudos da historiografia cearense, pois colocou o Ceará como pioneiro na luta pela libertação dos escravizados no Brasil.

No contexto do referido centenário ocorreram publicação de livros, realização de eventos, homenagens e muitos outros festejos oficiais. Contudo, o meu trabalho visa o questionamento sobre a construção em torno desta data, 25 de março de 1984, que passa a aparecer insistentemente em jornais e demais relatos como estratégia de projetar a história cearense em seu pioneirismo frente a história nacional. Trago à tona como a sociedade e os movimentos de sujeitos negros questionam os protagonistas da festa, pois não tratava-se de pessoas negras no centro das celebrações e sim outras instituições, como o próprio Instituto do Ceará.

Dentro do Ceará, há um confronto latente entre o estado normativo e o Movimento Negro disputando e reivindicando festas, protestos, celebrações, nos quais os coletivos negros optaram e optam, em alguns momentos, em participar e, em outros, boicotá-los. Segundo a historiadora Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento, as celebrações do centenário da Abolição no Ceará, a partir da perspectiva do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), são projetadas com a finalidade de sacralizar não apenas os fatos, mas os supostos “heróis” envolvidos no evento histórico.

No último capítulo, investigo o terceiro centenário da morte de Zumbi dos Palmares buscando compreender os sentidos de liberdade atrelados a essa data, sobretudo a partir dos anos 1980. O assassinato de Zumbi ocorreu em 20 de novembro de 1695, todavia, apenas na década de 70 que o movimento negro no Brasil se organizou para celebrar aquele que é tido como o representante da busca coletiva pela liberdade. A mudança na compreensão das noções de quilombos no Brasil, formulada mediante as reflexões de Maria Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Elias Larkin, para elencar apenas alguns dos pensadores que versam sobre o assunto, foram indispensáveis e me possibilitaram entender a historicidade desse rico processo.

Neste sentido, analiso como as celebrações de rememoração promovem espaços de debate para o racismo presente na sociedade brasileira e como os movimentos negros reivindicam o avanço no debate acerca da legitimidade dessa liberdade nas já mencionadas celebrações.



A entrada do 20 de novembro como data coletiva e de acionamento do protagonismo da população negra através da inserção de Zumbi dos Palmares no panteão de heróis da nação é um marco que desperta e acalora os sentidos de liberdade do movimento negro. Trago, então, a narrativa de como se deram os diálogos entre os sujeitos dos Movimento Negro do Ceará e como dialogaram com outros movimentos sociais do Brasil. Essa perspectiva é apresentada através da análise dos meios de comunicação em circulação naquela época.

Na agenda de debates no campo da História, acompanho as atividades que questionam os marcos, as estátuas, os monumentos e os nomes de ruas nos territórios cearenses e discutem como esse tipo de exercício é inerente as experiências do movimento negro. Desenvolvo os meus argumentos em diálogo com historiadores engajados durante as disciplinas cursadas na pós-graduação, bem como, em outros espaços não institucionais de formação, tratando essas pensadoras e pensadores, como forma de driblar os cânones reiterados insistentemente em toda o meu percurso acadêmico busco, portanto, propor um caminho de reflexão do pensamento histórico.

As fontes me levaram a examinar a trajetória de Lúcia Simão, sua família e sua própria agência, as conexões de sua vida e os encontros pela ascensão da liberdade para a população negra no Ceará. A sua importância é crucial para as mobilizações de combate ao racismo e de busca pela liberdade do povo negro no Ceará, sendo assim, é uma das questões a ser aprofundada como destaque para a história das mulheres negras no nosso território.

O combate ao racismo perpassa meu estudo e o meu olhar sobre as mobilizações de mulheres e homens negros e seus deslocamentos e negociações em busca de tensionar as estruturas racializadas do Ceará em finais do século XX. Vários militantes que fazem parte da narrativa da pesquisa passaram a entrar nas Universidades Públicas (UFC e UECE) nos anos de 1980 e 1990, em cursos como: Ciências Sociais, Arquitetura, Pedagogia, Geografia, dentre outros, passando a construir novos conhecimentos em suas respectivas áreas. Esses sujeitos se propuseram a organizar seminários, a inserir formas de sociabilidades embutidas de sentido de negritude, como festas com ritmos musicais próprios, tais como, os reggaes, que não eram comuns na Quadra do Céu, espaço dedicado às calouradas dos cursos da Universidade Federal do Ceará.

É interessante perceber os usos políticos que militantes negros fizeram do seu corpo como demarcações isoladas em seus campos de estudos. Em muitos relatos, eles expressam serem os únicos negros em suas graduações. Além dos estudos, de nível superior (universitários) como espaços de afirmação e orgulho negros, os processos de debates, diálogos e construções

coletivas passaram a forjar entendimentos onde a temática da raça e do racismo estavam presentes.

A grande radicalidade daqueles que reúnem em si as tarefas ligadas à pesquisa e a militância no movimento negro ocorre quando esses sujeitos passam a entender a presença deles dentro do Estado e a questionar os discursos que erroneamente garantiam a escassez ou inexistência do povo negro no Ceará após a abolição de 1884.

O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) se dedicou às narrativas como estratégia de diminuição veemente da participação e contribuição negra na construção da história da província e do estado do Ceará. Em artigo publicado em 1995, intitulado “Cultura Negra e Negritude no Ceará”, o membro do instituto Pedro Alberto de Oliveira Silva aponta elementos que, segundo ele, demonstrariam a baixa colaboração e presença negra no nosso território, entretanto, a realidade cotidiana e os dados recentes do IBGE nos apontam o contrário indicado pelo autor. Na tentativa de diminuir a presença de pessoas negras na história do Ceará, instituições como o IHC e pesquisadores como Oliveira Silva corroboraram autores anteriores, reafirmando que a presença negra no Ceará não era significativa. Inclusive, o mencionado Pedro Alberto, chega a zombar em seu artigo da exposição de AudiFax realizada em novembro de 1995, em referência aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares.<sup>14</sup>

A historiadora Josemeire Alves Pereira (2019) nos indica que um dos grandes problemas da não-superação do racismo ou da identificação de práticas racistas na sociedade brasileira foi o fato de não tratarmos de maneira adequada a memória da escravidão. Essa mesma sociedade reitera para o século XXI um imaginário do tempo passado, que gera consequências graves para a população descendente de grupos escravizados, pois as artimanhas de manter em posição desumana essa população sobreviveram ao período colonial. Ainda hoje, observamos tal situação execrável na imprensa e no cotidiano da população negra através da discriminação racial e do genocídio do nosso povo. O colonialismo é uma cruel permanência da sociedade brasileira arcaica. Esta pesquisa configura-se, portanto, também como um convite a estas reflexões tão atuais, lançando outras perguntas e problematizações às questões chaves para o acesso à cidadania, à qualificação da experiência democrática e ao direito inalienável à liberdade.

---

<sup>14</sup> In: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1995/1995-CulturaNegraeNegritudenoCeara.pdf>.

## 2 Capítulo 01: “13 DE MAIO NÃO É DIA DE NEGRO”: TEMPO DE DESTRONAR NARRATIVAS OFICIAIS DE CELEBRAÇÕES DE LIBERDADES NEGRAS

### 2.1. Destronando as narrativas isabelinas

“Irmãos e irmãs assumam sua raça assumam sua cor  
Essa beleza negra Olorum quem criou/ Vem pro  
quilombo axé dançar o Nagô/ Todos unidos num só  
pensamento/ Levando a origem desse carnaval desse  
toque colossal/ Pra denunciar o Racismo /Contra o  
Apartheid Brasileiro. **13 de maio não é dia de negro.**  
13 de Maio não é dia de negro. Quilombo axé colofe  
colofe colofe Olorum” [grifo próprio]  
Quilombo Axé (Dia de Negro) Mestre Zumbi Bahia.

No trecho da música acima, Quilombo Axé, o compositor Mestre Zumbi da Bahia enfatiza: “13 de maio não é dia de negro”. Partindo desse trecho, observo que desde o século XIX a população negra tem tensionado as celebrações em torno do 13 de Maio. Nessa dissertação me dedico a refletir como as tensões a partir dos anos 1970, foram debatidas pelo Movimento Negro brasileiro nas diversas linguagens como: a música, a poesia, os textos em jornais, as pesquisas acadêmicas, dentre outras formas, para denunciar as incoerências e divergências nas celebrações ligadas ao 13 de maio, data celebrada em alusão ao ano de 1888, quando a Princesa Isabel assina a Lei Áurea, que legalmente liberta a população escravizada no Brasil.<sup>15</sup>

Neste primeiro capítulo me concentro em analisar os discursos acerca do 13 de maio de 1888 e as representações da Princesa Isabel que, ao assinar a Lei Áurea, adentra no panteão da história nacional, passando a ser relacionada às categorias de: redentora, santa e imaculada.

Os movimentos sociais tiveram posicionamentos diferentes frente à representação da princesa ao longo das décadas. Me inclinei de forma mais profunda no centenário da referida comemoração que ocorreu em 1988, bem como, nos anos que o cercam. Quando então, os grupos passam a tomar uma postura crítica diante da construção do mito da princesa redentora,

---

<sup>15</sup> Mestre Zumbi da Bahia era capoeirista, cantor, compositor, coreógrafo, percussionista e mestre em Ciências da Educação formado pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA). Radicado em São Luís (MA), Zumbi Bahia criou o Coletivo Cultural Oficina Afro. A carreira artística dele teve início no grupo Filhos de Obá, em Salvador (BA). Já no Maranhão, foi coordenador pedagógico do Instituto Oficina Affro. Faleceu em abril de 2023. In: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/morre-mestre-zumbi-bahia> Acessado em 26 de dezembro de 2023.

denunciando a farsa da abolição realizando marchas, protestos e outras manifestações. A data foi usada nos manuais de História na segunda metade do século XIX e XX, para trazer lições sobre os agentes que teriam se destacado na História Nacional, como nos manuais de Lições de História do Brasil, de Joaquim Manuel de Macedo e História do Brasil, de João Ribeiro. Segundo Rodrigues e Carvalho a abolição ganha destaque na segunda obra que se propõe a ser formadora do cidadão republicano. Defendo que tendo em vista essa conexão entre educação e cidadania o 13 de Maio tenha se tornado marco por reunir o povo brasileiro em um marco que propagaria o ideal de civilização harmônica.<sup>16</sup>

Deste modo, a historiografia considerada clássica consagrou e idealizou a signatária da Lei Áurea como “princesa generosa”. A princesa de Bragança ainda hoje é homenageada em placas, nomes de ruas, estátuas e bustos. Há uma série de invocações ao seu nome quando se trata de celebrar a liberdade, seja em festas, folguedos, canções, sambas-enredos, ou ainda, em famigerados desfiles cívicos alusivos ao dia da independência.

Com o passar de 100 anos após a abolição oficial, alguns setores da sociedade continuaram a tratar a assinatura da lei como lugar sagrado e intocável de um ponto de vista histórico o que, por sua vez, acaba colocando a população negra em uma condição de dívida eterna para com a princesa.<sup>17</sup>

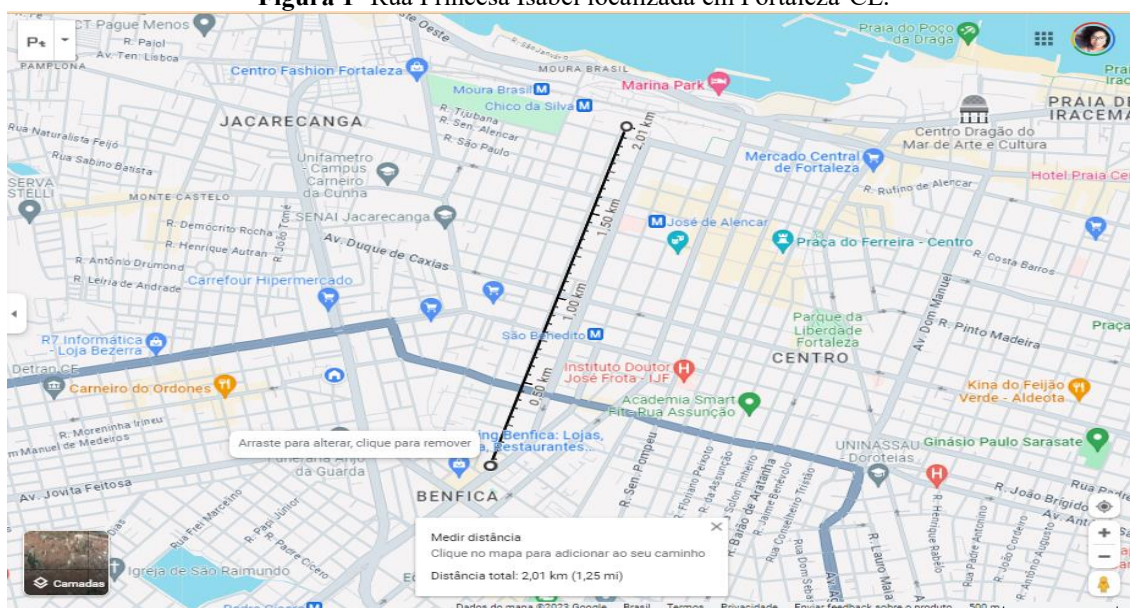
Assim, ao assinar essa lei, a princesa eternizou-se no imaginário de muitos grupos sociais como a redentora dos escravizados no Brasil. Cem anos após a sua assinatura, ela continuava sendo homenageada com nomes de rua, como a que encontramos em Fortaleza - Rua Princesa Isabel, com mais de 2 km de distância, cruzando 3 bairros da capital cearense: Centro, Farias Brito e Benfica.

---

<sup>16</sup> CARVALHO, Rosana Areal de. RODRIGUES, Elvis Hahn. História da historiografia, Ouro Preto, número 04. Março, 2010 314-319. In: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/144/401>

<sup>17</sup> ZUBARAN, Maria Angélica. **Comemorações da liberdade**: lugares de memórias negras diaspóricas. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008.

**Figura 1- Rua Princesa Isabel localizada em Fortaleza-CE.**



Fonte: confeccionada no google maps. Data: 27 de dezembro de 2023.

Na linha sinalizada com a cor preta temos a dimensão do desenho da Rua Princesa Isabel, nesse trajeto é possível encontrar instituições de extrema importância para a sociedade civil como: o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sindicatos, escolas particulares, centros de lojas e casarões com estilo arquitetônico colonial. A referida rua entrecruza outras importantes ruas e avenidas com destaque para a Avenida Domingos Olímpio, Rua Guilherme Rocha e Rua São Paulo, todas com grande fluxo de pessoas, veículos particulares e transporte público.

Podemos dizer que é uma artéria importante da cidade, onde ainda encontramos um condomínio de apartamentos também batizado com o nome da princesa de Bragança. A rua concentra vias de extrema relevância para a cidade, desembocando, por exemplo, na Avenida 13 de Maio, data-marco que eternizou a Princesa Isabel na história do Brasil.

**Figura 2-** Modelo de placa padrão das ruas de Fortaleza com a homenagem à Princesa Isabel.



Fonte: Cícera Barbosa, Fortaleza, 20 de Maio de 2020.

Investiguei o processo narrativo deste fenômeno, de batismo de lugares da cidade em homenagem a figuras históricas, que existiram no período monárquico em alguns setores da sociedade, principalmente aqueles onde predominava a população negra. Por exemplo, o Movimento Negro Organizados no Brasil e no Ceará, como: o Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) e o Movimento Negro Unificado (MNU-CE). Ambos os grupos levaram suas reflexões para os espaços públicos e demandaram a partir de 1970 a inclusão de outros sujeitos como protagonistas no processo de libertação dos escravizados, buscando destituir a princesa Isabel do *status* privilegiado atribuído a ela como emancipadora e, em seu lugar, colocar personagens do povo negro ligado à causa como: Zumbi, Preta Simoa, Lúcia Simão, Ana Souza, Dragão do Mar, entre outras mulheres e homens que lutaram ativamente pelo fim da escravização.

Torna-se importante pontuar, no entanto, que antes dessas ações organizadas dos movimentos negros, as narrativas contestatórias a versão da liberdade pelas mãos isabelina estiveram presentes em canções, na capoeira, ou em festas de pretos velhos até os dias atuais.

Trabalho com a perspectiva que a imagem da princesa perdeu a hegemonia no debate sobre a Liberdade da população negra. Entendo a importância de, a partir do debate historiográfico, restituir o lugar do negro no processo de abolição em diálogo com o debate sobre o que é liberdade para a população negra, protagonista das lutas cem anos após as datas celebrativas. Por que é importante reativar a memória dos cem anos após a abolição? Como isso modifica as narrativas históricas sobre esses sujeitos? Quais implicações pode ter na percepção das pessoas negras e brancas acerca de sua própria história? Para pessoas brancas

que se espelhavam, ou ainda se inspiram em Isabel, filha de D. Pedro II ela ocupou um lugar histórico de figura benevolente a quem a população negra do Brasil deve gratidão.

À exemplo, temos Preta Tia Simoa, como ficou conhecida na historiografia, foi foco dos estudos da historiadora Karla Jacqueline Alves (2016). Em 1881, na praia do Peixe, no Ceará, ao lado do seu esposo José Napoleão, Preta Simoa liderou um grupo de pessoas durante a greve dos jangadeiros, que decidiram não mais embarcar escravizados durante o comércio interprovincial de pessoas no século XIX no Ceará.<sup>18</sup>

Outra personagem dessa gama de sujeitos que não estava em destaque até pouco tempo era Ana Souza, lembrada no estudo de Janote Pires Marques (2013) sobre a invisibilidade do negro na história do Ceará, ela aparece como uma das últimas rainhas da Irmandade do Rosário de Fortaleza. Circulando na cidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX, sua vida é registrada tanto em episódios ligados à cena cultural, como por suas reclamações jurídicas junto ao poder público.<sup>19</sup>

Dragão do Mar, como ficou conhecido Francisco José do Nascimento, é o único participante do processo de luta pela liberdade do povo negro no Ceará que recebeu algum reconhecimento histórico. Entretanto, essa aclamação de forma isolada entre aqueles que estiveram no panteão dos heróis da liberdade da sociedade cearense do início do século XX, assim como, da historiografia local, descolaram a sua trajetória histórica de outros sujeitos do seu tempo e dos aspectos coletivos das suas lutas.

Patrícia Xavier (2011), pesquisou sobre a memória em torno da história de Dragão do Mar e concluiu que há escolas, empresas e centros culturais que levam seu nome e sua história. Em 2009, foi inaugurada uma estátua no centro cultural que também leva o seu nome. Ao receber um monumento em sua homenagem, mais uma vez a relevância de Dragão do Mar sobrepõe-se às demais histórias de contemporâneos que lutaram pela liberdade.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup>. ALVES, Karla Jaqueline Vieira. *“Heróis” no cativo: discursos e silêncios no jornal Libertador sobre o protagonismo de José Napoleão e Preta Tia Simoa na luta abolicionista no Ceará. (1881-1884)*. 2016. Monografia (Graduação) - Universidade Regional do Cariri, Curso de Licenciatura em História, Crato, Brasil.

<sup>19</sup>. MARQUES, Janote Pires. *A invisibilidade do negro na História do Ceará e os desafios da Lei 10639/2003*. *POLIÉSIS*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Tubarão, v. 7, n. 12, p. 347-366, jun./dez. 2013.

<sup>20</sup>. XAVIER, Patrícia; XAVIER, Patrícia Pereira. *Dragão do Mar: a construção do Herói Jangadeiro*. Coleção Outras Histórias. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.



**Figura 3-** Estátua em homenagem a Chico da Matilde, o Dragão do Mar.



Fonte: In: <https://monumentoarquiteturaearte.blogspot.com/2010/04/dragao-do-mar-abre-inscricao-para.html>. Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

Indivíduos como Dragão do Mar, Ana Souza e Preta Simoa fazem parte de uma escolha política feita pelo movimento negro no Ceará a partir do início dos anos 1990 para contrapor uma memória, majoritariamente, branca e que não levava em conta as experiências do povo negro. Antes de historiadores e de outros cientistas do campo das ciências humanas questionarem as narrativas tradicionais, foram os próprios pretos, de forma organizada em movimentos sociais, ou nas lutas do cotidiano que, ao contar e recontar suas histórias usando dos instrumentos da oralidade, apontaram para outras possibilidades de compreensão daquele contexto.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Utilizo o termo “memória branca”, para diferenciar da memória negra não erguida sobre a cidade. Não há nenhum monumento em referência às duas mulheres negras citadas. Enquanto isso, circulamos há décadas entre ruas chamadas de Maria Tomásia, mulher presente nas sociedades libertadoras e como o caso já citado da monarca Isabel.



As críticas a Isabel como redentora e à celebração da abolição no 13 de maio ganham impulso no Ceará a partir do início dos anos 1980. Podemos perceber isso na imprensa e nas narrativas do movimento negro, como veremos nas edições dos jornais: *O POVO* e *Diário do Nordeste* de 13 de Maio de 1988. A imprensa traz a figura de Zumbi dos Palmares enaltecida, mesmo que historicamente a data viesse sempre em alusão à princesa. Os Maracatus cearenses em festa na praia da Volta da Jurema também tiveram espaços nas linhas de um daqueles jornais.

Figura 4: Busto em homenagem à Princesa Isabel



Fonte: Praça em Redenção, Ceará. Data: 21 de setembro de 2021.

Após o 1º centenário da abolição brasileira, em 13 de maio de 1988, é realizada uma festa na Volta da Jurema, pela prefeitura de Fortaleza, para recordar a ação da princesa imperial. O espaço tem forma de anfiteatro e está localizado na orla marítima da capital, um trecho da cidade onde ainda hoje residem pessoas com alto poder aquisitivo.

Nesta região concentravam-se muitas festas da capital cearense, como podemos observar na agenda cultural da cidade divulgada nos principais jornais. Problematizo, neste sentido, o evento e o espaço a partir do público que habitava nas proximidades desse território para mostrar a contradição em relação àqueles que deveriam ser os principais protagonistas da festa e os sujeitos que organizaram o evento e que tinham interesse em continuar a manter a memória e as referências dos “libertadores” brancos. A celebração do centenário da liberdade foi programada para ser realizada perto de uma das principais praias da cidade de Fortaleza, a

Praia do Náutico, próximo ao Clube que leva o mesmo nome. Podemos verificar no mapa a seguir o quão longe ficava dos principais implicados nesta comemoração.

**Figura 5-** Mapa de localização da Festa dos Cem Anos do 13 de maio, com distâncias entre polos de presença do movimento negro.



Fonte: BRASILEIRO, F.M.G; RIBEIRO, C.R.B. janeiro 2024.

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1999) a festa possui atribuição educativa de agregar os sujeitos sociais das mais diversas etnias em torno da diferença social saliente da sociedade. As festas de Fraternidade das Raças eram amplamente populares no Pós Abolição, perdendo força a partir da Ditadura Varguista. Com a festa se pretendia controlar as ações e o tempo, incidindo no calendário cotidiano a lembrança do feito da princesa de Bragança, consolidando assim uma memória nacional. Acredito que pela escolha do espaço e seus arredores, a maior parte dos que contemplaram a festa não eram membros do movimento negro ou pessoas

mobilizadas pela causa, a ausência destes sujeitos que deveriam ser os protagonistas, enfraquecem o sentido de debate da ausência de liberdade que estava sendo proposta durante essa festa especificamente.

O interesse dos gestores e da elite da cidade moradora de bairros com custo de vida mais alto consistia em manter a imagem de herdeiros diretos dos libertadores. Aquelas e aqueles que se organizavam em coletivos de enfrentamento ao racismo concentravam-se em bairros periféricos, longe da praia. Observo e constato que esse fato indica uma das possíveis explicações da ausência de boa parte dos homens e mulheres pretos no dia do evento.

Um dos mais importantes coletivos negros estava na periferia da cidade, o GRUCON atuava em bairros como Piedade, São João do Tatuapé e Antônio Bezerra, que ficavam acerca de 15 quilômetros da praia da Volta da Jurema. Ressalto ainda que, o contexto dos anos de 1980 era de difícil e escasso deslocamento através dos transportes públicos, inexistiam terminais de ônibus na cidade nesse período.

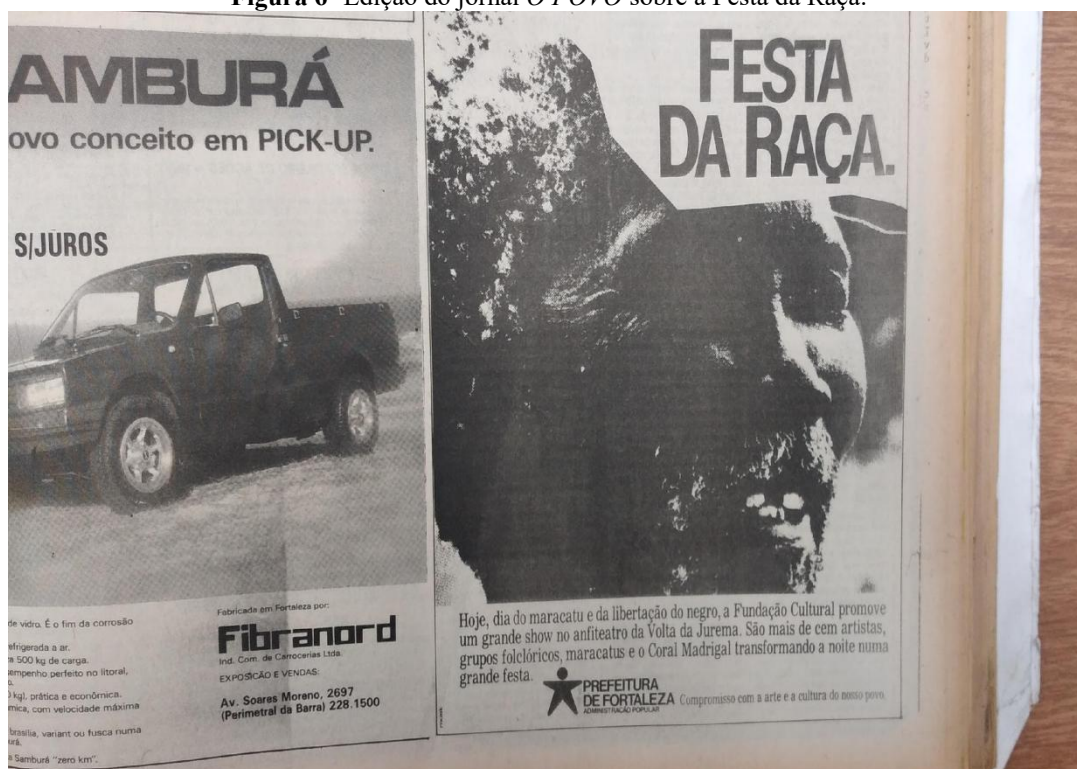
Em entrevista realizada em 2021 sobre esta festa, um dos questionamentos do militante Hilário Ferreira Sobrinho é que a festa deveria ser em um lugar onde estava a maior parte dos negros da cidade e não no local onde habitava a elite da cidade. Hilário continua sendo referência no movimento negro no Ceará, participou do GRUCON, assim como de outros grupos da militância de enfrentamento ao Racismo em nosso Estado. Durante a entrevista concedida a mim, ele ironiza e desdenha do local da comemoração que não contou com a participação dos militantes do grupo.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup>. SOBRINHO, J. H. F. [Entrevista]. [Entrevista em áudio]. Fortaleza, 07 de janeiro de 2021. , 2 arquivos de áudio (43 min). Entrevistadora: Cícera Rozizângela Barbosa Ribeiro. Arquivo Pessoal.



**Figura 6-** Edição do jornal *O POVO* sobre a Festa da Raça.



Fonte: Jornal O Povo, Edição do dia 13 de maio de 1988.  
Acervo Hemeroteca Biblioteca Pública do Estado do Ceará (BECE)

Ao questionar sobre a escolha do espaço para a festa, Hilário diz que existiam outros espaços mais emblemáticos para essa celebração, como na Praia do Peixe, onde aconteceu a grande greve dos catraieiros, ou ainda, na rua 25 de Março, na avenida 13 de Maio, ou na sede de algum maracatu. Porém, o território escolhido pelo poder público para a ocasião não sensibilizou os coletivos, e nem tão pouco, trazia à tona a ideia de abolição, nem mesmo a de liberdade.

Uma página do jornal impresso *O Povo* em 1988 media cerca de 52,5 cm por 29,7 cm. No dia 13 de maio de 1988 ela trouxe em pouco mais de 10 centímetros quadrados o anúncio do evento que ocorreria naquele mesmo dia, no período da noite. A matéria intitulada *Festa da Raça* estava se referindo à abolição. Para Lúcia Lippi, a abolição havia sido a revolução em nome da dignidade humana.<sup>23</sup>

A figura 6, apresentada anteriormente, traz a imagem de um homem negro, ao observá-la percebo o apelo a questão racial, recortando apenas a raça negra, embora a festa fosse considerada de todas as raças, a única delas que estava sendo racializada era a população

<sup>23</sup> In: Apud. Lucia Lippi Oliveira - As Festas que a República manda guardar - Estudos históricos. Rio de Janeiro v.2, n.4, 1989, p.180.

negra. Identifico outro elemento valioso para a negritude, como o respeito aos mais velhos, como aquelas e aqueles que carregam a sabedoria ancestral, ou seja, a preciosa noção de ancestralidade aqui colocada de forma alegórica sem nenhuma frase ou menção que pudesse levar os leitores do jornal a aprofundar esse entendimento.<sup>24</sup>

Quando o Estado escolhe celebrar o evento nesse formato ele pretende consolidar uma lembrança unificadora, evitando versões e símbolos que dissolvessem as versões oficiais e longínquas. No século XIX a data é celebrada institucionalmente como feriado desde a sua declaração. No Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras cidades do país ficaram em festa por uma semana, algumas passaram dez dias celebrando a abolição imediata. Nas reflexões sobre as festas que a República proclamou, elas tendiam a se tornar sagradas. O 13 de Maio está entre essas festividades, para Lúcia Lippi: “os republicanos instituíram suas festas procurando estabelecer uma continuidade com eventos históricos passados; valorizavam a lembrança de feitos e heróis até então perdedores. A República resgatava em sua dignidade e valor” (OLIVEIRA. 1989, p.11)

Ao perder o trono a família Orleans de Bragança estava passível de ter elementos dos seus eventos descartados ou sinalizados de forma pejorativa, entretanto, mesmo sem a existência do pretérito Império brasileiro, a princesa que havia perdido a possibilidade de tornar-se rainha, ainda ocupava o trono figurativo como redentora nas primeiras décadas após a abolição.

A festa na Volta da Jurema, em Fortaleza, em alusão aos 100 anos da Abolição foi realizada pela administração municipal da prefeitura. Em maio de 1988 a prefeitura era ocupada pelo Partido dos Trabalhadores e carregava o seguinte slogan: “Prefeitura de Fortaleza - Administração Popular – Compromisso com a arte e cultura do nosso povo”. O evento foi realizado não apenas por valorizar o centenário abolicionista, mas também por ser o dia escolhido para celebrar os maracatus cearenses.

Os maracatus, sem dúvida, assumiram diretamente uma sinalização de herdeiros diretos da cultura africana, cumprindo a tarefa de quem estava envolvido com políticas diretas e assertivas de combate ao racismo. A ausência do debate e da presença do movimento negro deixa em evidência o afastamento do diálogo e o caráter isolado de folião do evento.

---

<sup>24</sup> Nossas reflexões sobre ancestralidade circulam entre perspectivas que a entendem como uma tecnologia de tradução de nossa existência firmando o passado do povo negro em uma escala de longa duração, assim como uma engrenagem que operem em torno do trabalho, cultura e religiosidade. Esse conceito está em um seletivo grupo primordial de palavras para descrever a experiência da população negra antes e depois da diáspora atlântica.

No final dos anos 80 do século XX não existia secretaria de cultura no município de Fortaleza, em seu lugar havia a Fundação Cultural, que produzia os eventos ligados à cultura na capital cearense. A Fundação Cultural, portanto, não priorizou a participação daqueles que deveriam ser os protagonistas da festa.

Ao escolher um local como a praia da Volta da Jurema, longe dos espaços de articulação do movimento negro, ao continuar celebrando um sujeito histórico que já recebia críticas do movimento negro organizado, assim como, por não dialogar com os membros dos coletivos do movimento negro, a Fundação Cultural deixou evidente a sua postura pouco consciente e acrítica.

As mulheres e homens negros organizados que poderiam celebrar junto ao poder público os aspectos da liberdade alcançada a partir da abolição ocorrida há 100 anos, não foram consultados sobre a forma da realização da festa e demonstraram sua insatisfação, como veremos a seguir.

O militante José Florêncio relata que, no final dos anos 1980, no Ceará, a senhora Princesa Isabel era celebrada como figura redentora. Na dissertação de Antonio Vilamarque Carnaúba de Sousa (2006), intitulada: *Da Negrada Negada” a Negritude Fragmentada: O Movimento Negro e os Discursos Identitários Sobre o Negro no Ceará (1982-1995)*, o autor entrevista José Florêncio duas vezes, em 12 de novembro de 2003 e 16 de abril de 2004. Homem negro, militante, nascido no Piauí, Florêncio vem para o Ceará e relata ao pesquisador que foi impedido de entrar no Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), pois possuía muitos desacordos com o movimento.

Para ele, o movimento negro no Ceará não acompanhava os debates de outros locais do país. Florêncio alega que nos anos 80 já havia lido sobre a consciência negra, a luta dos negros na África do Sul, Steve Biko, Panteras Negras e Malcom X, inspirações e reflexões que os militantes cearenses ainda não conheciam. O interlocutor, afirma:

E aqui esse povo [os militantes] não entendia isso, aqui existia uma ideia de que o Ceará representava uma coisa nova na história do negro, uma história única, que o negro aqui não tinha sofrido, não tinha sido escravo como no resto do país e os militantes daquela época acreditavam nisso, acreditavam que eram diferentes. Era comum nas conversas e debates dos próprios negros [militantes] dizerem que o Ceará era a Terra da Luz ou que o Ceará foi o primeiro a libertar os escravos, faziam até comemorações no 13 de maio [risos] [...] naquela época eu lia sobre as manifestações contra a princesa Isabel [...] Eu achava muito estranho, mas minhas ideias não eram levadas em conta porque eu não era cearense.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> CARNAÚBA DE SOUSA, Antonio Vilamarque. *Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada: O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)*. 2006. Dissertação (mestrado

Provavelmente, a festa à qual Florêncio parece estar se referindo trata-se da programação organizada pela Prefeitura de Fortaleza no anfiteatro da Volta da Jurema, publicada nos dois jornais de grande circulação da época: *Diário do Nordeste* e *O Povo*. Diferentemente do que supunha Florêncio, membros do movimento negro no Ceará também estavam sintonizados com a cultura negra em outros lugares do mundo. O professor Hilário Ferreira Sobrinho, por exemplo, relatou que conheceu sua afro-referência através do seu irmão no início dos anos 1980.<sup>26</sup>

Os assuntos das conversas entre os irmãos iam desde grupos norte-americanos, como os Panteras Negras, a lideranças como Malcom-X, passando por lutas de independência nos países africanos, principalmente em Angola, mas também, acompanhava as trajetórias de líderes nacionais como Abdias Nascimento, que pautava desde os anos 1940 o quilombismo como solução para emancipação e alcance da liberdade para o povo negro. Hilário Ferreira Jr relata ter sido cercado de influências da cultura negra, apresentando estas evidências que sua história pessoal estava em sintonia com vários elementos da consciência negra.

O GRUCON já existia desde 1982 no Ceará e durante as celebrações do centenário o grupo já possuía seis anos de existência. Durante essa atuação, muitos membros eram procurados pela mídia, como Hilário Ferreira Jr, Paulo e Lúcia Simão, e naquelas ocasiões eles já se posicionavam com críticas contundentes ao 13 de maio como marco de celebração da liberdade do povo negro.

Nesse contexto, Maria Luísa Fontenele foi prefeita de Fortaleza entre 1986 e 1989 e foi na sua gestão que a Festa da Raça foi idealizada e executada. Ainda que tenha sido a primeira gestora municipal eleita pelo Partido dos Trabalhadores em uma capital brasileira, as noções de combate ao racismo com a participação do movimento negro não faziam parte da agenda de lutas da esquerda de forma consistente.

Incluir a agenda racial nas batalhas dos poderes públicos, de forma prioritária, foi um desafio para os membros dos grupos de enfrentamento ao racismo naquele momento político. O movimento negro organizado como o GRUCON não foi convidado para organizar, nem participar da festa realizada pela gestão da prefeita Maria Luísa, assim como, não

---

em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil. 191 páginas.

<sup>26</sup> SOBRINHO, J. H. F. [Entrevista]. [Entrevista em áudio]. Fortaleza, 07 de janeiro de 2021. 2 arquivos de áudio (43 min). Entrevistadora: Cícera Rozizângela Barbosa Ribeiro. Arquivo Pessoal.

participou de outras celebrações em outros momentos do mesmo governo, segundo Hilário Ferreira.<sup>27</sup> Deste modo, percebi que os organizadores da festa celebravam no 13 de maio também o Dia do Maracatu, atrelando a data da abolição a um elemento da cultura negra existente na cidade. O grande show anunciava mais de cem artistas, grupos folclóricos, maracatus e o próprio jornal enfatizava a presença do Coral Madrigal.<sup>28</sup>

O Coral Madrigal acaba recebendo maior destaque na publicação do Jornal *O POVO*, apesar de ser um grupo musical ligado à Universidade Federal do Ceará, não temos nenhuma evidência da sua relação com a questão da negritude. Não consegui entender porque nenhum grupo de maracatu teve seu nome citado na publicação, ao passo que o Coral Madrigal o teve. Examino que os organizadores da festa não levavam em conta os debates nacionais em torno do questionamento do 13 de maio ao realizarem a festa em 1988, ou seja, 100 anos após a assinatura da princesa a memória desta ainda possuía força.

A Fundação Cultural e/ou outros gestores da prefeitura não estavam atentos, ou não eram sensíveis aos debates e às críticas em torno do agenciamento da referida data para a população negra. Suponho que, se estivessem participando das discussões, teriam compreendido que as atualizações reivindicadas pelo movimento negro estavam colocando em xeque a memória e a representação da princesa Isabel. As críticas realizadas por José Florêncio e aquelas construídas pelo movimento negro no Ceará, tendo em vista sua ausência na festa, não foram suficientes para promover um diálogo entre o poder público municipal e os negros organizados na cidade.

Durante o centenário da Lei Áurea no Ceará, os poderes municipais se concentraram em cristalizar a narrativa de que Isabel Cristina era a principal homenageada ao insistir nesta data-festa. A partir da leitura de jornais e da pesquisa de Arílson dos Santos Gomes (2021), em que o autor investiga a memória e as trajetórias de libertos no pós-abolição do Ceará, vemos que alguns dos libertos formaram movimentos sociais que não são evocados nos momentos das comemorações que eles mais representam.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> SANTOS, Sales Augusto dos. “O negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão racial no Parlamento brasileiro. MENDES, Amauri; SILVA, Joselina.(Orgs.).O Movimento Negro Brasileiro –escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil.Belo Horizonte: Nandyala, 2009,p.127-163.

<sup>28</sup> Fundado em 1958 pelo professor Orlando Vieira Leite, o coral era chamado de Madrigal da Universidade do Ceará. As apresentações contavam com estudantes e professores. Disponível em: <https://mauc.ufc.br/pt/fica-a-dica/equipamentos/2019-04-espetaculo-dagua-do-coral-da-ufc/> Acesso em: 07 de Janeiro de 2023.

<sup>29</sup> GOMES, A. dos S. Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção. *Revista Crítica Histórica*. Ano XII, n. 23, 2021, jul. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/11498-Texto%20do%20Artigo-48805-1-10-20210731.pdf> Acesso em: 08 de janeiro de 2023. MORAES, R. F. Uma pena de ouro para a Abolição: a lei do 13 de maio e a participação popular.



Quer dizer, a possibilidade de criação de um debate amplo e profundo sobre o dia 13 de maio não foi aproveitado pela própria estrutura do poder público, incapaz de incorporar a participação da população negra. Quantos gestores negros haviam nessa gestão municipal? E se estivessem ocupando esses espaços de poder, teriam espaço para realizar intervenções? Qual a atmosfera que envolvia os festejos? Era puramente entretenimento? A atividade em torno do 13 de maio parece muito mais se tratar da pretensão de projetar uma ideia de processo de liberdade pacífica, conduzida sob a lógica da tutela e da concessão e não de reflexão sobre o processo escravista cruel que ocorreu durante centenas de anos em nosso território.

Tudo indica que naquele momento e lugar comemorava-se apenas o primeiro centenário do fim oficial do comércio humano de pessoas negras. Com isso, não quero afirmar que as festas não sejam lugares de reflexão ou que essas celebrações não tenham em si elementos propulsores de insurgência e do pensamento crítico. As festas são impregnadas do poder da simbologia e da emotividade, como nos aponta Catroga:

As comemorações cívicas mobilizam a memória, chamando-a a desempenhar a mesma função pedagógica que era atribuída a toda literatura histórica [...] pelo prestígio de sua ação, e pela autoridade da sua palavra, exercem, ainda depois da sua morte, uma extraordinária influência social. Os vivos têm de recolher vantagens da obra imorredoura dos mortos (CATROGA, 2005, p. 107)

As experiências múltiplas nas formas de festejar que o povo negro tem registrado no Brasil provam isso. Interessa-nos aqui levantar algumas questões como: A quem interessava a celebração do 13 de maio? Quais pessoas e instituições estavam articuladas na elaboração dessas festas do centenário? Quais sujeitos e narrativas históricas foram mobilizados na referida celebração? Quais sujeitos criticaram estas celebrações dentro de suas organizações?

O anúncio da festa incluía o nome de alguns grupos e generalizava todas as outras atrações. Será que os grupos apresentados eram de pessoas negras? Em caso afirmativo, apresentavam elementos da cultura negra?

Percebi, então, que algumas destas atrações são descritas nos jornais como folclóricas. Ao trazer a cultura negra para o grupo das manifestações folclóricas, ela é justificada como se estivesse ancorada em mitos e lendas. A tentativa aqui é a de diminuir e invisibilizar as potências éticas, religiosas, comunitárias, que nascem e se proliferam a partir da cultura negra. Essa interpretação confirma uma ideia de que a cultura negra no imaginário coletivo, em muitas oportunidades, é reduzida às manifestações artísticas populares desprovidas de historicidade e

supostamente cindidas do lócus civilizacional dos povos negros. A prática de classificar tais culturas como populares significou aprisioná-las no passado e permitiu que durante muito tempo houvesse uma desvalorização das ditas tradições culturais, consequentemente uma desvalorização daqueles sujeitos sabedores-fazedores destas tradições.

Stefane Souto (2021) acentua que folclorizar essas manifestações faz parte de uma perspectiva na qual os grupos perdem sua pluralidade. Os povos racializados, classificados como folclóricos, elaboraram estratégias para driblar a violência urbana e construir respostas como os quilombos urbanos, afetivos sob a égide do aquilombamento, mesmo que de forma involuntária.<sup>30</sup>

Uso o exercício de reflexão proposto por Marilena Chauí (2001), no qual a autora aponta a ambiguidade desta caracterização, que acontece em uma operação tentadora de unir as categorias povo e popular. A autora problematiza a relação direta com a noção de exótico atrelada a categorização de folclore, assim como esses grupos ao serem classificados desta forma são afastados da categoria modernidade.

Tais protagonistas, que no caso em questão são pessoas negras, passam a ser situados como sobras em um jogo de esquecimento, muitas vezes apresentando-se gratuitamente para os órgãos públicos ou ainda recebendo valores abaixo de artistas e/ou grupos considerados clássicos. Nesta perspectiva, é possível afirmar que a Fundação de Cultura, assim como a gestão da Prefeitura de Fortaleza, estariam reproduzindo uma lógica problemática de desvalorização desses artistas, sem reconhecê-los por dentro de uma tradição de salvaguarda de conhecimentos basilares que sustentam um conjunto de práticas, sensibilidades, experiências e epistemologias africanas que sobreviveram, a despeito das perseguições, encobrimentos e criminalizações.

Canclíni (1989) aponta a partir desse atrelamento entre cultura negra e popular, que os grupos que reproduzem suas manifestações de matriz negra em uma festa que deveria carregar a mesma simbologia são classificados como folclóricos por trazerem à tona um passado escravocrata, rural, não-civilizado e popular. Esses artistas também negros estariam apregoados em uma categoria excludente. Assim, fica evidente que, no caso acima apresentado, a Prefeitura de Fortaleza, a Fundação de Cultura e o jornal *O Povo*, através de suas práticas, invisibilizaram os diversos artistas que ali estavam manifestando sua cultura.

---

<sup>30</sup> SOUTO, Stéfane Silva de Souza. Aquilombamento: um referencial negro para uma gestão cultural insurgente. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

O antropólogo ainda afirma: “o povo que produz culturas populares, que legitima como lastro para consolidação da nação, é o mesmo povo que incomoda as forças modernizadoras pela sua situação de excluídos da cultura moderna, inculto, por tudo que lhe falta” (CANCLÍNI: 1999, p. 91). A tentativa de realizar uma festa próximo ao mar, aos bairros com imóveis cujos preços são dos mais altos na cidade, sem dar condições de acesso através de transporte público, demonstra como a dimensão da exclusão fez parte da organização da festa municipal publicizada no jornal *O Povo* durante o primeiro centenário de liberdade.

Acredito que uma parte dos artistas envolvidos eram negros, tendo em vista que na mesma ocasião também foi celebrado o Dia do Maracatu e que a festa contou com esses grupos de maracatu de Fortaleza. A maioria dos brincantes de maracatu eram pessoas negras. Os estudos de Gilson Brandão (2009) sobre os maracatus do Ceará, por exemplo, relacionam intimamente a cultura negra, o povo negro às atividades desses grupos. Constato, portanto, que havia um número considerável de pessoas que se apresentaram nessa festa, porém de forma desvalorizada e folclorizada, como assinaiei.

Ao serem classificados como folclóricos ou categorizados como cultura popular muitos destes grupos negros estavam inseridos na arte brasileira como antagônicos da arte culta ou clássica. A ideia de que falta a eles algo que os tornem clássicos é a mesma que exclui e invisibiliza seus agentes e seus processos de herança, resistência, soberania e dignidade em saberem de si.

## 2.2. AfroPatrimônios e a Liberdade Negra: movimento negro e os debates na imprensa

As distintas experiências de Hilário Sobrinho e de José Florêncio nos convocam a pensar sobre as arenas interpretativas em torno de marcos históricos que delineiam percursos orientadores de significados que são preciosos à história do Brasil, como a ideia de abolição e de liberdade.

A ressignificação em torno do 13 de maio em todo o país passa a acontecer em vários âmbitos, desde os movimentos sociais a alguns setores do circuito acadêmico. Constrói-se uma compreensão de que no século XIX experimentava-se uma “Era das Abolições” e não de liberdades. As liberdades foram projetadas para serem vividas em tempos futuros. Deste modo, em fins do século XX, tal liberdade ainda era evocada pelos movimentos sociais.<sup>31</sup>

O professor Roquinaldo Ferreira (2021) apresenta em seus estudos historiográficos sobre os navios negreiros apreendidos na segunda metade do século XIX, durante a proibição do tráfico internacional de escravizados. Ele aponta que nesses navios as pessoas que deveriam estar em condições de liberdade não a acessaram imediatamente, pois passaram por estruturas que pretendiam prolongar o processo de cativeiro sob a justificativa de ensinar esses indivíduos a serem livres, como se a experiência de ser livre tivesse que ser aprendida e só depois vivenciada. Mas a privação de liberdade não foi ensinada, assim como, a sua condição de autodeterminação também não seria passível de ser ensinada.

Para Ferreira (2021) há, portanto, um processo de ressignificação do processo e do conceito de liberdade. Se para os senhores que comercializavam pessoas no século XIX a liberdade consistia em ganho financeiro, para a população escravizada, que sofrera com o tráfico humano de pessoas, a liberdade possuía outros significados, como o acesso jurídico à cidadania e à condição de humanidade.

Se no século XX a luta pela liberdade torna-se uma constante, como coloca Ângela Davis (2018) a partir das denúncias do sistema racista nos Estados Unidos, Brasil e outros territórios da América e Europa, o entendimento sobre a liberdade para os movimentos negros passa por um processo de transformação ao longo das experiências diaspóricas. A noção de

---

<sup>31</sup>. MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. 2012. 325 f. Tese (Doutorado em História Social Cultural). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

liberdade<sup>32</sup> passa a se afastar cada vez mais da noção de abolição, diferenciando-se por retratar buscas coletivas no âmbito dos direitos humanos. As lutas por direitos legislativos, culturais, de memória e sociais passam a fazer parte das demandas do século XX.

Em matéria publicada em 13 de maio de 1988 no jornal *O Povo* intitulada: *Negros questionando o centenário da Abolição – E declaram foram transferidos da senzala para a favela*<sup>33</sup>, revela a consciência desses novos entendimentos sobre as liberdades negras que construíam as mobilizações dentro dos movimentos sociais. Escrita por Erialdo Jácome, a matéria é publicada em acordo com o posicionamento que alguns militantes do movimento negro cearense incorporavam na época.

As críticas foram se fortalecendo desde o final dos anos 1970 em algumas partes do país, ocupando diversos periódicos, cinematografias, reuniões, movimentos nacionais, construídas em âmbito nacional e local. Ao aderirem coletivamente a esse posicionamento, os militantes passam a destronar a princesa Isabel e questionar quem de fato teria dedicado sua vida e luta com prol da liberdade do povo negro a qual os corpos se assemelhava aquelas e aqueles que continuavam devotos às causas das liberdades coletivas. Quais corpos políticos lembravam os descendentes das africanas e dos africanos, o corpo branco da princesa, descendente da família real portuguesa ou o corpo preto do palmarino Zumbi e seus parentes, amigos e aliados?

A matéria jornalística que estamos nos referindo descreve a princesa Isabel Teresa Cristina como branca, loura e a toma como corajosa pelo ato nobre. Ao classificar a atitude da monarca no âmbito da coragem e da nobreza, o autor do texto reforça o lugar do branco benevolente, solidário ao sofrimento da população escravizada e que agiria de forma redentora, um arquétipo há muito tempo identificado em meio às performances políticas da branquitude. Na sequência do texto acompanhamos algumas contradições e problematizações sobre esse lugar da princesa, ficando evidente a transformação ainda confusa que se tinha sobre a imagem de Isabel.

O autor da matéria, inicialmente, equiparou brancos e negros como alvo da desigualdade social que assolava o Brasil naquele momento. A matéria fazia alusão à ausência das assinaturas das carteiras de trabalho do povo negro o que tinha como consequência a

---

<sup>32</sup> Nesta perspectiva, proponho que mesmo quando a palavra liberdade estiver escrita nesse texto no singular, as/os leitoras/es a compreendam no plural.

<sup>33</sup> Jornal O POVO. Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Ceará. Fortaleza, 13 de maio de 1988. Acesso em: abril de 2021.

impossibilidade de produzir uma dignidade coletiva da população descendente de escravizados.

O jornalista afirma no texto:

A princesa Isabel esqueceu de assinar nossa carteira de trabalho”, protestam os negros baianos. **Os cearenses fazem coro.** Negros, o 13 de maio não é nosso dia” - reagem num protesto que expõe a dura face da realidade dos negros no País que se orgulha em ser uma “autêntica democracia racial. (JACOME, 1988, p.14 - [grifo próprio].

Ao incluir os cearenses no entendimento da troca da data de rememoração e celebração de liberdade, o sentido da palavra “liberdade” se desloca de uma princesa da dinastia de Bragança, herdeira de um trono nas Américas com ascendência europeia, para um referencial negro e em luta por uma liberdade coletiva que circulava no Brasil. Além disso, Erialdo Jacome associa tal deslocamento de sentido às ações de protesto e de mobilização social, trazendo à tona a dimensão pública da demanda dos movimentos negros organizados.

Ao afirmar que o 13 de maio não era uma data *nossa*, acredito que esse seja um caminho para pensar no 20 de novembro como data coletiva, que seria realmente compatível. Ao afirmar que os cearenses estavam em coro bradando por negros baianos, o jornalista entende o negro cearense como apoiador de um entendimento que passava a fazer parte de um repertório mais amplo, reconhecendo a dimensão da encruzilhada das complexas experiências negras em território brasileiro.

Em seguida, o noticiarista destaca em negrito, no meio da reportagem e anunciando em outro parágrafo, a frase: **A cor da pobreza.** Ele apresentou dados do IBGE de 1980, informando que o país possuía 60 milhões de negros, constituindo 44% da população, mas questionava sobre nesse grupo predominar aqueles que vivem em condições miseráveis. O mesmo ainda tenciona as narrativas clássicas e equivocadas sobre a mestiçagem no Brasil:

Longe da democracia racial apresentada pelo sociólogo Gilberto Freyre, que em seu livro “Casa Grande & Senzala” defende a miscigenação das raças ocorridas no País como um fator de integração racial, a realidade do mercado de trabalho mostra a clara existência de dois pesos e duas medidas, aplicados de acordo com a cor do cidadão. Contradições de um país que produz anualmente um PIB (Produto Interno Bruto) de 313 bilhões de dólares e paga aos trabalhadores um salário mínimo de 60 dólares (JACOME, 1988, p.14)

Em tom de denúncia, a matéria informou que a cada dez brasileiros pobres, seis eram negros, o que destoaria dos dados sobre a população branca do país. O texto ainda possibilitou que membros organizados do movimento negro, como o GRUCON, do qual o militante Paulo Pereira Lima fazia parte, pudessem se colocar. Paulo Pereira afirma: “*Nos tiraram das condições sub-humanas das senzalas e nos colocaram nas misérias da favela*”.

Observamos na fala de Paulo a crítica confeccionada ao longo de reflexões coletivas do movimento negro.

O Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) foi fundado em Fortaleza em 1982. No momento da reportagem os membros do referido grupo já acessavam os debates sobre o tema há pelo menos seis anos. O coletivo gerou discussões organizadas com pessoas negras que se identificavam com a demanda de combater o racismo. Em atividade até o final dos anos 1990, o GRUCON formou dezenas de militantes que passaram a ser procurados pela imprensa para o fomento do debate racial.

O militante negro Paulo Pereira apontou que, sem direitos básicos a população negra ocupava de forma predominante as favelas e correlacionou esta situação ao período do tráfico de pessoas oriundas do continente africano.<sup>34</sup>

Segundo o ativista, a saída da senzala para as favelas é uma consequência do desprezo pela população negra que acabara de receber a liberdade em 1888. O tom de denúncia empregado por ele reflete a posição do movimento negro em toda sua historicidade.<sup>35</sup>

Organizações como o GRUCON e, em seguida, o Movimento Negro Unificado – MNU, fundado em 1978, conjugaram inicialmente as ideias de raça e de classe, priorizando a luta contra a discriminação racial. Privilegiar a questão racial tornou-se um marco na trajetória da resistência negra do Brasil a partir dos anos 1980, chegou a travar debates amadurecidos no interior do movimento durante o primeiro centenário.

Gilberto Freyre é mencionado pelo jornalista Erialdo Jácome como autor que colaborou para a compreensão da sociedade brasileira herdeira do processo escravista. O autor pernambucano tornou-se alvo das críticas dos militantes do movimento negro por reforçar o mito da miscigenação e adocicar as relações cruéis no período colonial. Porém, mesmo com as conhecidas críticas sobre as ponderações das relações raciais entre senhores de engenhos e os escravizados, o pensamento Freyriano continua sendo, no presente, utilizado como referência nos cursos de graduação em História do país?

O devaneio de uma suposta democracia racial ganhou força após os escritos de Freyre, pois fazia parte de uma ideologia oficial do Estado Nacional, que se esforçava para mascarar as tensões causadas pelo racismo no Brasil. Houve um esforço de manter uma

---

<sup>34</sup>. Jornal O POVO. Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Ceará. Fortaleza, 13 de maio de 1988. Acesso em: abril de 2021.

<sup>35</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 25-40, 1998.

aparente harmonia racial, onde os conflitos e contradições raciais brasileiras fossem maquiadas e quando possível ocultadas por completo.

Muito do teor da fala partilhada pelo militante Paulo Pereira encontra amparo em textos confeccionados por Lélia Gonzalez, assim como, de outros militantes do período em que se consolidavam as críticas à falsa liberdade celebrada no 13 de maio de 1988. Não devemos esquecer que o contexto do debate criado por Lélia Gonzalez se deu em meio à ditadura civil militar.<sup>36</sup>

Durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) muitos direitos foram arrancados dos cidadãos, entre eles o debate sobre o tema racial, graças à Lei de Segurança Nacional decretada em 29 de setembro de 1969. Esta afirmava: “Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”. Lélia Gonzalez elucida os principais desafios de debater o racismo sob a vigência dessa lei, quando ela e outros militantes estavam desafiando o autoritarismo, questionando a ordem social que tentava emplacar a ideia de uma democracia racial que permitia uma convivência harmoniosa entre negros e brancos no Brasil, além de incitar e propagar a premissa teórica das ciências sociais, que ainda bebiam do mito da miscigenação.

A gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos *relativos* à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama” (mito da mulata), etc. e tal. (GONZALEZ, 1981, p. 110)

A teoria de Freyre ganhou vários críticos. Sob o olhar analítico de Lélia (1981), no entanto, houve um questionamento em relação à romantização desta visão através do prisma da violência sexual sobre as mulheres negras. A autora concluiu que a miscigenação celebrada por Freyre era fruto de mais uma violência das relações inter-raciais, atualizadas em meados do século XX.

A historiadora conseguiu ampliar o debate sobre a resistência negra ao perceber a organização dos quilombos, as rebeliões negras e as experiências do pós-abolição, como a

---

<sup>36</sup> A ditadura civil-militar no Brasil durou de 1964 a 1985, configurou-se em um golpe à democracia existente até 31 de março de 1964, retirando do poder o presidente João Goulart e dando lugar a um revezamento de militares no poder. Durante os 21 anos de ditadura as eleições para presidentes foram proibidas e a população foi regida por uma constituição autoritária onde atos institucionais proibiam manifestações políticas e coletivas, tais como as de cunho antirracista.



Frente Negra<sup>37</sup>, de modo a redefinir o olhar romantizado de Freyre. Raquel Barreto (2005), pesquisadora que também somou sua colaboração ao debate quando trouxe à tona a “Marcha contra a farsa da Abolição” ocorrida no dia 11 de maio de 1988 na cidade do Rio de Janeiro. A marcha tentava aprofundar o debate sobre a falsa liberdade presente nos discursos da historiografia oficial em torno da data magna.

A importância de disputar o centenário do 13 de maio se deu em vários territórios brasileiros. Se no Rio de Janeiro uma marcha na rua evidenciava a coletividade do debate, em Fortaleza as denúncias no jornal, a ausência do movimento organizado na programação oficial da prefeitura, assim como, o estabelecimento de um púlpito no centro da cidade, planejado pelos membros do GRUCON, denotavam a sintomática necessidade de denunciar a farsa da homenagear a princesa.

O púlpito, segundo Hilário Ferreira (2021), consistia em um pequeno espaço na Praça do Ferreira, principal logradouro de manifestações diversas ocorridas na cidade até os dias atuais. Localizada no Centro de Fortaleza, possibilitou que os membros do coletivo fossem se revezando, apresentando seus posicionamentos e dando visibilidade aos seus corpos e ao debate principal, denunciando o racismo latente na sociedade cearense.<sup>38</sup>

Percebi através da imprensa que, nos escritos de Raquel, Lélia e nos depoimentos dos militantes, a data passou a ser usada para criticar a profunda desigualdade racial em curso no Brasil há mais de um século, mesmo após a liberdade oficial provinda da Lei Áurea. Dirigindo-se contra a narrativa oficial da comemoração, que aludia ao caráter festivo da data, os movimentos negros, em diferentes lugares, passam a disputar essa rememoração junto à narrativa histórica, questionando, por conseguinte, a história oficial.

Durante a “Marcha contra a farsa da Abolição”, ocorrida nas vésperas do 13 de maio de 1988, muitos militantes estiveram no Rio de Janeiro aproveitando para denunciar a ausência de políticas públicas específicas para proporcionar cidadania e liberdade ao povo negro brasileiro. Lélia Gonzalez traz à tona os principais acontecimentos presentes nessa marcha, como por exemplo, que não fora autorizada a passar ao lado de monumentos que lembravam

---

<sup>37</sup> A Frente Negra Brasileira foi uma das maiores organizações negras do século XX, antes de ser proibida por Getúlio Vargas em 1937. Objetivavam alcançar a cidadania plena entre os cidadãos de cor, como eram chamados em diversos espaços os negros brasileiros, teve alcance nacional, conseguindo reunir em diversos estados representantes interessados em construir uma sociedade livre e autodeterminada para a população negra brasileira. Cf. DOMINGUES, Petrônio. Um templo de luz: Frente Negra brasileira (1931-1937) e a questão da educação. São Paulo: Unesp, 1995.

<sup>38</sup> SOBRINHO, J. H. F. [Entrevista]. [Entrevista em áudio]. Fortaleza, 07 de janeiro de 2021. 2 arquivos de áudio (43 min). Entrevistadora: Cícera Rozizângela Barbosa Ribeiro. Arquivo Pessoal.

os heróis do exército brasileiro, pois temiam que a população se rebelasse contra os mesmos monumentos. Na impossibilidade de rebelar-se contra os governantes, Lélia narra que:

Havia, na ocasião, um grande aparato repressivo mobilizado pelo Exército brasileiro, que temia um “ultraje” a estátua do seu patrono Duque de Caxias (que se encontrava na caminha da Marcha, que saía da Candelária rumo ao memorial de Zumbi, na Praça Onze), que para o movimento negro era um caçador de escravos e destruidor de quilombos. A Marcha aconteceu sob forte vigilância e com ampla adesão popular de pessoas negras que não eram ligadas ao movimento, mas não viam motivos para celebrar a data. (GONZALEZ, 2018)

Essa tomada de consciência acontece nos coletivos de negritude do país, assim como em seminários, congressos, marchas e encontros nacionais de organizações e de grupos que se reuniam periodicamente para debater rumos coletivos, como a Campanha da fraternidade de 1988, promovida pela Igreja Católica, que teve como tema o centenário da abolição da escravidão em âmbito nacional.

A reação de protesto nos impressos e no movimento de não reconhecer o 13 de maio como data de homenagens à princesa Isabel, assim como, a criação de espaços alternativos a estas celebrações, o boicote aos festejos oficiais que ainda celebravam a princesa do Império brasileiro e, em contraposição àqueles, a criação de celebrações alternativas em outros espaços, oportunizando lugares para denúncias frente a situação social e econômica experimentada pela população, outro sim, se sobrepuseram as homenagens oficiais.

A memória da princesa Isabel está monumentalizada em algumas cidades brasileiras, como Redenção (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA). Em todas essas cidades identifiquei ruas em sua homenagem e bustos erigidos com a mesma intenção. Parques e avenidas nomeados por 13 de Maio também aparecem nas principais capitais brasileiras, assim como, a referência a abolição. Em outras palavras, o patrimônio em pedra e cal, as ruas e os monumentos em torno da memória de uma liberdade simulada e irreal.

A existência de uma população que usufrui de privilégios proporcionados pela cor de suas peles brancas e que, por certo, promoveram e, continuam promovendo, a manutenção de pactos para evitar a quebra desses privilégios. Os pesquisadores do campo das ciências humanas, como a professora Cida Bento, optaram por classificar como “branquitude” essas práticas, muitas vezes não verbalizadas, mas sempre articuladas com a subsistência dessas estruturas de regalias. Há uma pactuação em torno do batismo destes lugares para que não haja intervenções na memória da branquitude, inclusive quando essa dita memória está diretamente atrelada a sua participação, ou não, na libertação do povo negro, deste modo, mantendo-a a salvo das críticas que vem sendo efetivas e incisivas desde os anos 1970.

Os organismos de proteção da estrutura de patrimônio de pedra e cal agiu em defesa destes monumentos, assim como, agiu na marcha que denunciava a farsa da abolição, deixando esses espaços intocados pelo poder público ao não terem seus nomes alterados. Cida Bento (2022) tem se dedicado a aprofundar os estudos sobre o refinamento destes pactos, acordos e alianças entre brancos e brancas. Nos debates sobre cultura e afropatrimônios passamos a perceber uma sensibilização maior da sociedade, que passa a questionar a existência de algumas estátuas, como a de Borba Gato (Santo Amaro), que foi queimada por manifestantes no ano de 2020.

Protestos que criticavam a glorificação de um passado branco e redentor de sujeitos que oprimiram indígenas e negros passaram a ser enfrentados e passam a questionar a supremacia branca na memória e do patrimônio erigido sobre “pedra e cal”. Com o aprofundamento das discussões acerca da patrimonialização da cultura ligada a pessoas não-negras, passei a questionar a organização da memória da cidade.

**Figura 7-** Estátua de Borba Gato sendo queimada em protesto.



Fonte: In: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-destruida-por-incendio-em-sao-paulo.htm>. Acesso em: 21 de março de 2022

O debate sobre patrimônio priorizou e ainda prioriza as grandes obras políticas que trazem à tona a história da branquitude, em detrimento de outros patrimônios. Podemos exemplificar a afirmação anterior, constatando a existência de uma rua em Fortaleza denominada de José Napoleão, que conta com pouco mais de cinco quarteirões em uma área da cidade de baixa circulação, outra ainda, denominada Dragão do Mar que contém seis quarteirões sem circulação de transportes públicos expressivos.

O historiador Marcos Silva (2006) questiona como o patrimônio material do povo negro foi entendido como algo que não fazia parte da cultura histórica brasileira e por isso não deveria ser preservado. Desta forma percebe como as elites brasileiras ignoraram e continuam ignorando os sujeitos populares e suas construções, suas moradias, e constata que:

A materialidade que funciona das edificações justifica para desqualificação social dos seus habitantes e delas mesmas, se essa desqualificação possui certos limites pois a existência de cortiços e congêneres de habitação para pobres faz parte da preservação desses como trabalhadores disponíveis para baixa remuneração – uma face de sua eficácia social é reiterar que tais pessoas também são dotadas de identidades negativas, também no campo do patrimônio histórico, afinal quem se interessaria em preservar esses ambientes pouco belos, mas também infectos? (SILVA, 2006.)

Percorrendo os caminhos de gentes negras, na formação de quilombos urbanos, seus lugares de lazer, moradias e religiosidades entendo que a política pública de preservação da cultura ainda se concentra em manter os mesmos padrões para o estabelecimento de políticas públicas de patrimonialização.

Se por um lado a noção de patrimônio cultural se amplia para acomodar experiências como: a capoeira e o samba, no entanto, não segue o mesmo fluxo para preservar áreas geográficas e históricas ocupadas efetivamente por populações de maioria negra.

Essa pesquisa também se firma na tentativa de ampliar a perspectiva de patrimônios culturais, pensando e concebendo comunidades e locais periféricos que também precisam estar entre as referências culturais para o povo brasileiro e que precisam ser salvaguardados nos níveis que lhes cabem, como os lugares que acolheram reuniões do GRUCON, como os bairros do Antônio Bezerra, Comunidade do Trilho, Piedade e Padre Andrade.

Compreendo que o campo do patrimônio não é algo estático, segue em profunda dinâmica, semelhante à vida humana e os debates historiográficos sobre o tema que recentemente incluem a questão étnico-racial em seus estudos. A concretização dessas

indagações é a formulação da categoria de *Afropatrimônio*, que é a ideia de que há outros espaços de experiências negras que devem ser elaboradas, destacadas e registradas.

A professora Josemeire Alves (2019), aponta que as narrativas reiteradas e glorificadas elegeram amplamente o homem branco e defenderam o patrimônio que ele assumiu como patrimônio nacional. A história e a geografia da cidade contribuem para que não nos esqueçamos das pessoas brancas e seus feitos. Nessa perspectiva tradicional da História essas memórias precisam ser lembradas, jamais esquecidas. Os poderosos brancos do século XXI continuam protegendo e deixando para as próximas gerações um patrimônio que coloque a branquitude num passado redentor e benevolente. Sobre este tema o professor Lourenço Cardoso nos diz:

A branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, que, dessa forma, significa ser menos do que ele. O ser-branco se expressa na corporeidade, a brancura. E vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais. (CARDOSO, 2020 )

O ser branco a que se refere Lourenço Cardoso (2020) é concreto na cidade, placas de ferro, pedra, cal, tijolos e mármore - feitos para durar. Desse modo, podemos perguntar: em que medida essa memória impacta na reprodução do racismo? Quais os sujeitos interessados em mantê-la de pé? Como o desejo de preservação dessas esferas é alimentado após várias gerações de pessoas brancas? Os questionamentos realizados acima perturbam e atravessam o povo preto enquanto caminham pela cidade.

A branquitude é um conceito desenvolvido no campo das ciências humanas para pensar a racialização de sujeitos não negros que possuem privilégios na sociedade. A cultura desenvolvida por sujeitos brancos, branquíssimos ou encardidos também são gradações dentro da noção da branquitude. São estes os grupos que foram beneficiados com as formas de fazer lembrar e contar a História nas celebrações e memórias das cidades. (SCHUCMAN, 2012)

As populações brancas não abrem mão de seus privilégios, mesmo que os reconheçam. Os argumentos críticos sobre o poder desproporcional que possuem na sociedade não despertam nenhuma sensibilidade capaz de aguçar e interferir na ordem e disposição da estrutura social. Não há disponibilidade de enfrentamento dentro desse grupo para promover a liberdade do povo negro, apesar de terem acesso a um imenso conjunto de críticas, pensamentos e análises que mostram a historicidade das desigualdades e apagamentos históricos da população negra em monumentos, ruas, acesso a bens, serviços, direitos e cidadania.

No topo da hierarquia criada pelos grupos que estão no poder há a predominância de pessoas brancas, assim como, os referenciais são pensados a partir deles e para eles. A naturalização e universalização da visibilidade das condições desses sujeitos deixam explícito o caráter não racializado desse grupo.

No entanto, muitas vezes os sujeitos reconhecidamente brancos não são classificados como tal, pois, são considerados sujeitos universais, enquanto aqueles que não são brancos permanecem sendo vistos como “os outros”. O estranhamento de ser classificado como negro, preto ou pardo é reservado para aqueles que não possuem os fenótipos da branquitude. É que dentro dessas universalidades, esses indivíduos criam uma sociedade de espelhos em que se sentem confortáveis nas mais variadas instâncias em que transitam e não se mobilizam pela liberdade ou vida daqueles que são classificados como “os outros”.

Ao questionar a memória construída na cidade a partir de marcos da branquitude e dos poderes que reforçam o racismo na sociedade brasileira, o movimento negro emerge como sujeito que gera respostas. Contestar as narrativas de redenção isabelinas e do 13 de maio, bem como, elementos que se conectam a essas esferas, como a avenida batizada de “Abolição”, o “Palácio da Abolição” e o Plenário 13 de Maio na Assembleia Legislativa, que trazem para a superfície essas memórias dos tempos imperiais e estão atrelados ao trono isabelino.

Essas memórias autocelebrativas, brancas e excludentes do povo negro, estão sendo contestadas e questionadas como equivocadas como marcos do primeiro centenário. Como continuar homenageando uma princesa que assinou uma lei que não instituiu as condições de sobrevivência dignas e de liberdade plena após o 13 de Maio de 1888?

Ao apreender esse processo de várias reelaborações agenciadas por integrantes de movimentos negros organizados no Ceará, percebo um outro sentido de inteligibilidade sobre o passado escravocrata e as lutas travadas pelos ancestrais daqueles que se dispuseram a compor a referida militância.

### 2.3 Agenciamentos da memória negra: articulações brancas

Outros convites surgiam na imprensa e nos jornais no 13 de maio de 1988, que competiam a audiência dos leitores, informando-os sobre as programações alusivas as festas de celebração da liberdade do povo negro na cidade de Fortaleza. Através da leitura dos noticiários ficou evidente que, para a imprensa da época, havia uma relação confusa entre as datas de 25 de março, de 13 de maio e de 20 de novembro. Mesmo com o *Diário do Nordeste*, outro importante veículo de informação da época, anunciando que havia sido instituído o Dia do Maracatu a ser comemorado no 25 de março de 1984 e justificando que: “a data 25 de março celebra o Dia do Maracatu, por ser este o dia da libertação dos escravos no Ceará – 25 de março de 1884 –, primeiro Estado brasileiro a abolir a escravatura, quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.”<sup>39</sup>

Entretanto, no mesmo jornal, no dia 13 de maio de 1988, temos um convite para a festa do “Dia do Maracatu”. O cartaz anunciava que era uma homenagem a Zumbi dos Palmares. Na ocasião noticiada, Zumbi não aparece de forma alguma relacionado ao 20 de novembro.

**Figura 8**– Dia do Maracatu - Jornal o Povo 13 de Maio de 1988.



Fonte: BECE- Biblioteca Pública do Ceará. DATA: 13 de Maio de 1988.

A ligação entre o 13 de maio e a negritude, o maracatu e a data do 25 de março, a liberdade e Zumbi dos Palmares aparecem de forma vinculadas no anúncio do *Diário do*

<sup>39</sup> Jornal Diário do Nordeste, 13 de Maio de 1988. Acervo hemeroteca: Biblioteca Estadual do Ceará.

*Nordeste*. Categorias que se tornaram próximas, atreladas, vizinhas, costuradas quase de maneira associativa pelos veículos da grande mídia.

Há, portanto, uma confusão entre as datas de celebração, uma espécie de imprecisão quanto a definição de qual marco seria responsável pela liberdade do povo negro. As comemorações passaram a fazer alusão a elementos da negritude e a celebração da liberdade. Tanto a nível municipal, como estadual e nacional, essas datas foram usadas em sobreposição, usadas de modo “baralhado” nos discursos da imprensa, gerando assim, uma série de desinformações e confusões.

A utilização das datas sem critérios de investigação parece revelar o desconhecimento e a indiligência do poder público. Esse desleixo com a definição do Dia do Maracatu, ou ainda, com a celebração de Zumbi no mês de maio, mesmo quando os debates em torno do dia 20 de novembro e sua relação com Palmares já haviam avançado nos movimentos sociais. Esse novelo no calendário que se pretendia oficial, revela-nos uma considerável despreocupação com as referências e os marcos importantes para a população negra organizada.

À primeira vista, para um leitor leigo, tais equívocos aqui informados pode parecer algo simples, e não significante. Porém, mediante uma análise mais profunda, é possível observar como a questão do agenciamento da memória negra por mãos brancas é parte de um projeto maior, datado e com amplo poder de repetição em diferentes épocas, suportes e linguagens. A produção da festa propagandeada pela imprensa a ser realizada no dia 13 de maio de 1988 foi assinada por Calé Alencar e Rogério Soares, figuras importantes nas festas de maracatu ainda nos dias de hoje.

Florêncio, ao criticar a presença da Princesa Isabel nas celebrações do centenário da abolição de escravizados no Brasil pelo movimento negro no Ceará, ainda nos anos 1980, entra em divergência com o discurso de militantes como Francisco Hilário Ferreira Sobrinho que, em entrevista concedida para a confecção da fase de construção do projeto, em 07 de janeiro de 2021, afirmou que nos anos 1980 as críticas à narrativa em torno da Princesa Isabel como redentora já eram presentes no Ceará, sendo tecidas por membros dos movimentos organizados que não compareceram a tais eventos oficiais, como forma de boicotá-los.

O ano do centenário da abolição foi o mesmo ano em que a Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi aprovada. Graças ao inciso 42 do Artigo 5º deste documento, o racismo passou a ser enquadrado como crime inafiançável e imprescritível. Esta conquista é fruto dos vários diálogos, das lutas dos movimentos sociais e dos encontros



que combateram o racismo demonstrando a forte conexão e articulação entre esses movimentos no país inteiro.

Nesse momento, abre-se espaço para dialogar entre os avanços de cunho nacional e os anseios do movimento construídos na cidade de Fortaleza. Na ocasião da criação da Lei Orgânica do Município de 1988, o GRUCON (Grupo de União e Consciência Negra), que existia desde 1982, se articula para a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira no currículo municipal e sugere a inclusão de aulas de capoeira nas atividades relacionadas à disciplina de Educação Física. Mesmo sendo uma lei aprovada, ela não foi colocada em prática pela Secretaria de Educação, assim como, não houve investimento para os professores colocarem-na em exercício.<sup>40</sup>

O país e os movimentos sociais estavam mobilizados em torno do retorno da democracia. Havia o anseio de que, nos debates sobre a Constituição Cidadã e, graças à efervescência histórica do momento, ações novas pudessem ter oportunidade de gerar uma estrutura livre do racismo para o país.

A percepção de que estávamos entrando em um novo regime, construindo a versão de democracia com vistas a participação ampliada, onde a história do povo negro do Brasil também passaria a ser contada sob outras perspectivas que não fossem apenas a partir da lógica escravocrata. Um exemplo disso é o discurso da deputada constituinte

Benedita da Silva, que bradou em tribuna: “Queremos proclamar a nossa abolição. Não é ódio, nem rancor, apenas um grito de liberdade!”. Com essas palavras, a deputada representante do Partido dos Trabalhadores (PT), reverberava a voz de negras e negros nas audiências geradoras da Constituição de 88.<sup>41</sup>

Mesmo com o elevado nível de importância para o movimento negro, o centenário da abolição não inspirou os deputados constituintes a atender as demandas da população negra de forma abrangente, o que causou imenso sentimento de frustração naquelas e naqueles que haviam se movimentado em todo o país. Dito de outro modo, as críticas sobre as desigualdades experimentadas no país, registradas em debates constituintes, não chegaram ao texto final da Constituição.

---

<sup>40</sup> SOBRINHO, J. H. F. [Entrevista]. [Entrevista em áudio]. Fortaleza, 07 de janeiro de 2021. , 2 arquivos de áudio (43 min). Entrevistadora: Cícera Rosângela Barbosa Ribeiro. Arquivo Pessoal.

<sup>41</sup> [Comunicação no Brasil – por um grito de liberdade - Revista Afirmativa](https://revistaafirmativa.com.br/comunicacao-no-brasil-por-um-grito-de-liberdade/) . Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/comunicacao-no-brasil-por-um-grito-de-liberdade/>. Acesso em 8 de Maio de 2022.

O pensador quilombola, mestre Antônio Bispo dos Santos, também conhecido como Nego Bispo (2021), aponta que a luta quilombola na esfera pública brasileira é relativamente recente, tendo crescido de fato após a Constituição de 1988. Entretanto, como é sabido, a Carta Magna se tornou um importante dispositivo de um marco legal para as lutas dos povos tradicionais do Brasil. Em sua obra *Colonização, Quilombos, modos e significados*, Nego Bispo aponta que o atual modelo ecocida e desumano, economicamente adotado historicamente pelo Brasil, deve ser abandonado e, em seu lugar, deve ser implementado um modelo de biointeração, capaz de integrar a nossa sociedade, criticando o formato colonizador das nossas práticas cotidianas.<sup>42</sup>

Ainda, segundo a nossa referência quilombola:

A resistência, elemento do direito institucional garantido pela sua luta/enfrentamento na Constituição de 1988. Isso fez com que a colonização ressignificasse a Carta de Pero Vaz de Caminha, armas tecnológicas são apresentadas com um poder de destruição muitas vezes maior que o poder de defesa e de construção da vida das armas dos direitos legais, as quais muitas vezes as comunidades se apegam e seguem resistindo (SANTOS, 2021, p.59)

Outra importante influência do pensamento de elaboração circular dos povos contra colonizadores na Constituição Federal é a própria ressignificação dos termos quilombo e povos indígenas. O termo quilombo que antes era imposto como uma denominação de uma organização criminosa reaparece agora como uma organização de direito, reivindicada pelos próprios sujeitos quilombolas (BISPO, 2021, p. 72)

Se antes a comemoração se dava em torno da Princesa Isabel, após amplas movimentações do povo negro, vemos a comemoração ser alterada a partir do início dos anos 70 com outro referencial - o dia 20 de novembro, em alusão a Zumbi dos Palmares. A narrativa tradicional da abolição que estava sendo questionada, passaria a celebrar a ideia de uma construção coletiva em torno de novos marcos, a partir de referenciais identitários de luta corporificada em personagens pretos. O quilombo, não somente dos Palmares, passa a ocupar o centro das representações de permanência e ancestralidade.

Como nos afirmou Hilário Ferreira Sobrinho, houveram outras formas de celebrar os centenários aqui no Ceará. A Praça do Ferreira recebeu, no dia 13 de maio de 1988, pela manhã, um púlpito onde as pessoas negras proferiram suas denúncias sobre as situações às quais foram submetidas ao racismo.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup>SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Edição: 02. Ano da primeira edição 2015. Editor(a): AYÔ. Brasília, 2019.

<sup>43</sup> SOBRINHO, J. H. F. [Entrevista]. [Entrevista em áudio]. Fortaleza, 07 de janeiro de 2021. 2 arquivos de áudio (43 min). Entrevistadora: Cícera Rozizângela Barbosa Ribeiro. Arquivo Pessoal.

Desta forma, percebemos que os protestos negros ganham uma dimensão mais ampla e passam a ocupar a cena pública de Fortaleza com maior intensidade. O centenário se torna, então, de certa forma, a maneira de “botar fogo no engenho”, ou seja, de se manifestar com vistas a ensejar o trabalho de demolir as novas estruturas de reprodução do racismo. A música de Mestre Zumbi ganhava, cada vez mais, as ruas, embalando um reflorescimento do movimento negro no Ceará. Em meio ao centenário da assinatura da princesa, cujo trono memorativo havia sido retirado, e o desprezo ao ato que, na prática, não significou em absoluto a liberdade do povo negro.

Os versos da música de Mestre Zumbi Bahia: “*irmãos e irmãs assumam sua raça, assumam sua cor*”, era uma forma de convocar mulheres e homens negros para a “trincheira” de luta contra o racismo, como o autor indica nos versos seguintes: “*Vem pro Quilombo axé dançar o Nagô*”.

Em meio a literatura que converge para o entendimento que a Avenida 13 de Maio em Fortaleza é uma homenagem à santa católica, Nossa Senhora de Fátima, que também é celebrada no dia 13 de maio, a existência dessa avenida na capital do Ceará, reforça os signos que estão atrelados a data que ora discutimos.<sup>44</sup>

**Figura 9**– Mapa da avenida 13 de Maio em Fortaleza.



Fonte: Google maps. Confeccionado em 4 de janeiro de 2024.

Mesmo que o batismo da avenida tenha um motivo religioso e esteja relacionado ao catolicismo local, ela se insere em um calendário de celebrações nacional, como a Data

<sup>44</sup> Nirez. *Cronologia ilustrada de Fortaleza: Índice analítico e iconografia da Cronologia ilustrada de Fortaleza*. [S.l.]: UFC, Casa de José de Alencar Programa Editorial, 2001, Fortaleza, Ceará.

Magna. Os diferentes grupos valorizam e utilizam seus significados de formas diferentes. Há pessoas que relacionam imediatamente o marco temporal ao milagre religioso e há aqueles habitantes da capital que a relacionam ao marco da assinatura da Lei Áurea.

As manobras e atribuições de sentidos se dão a partir da racialização a qual os indivíduos estão inseridos, conscientes ou não. Ao ser batizada nos anos 50, durante o século XX, ela se afasta do marco temporal do século anterior, mas continua imersa em uma sociedade racializada, como é o caso da sociedade cearense que, também atribui símbolos, relacionando esta data diretamente à princesa Isabel.

A atual avenida 13 de Maio possui quase 3,5 km e conta, ao longo do seu percurso, com bancos públicos e particulares, comércio variados, desde roupas, comidas, lanchonetes, restaurantes, padarias, sorveterias, além, do Instituto Federal de Ensino, do *Campus* da Universidade Federal do Ceará, hospitais, shopping center, museus e outros importantes equipamentos para a cidade. Possui um ciclo intenso de pessoas e de transportes públicos e particulares.

Quando me refiro a AfroPatrimônios, estou revisitando esses movimentos que desfazem os mitos de democracia racial instalando no Brasil no pós 13 de Maio de 1888. Ao discutir a cidade e suas formas de se apropriar, organizar e batizar suas principais vias rememoramos a história oficial que o Estado Nacional deseja consolidar sobre os habitantes de suas cidades brasileiras.

O movimento negro tem recodificado o 13 de maio, como o “Dia Nacional de Luta contra o Racismo”, a estratégia tem sido usar demarcando e evidenciando as datas de efemeridades para cobrar a liberdade ainda não alcançada. Pesquisadores baianos criam um recurso virtual chamado “Salvador Escravista”, trata-se de um site que problematiza os monumentos controversos e as homenagens reparadoras. Esse recurso conclui que a escravidão continua viva no colonialismo, presente e de forma intrínseca aos monumentos das cidades, assim como, em Salvador, é possível identificar em Fortaleza os rastros da sua memória colonial, imperial e escravista nos logradouros públicos como viemos demonstrando.

Essas ações reforçaram o “protagonismo” senhorial, deixando a geografia da cidade com os contornos e aspectos pedagógicos que visam manter a interlocução dos privilegiados bem viva. Mesmo fora do ambiente educacional escolar, os moradores destas cidades continuam a ser sujeitos a memória contínua desses marcos, que certamente precisam ser revisados na contemporaneidade. Entendo, em consonância com diversos pensadores que refletem sobre este campo arenoso, que o Patrimônio Cultural, que não é estático, portanto, está

em constante disputa, denunciando as escolhas feitas ao longo dos tempos sobre o que deve ser lembrado e o que deve cair no esquecimento sem movimentando sempre na proposta de seletividade pelos agentes que atribuem os valores locais e/ou nacionais. A professora Renata Moraes alega que a liberdade jurídica não é a liberdade em sua plenitude, que as histórias das lutas por direitos revelam que, a cada geração de pessoas negras, as conquistas são obtidas em “fatias” de direitos. A função dos historiadores, segundo ela, tem sido expor e desfazer as narrativas isabelinas.

A autora aponta as destacadas figuras de José do Patrocínio e Luís Gama, que ajudam a reforçar a ideia de uma Liberdade que seria construída. O sangue que foi derramado pertencia a pessoas negras, mas optou-se, oficialmente, por uma narrativa em que não há derramamento de sangue durante o processo da abolição brasileira o que, consequentemente, dá a ver e a entender que a liberdade fora um favor concedido pelos senhores aos corpos escravizados e mais, que o contexto sugere pacificidade, inexistência de luta e derramamento de sangue.

Célia Maria Marinho indica que a data em questão era muito forte até 1950, quando a “batalha” pela memória se dá na arena pública e os novos agentes organizados no movimento negro passam a denunciar a chamada cidadania de segunda classe.<sup>45</sup>

Fernando Catroga (2005), um dos nossos interlocutores nessa escrita, recupera a noção de que tais datas comemorativas se conectam aos jogos de sentido, onde forças antagônicas estavam disputando narrativas.

De um lado encontramos aqueles que reproduzem um discurso inspirado no século XIX que o negro escravizado não estaria preparado para a liberdade, e do outro lado pesquisadores engajados com uma historiografia que refletisse as transformações da sociedade brasileira.<sup>46</sup>

Em Fortaleza, os símbolos da abolição são restituídos em espaços que remetem ao poder, como é o caso do Palácio da Abolição, sede do governo estadual, e da Avenida Abolição. Ambos se concentram no Bairro Meireles, localidade que detém certa centralidade na cidade. O palácio localiza-se há 400 metros da Avenida Beira Mar, obra dos anos 70, construído no contexto da ditadura civil militar brasileira (1964-1985). O prédio pertence ao Governo do Ceará e abriga desde 2011, a sede de despachos dos governadores estaduais.

---

<sup>45</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “Abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro”. In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos. n. 30, dez 1996

<sup>46</sup> GOMES, Flávio dos Santos. “No meio das águas turvas. Racismo e Cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte. 1888-1889”. In: Revista Estudos Afro-Asiáticos. n. 21. Dez 1991.

**Figura 10**– Fachada do Palácio da Abolição do lado da Rua Desembargador Moreira em Fortaleza-CE.



Fonte: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/227/> Acesso em 4 de janeiro de 2023.

Batizar um espaço dedicado ao poder com referência sobre o episódio de 25 de março, ou 13 de Maio remete ao caráter de destaque dado a esse evento pelos poderes públicos das sociedade cearense e como esta deseja recordar tais eventos históricos.

Nas reflexões de Paul Connerton (1999), ele investiga a importância das datas comemorativas e elucida sobre o batismo desses espaços como sendo o desígnio da liberdade, pretendia-se, deste modo, manter presentificado um evento do pretérito. Paul Connerton afirma:

As datas históricas se reportam de forma elaborada a um momento. Não é uma exposição de uma doutrina abstrata, nem a recapitulação de um mito, pois os acontecimentos se passaram numa história datável, num período definido [...] que recapitula e reencena. Nos rituais políticos modernos há uma reivindicação explícita de comemorar uma continuidade com o passado, e podemos inferir que as cerimônias comemorativas desempenham um papel significativo na configuração da memória comunitária.<sup>47</sup>

Nesse sentido, acredito que a memória que estava sendo preservada era a da elite que atribuía a si mesma o papel de redentora. Nos sujeitos antagônicos presentes nessa narrativa, estavam de um lado, a elite redentora branca e do outro o povo negro que lutou pela sua liberdade. A tentativa dessa estratégia de batismo é a de dissipar as controvérsias, possibilitando que a versão oficial da elite branca opere de forma irrestrita. A finalidade de tais denominações para os espaços de poder da cidade tenta afirmar a todo custo a autoridade dos herdeiros e a caracterização deste grupo orgulhoso da bondade de seus antepassados.

---

<sup>47</sup> Connerton, Paul. Como as sociedades recordam.

Próximo ao Palácio de despacho dos governadores encontramos a Avenida Abolição. Chamada anteriormente de Avenida Meireles, a via foi renomeada no Diário oficial do município -DOM N°2581, publicada na lei nº2016. A proposta de lei foi iniciativa do então vereador José Fiuza Gomes, e determinava que a partir do dia 5 de setembro de 1962 a avenida passaria a ser chamada de Avenida da Abolição.<sup>48</sup>

**Figura 11**– Mapa da Avenida Abolição em Fortaleza-CE.



Fonte: Google Maps. Acesso em 6 de janeiro de 2024.

Em Diário Oficial do Município de nº7.405 do dia 28 de maio de 1982, a lei 5.571 estabelecia a ampliação e os limites da avenida que homenageia a libertação dos povos escravizados. Ela começaria na esquina da Barão de Studart até o final da avenida Beira Mar, próximo ao Mercado dos Peixes.<sup>49</sup>

Ao enfatizar o acontecimento nos anos 80 do século XX, o poder público demonstra o amparo à narrativa de povos emancipados e emancipadores, dando destaque para este último grupo. A história contada através das nomeações das avenidas desta cidade continuava ligada a uma história dos libertadores.

Em Fortaleza ainda contamos com o Plenário 13 de Maio da Assembleia Legislativa, localizado na Avenida Desembargador Moreira, no Bairro Dionísio Torres. No prédio hoje

<sup>48</sup> NOBRE, Leila. Fortaleza Nobre. In: <http://www.fortalezanobre.com.br/2013/04/avenida-da-abolicao-antiga-avenida.html>.

<sup>49</sup> NOBRE, Leila. Fortaleza Nobre. In: <http://www.fortalezanobre.com.br/2013/04/avenida-da-abolicao-antiga-avenida.html>. Acessado em 20 de fevereiro de 2024.



funciona a Assembleia dos Deputados Estaduais do Ceará. Segundo a Revista Plenária, revista oficial da Assembleia:

O projeto do Anexo II-Edifício José Euclides Ferreira Gomes faz a Assembleia Legislativa retomar um importante papel na história arquitetônica do Ceará e que começou com o prédio principal. Inaugurado à zero hora do dia 13 de maio de 1977, em homenagem à data da libertação dos escravos. E, depois, com uma solenidade, à tarde, com a presença do então presidente da República, Ernesto Geisel, o Palácio Deputado Adauto Bezerra representou um marco.<sup>50</sup>

Entendemos que ao consagrar um dos prédios de funcionamento público dos mais importantes para a sociedade cearense de *Plenário 13 de Maio*, em pleno dia 13 de maio de 1977, é possível concretamente perceber o que nos apontou Paul Connerton, quando reforça que: “o simbolismo dos rituais políticos representa conceitos particulares daquilo que é a sociedade e como ela funciona”.

Naquele espaço, que durante a década de 1970, sob o regime da ditadura civil militar (1964-1985), era ocupado somente por homens brancos e que, no contexto atual, se mantém predominantes deste modo, cujos sobrenomes são herdeiros dos grupos dominantes. É possível entrever o esforço de continuar a comunicar os valores de democracia racial, festejando a pluralidade das raças evocada na determinação Data Celebrada na titulação do local.<sup>51</sup>

**Figura 12** - Fachada do Plenário 13 de Maio - Assembleia Legislativa do Ceará.



Fonte: <https://www.opinioce.com.br/wp-content/uploads/2023/11/2Z3A1534-1-scaled.jpg> Acessado em 7 de janeiro de 2024

<sup>50</sup> Plenário - Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Ano IX - Janeiro/Fevereiro 2012 - 27ª edição.

<sup>51</sup> CONNERTON, Paul. Como as Sociedades recordam, 1999.



Apoiada nos escritos de George Simmel que versa sobre o tempo histórico, compreendo que o *“conteúdo da realidade é histórica quando sabemos o lugar que ocupa em nosso sistema temporal”*.<sup>52</sup>

Devo revelar que, no esforço do exercício histórico, da elaboração dessas constatações se dá o entendimento que se segue, no qual, grupo coloco em diálogo nos três 3 tempos diferentes: o passado como eles quiseram narrar, o presente onde interpretamos essa narrativa e o futuro construindo sob um horizonte de expectativas

**Figura 13-** Registro da parte interna do Plenário 13 de Maio- Assembleia Legislativa do Ceará.



Fonte: <https://www.opiniaoce.com.br/wp-content/uploads/2023/11/2Z3A1534-1-scaled.jpg>  
Acessado em 7 de janeiro de 2024

O **primeiro instante** de compreensão está localizado no século XIX, quando os eventos de lutas pela Liberdade do povo escravizado e as leis que proíbem o comércio de pessoas está posto. O **segundo momento**, ao qual dou ênfase nessa dissertação, é o ato monumental de rememorar e as formas e fluxos com que estes festejos, lembranças e esquecimentos foram elaborados durante o 1º Centenário da Abolição no Brasil. E o **terceiro e último**, se desenvolve sobre o tempo em que escrevo, a partir da compreensão de mulher negra e militante do movimento negro na segunda década do século XXI. Não há a pretensão de

---

<sup>52</sup> CONNERTON, Paul. Como as Sociedades recordam, 1999

analisar a totalidade das possibilidades desse vasto universo da pesquisa, entretanto, objetivamos promover esse debate enquanto estamos tendo a memória do povo negro no Ceará e suas impressões de Liberdade postos e evidência

### **3 CAPÍTULO 2: NARRATIVAS SOBRE O 25 DE MARÇO**

#### **3.1: Luta pelo desencastelamento da data Magna do Ceará.**

O Ceará é conhecido como a “Terra da Luz” devido ao epíteto dado por José do Patrocínio<sup>53</sup>. Na ocasião da alcunha, o jornalista parecia ter ficado comovido com as ações do prático-mor Francisco José do Nascimento e seus companheiros de trabalho e de luta jangadeira. Os trabalhadores do mar decidiram que, a partir de 1881 não embarcariam mais nenhuma pessoa escravizada no porto do Ceará.

A articulação entre os donos das jangadas que embarcavam escravizados, conjuntamente com membros das sociedades abolicionistas e das sociedades libertadoras, fez com que José do Patrocínio considerasse a província do Ceará como um ícone da abolição. Em comparação inversa, São Paulo passava a ser qualificada como o castelo forte do hediondo escravagismo vigente naquela época (MOREL, 1988).

Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar como ficou conhecido na história cearense, foi um dos líderes da Sociedade Cearense Libertadora e também era jangadeiro, trabalhava de sol a sol naquelas praias circunvizinhas ao porto de Fortaleza.

Essas características de Dragão do Mar foram projetadas para o futuro de forma isolada, heróica, porque não dizer, individualizada, onde as narrativas sobre o destemido jangadeiro ficaram eternizadas, até o presente, e desacompanhadas dos demais sujeitos históricos, homens e mulheres que participaram com ele naquela luta pela liberdade e nas resistências diversas produzidas na época. Em diálogo registrado na época entre José do Patrocínio e Dragão do Mar, este chegou a afirmar que: "Não há força bruta neste mundo que o faça reabrir (porto do Ceará) ao tráfico negreiro".<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> José do Patrocínio, republicano e abolicionista, nascido em 1853, foi para o Rio de Janeiro em 1868, dedicou-se às causas da República e pela Abolição escrevendo na imprensa, chegou a vir ao Ceará e ficar 2 meses aqui meses antes da abolição na província cearense, celebrou o 25 de março de 1884. Conferir PINTO, A. F. M. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

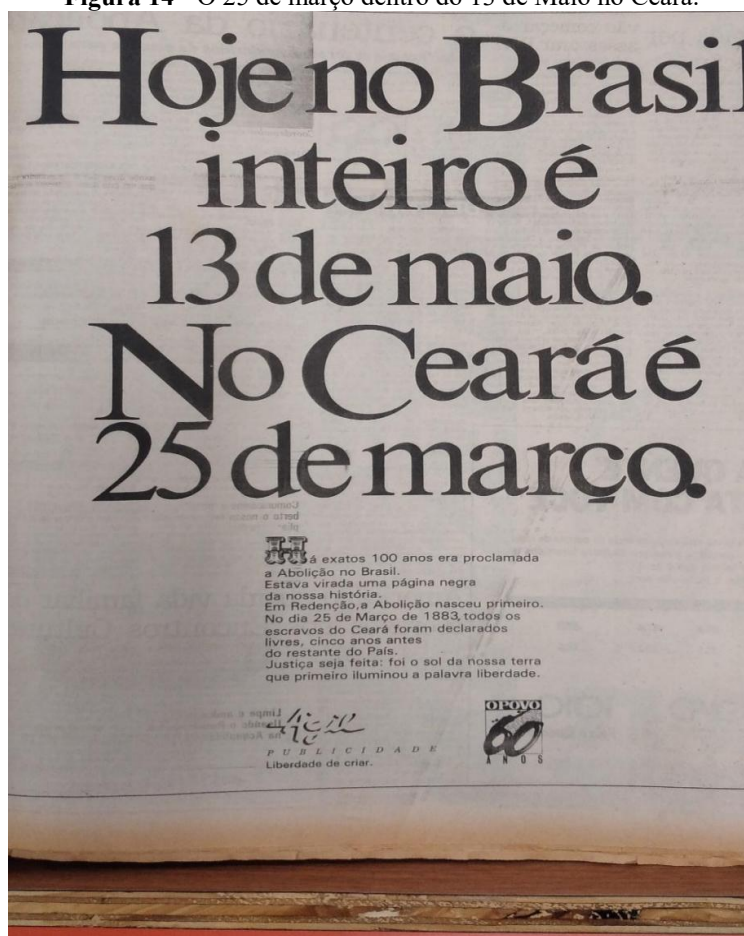
<sup>54</sup> Jornal O LIBERTADOR. Edição Fac Similar

A partir de então, as cidades da província do Ceará passaram a abolir a comercialização de seres humanos. O processo iniciado nas praias fortalezenses é seguido pelo dia 1º de janeiro de 1883, na cidade de Acarape que se tornou a primeira cidade cearense a abolir a escravização e, se estendeu até a data de 25 de março de 1884, quando a última cidade desse território determina que a prática deste comércio é vetada. A partir desse momento, o dia de 25 de março passou a ser celebrado anualmente pelos poderes públicos como um marco do pioneirismo cearense, reconhecido nacionalmente por meio de seus órgãos de memória e pela história oficial (NASCIMENTO, 2018).

Após esse evento, os outros 25 de março foram celebrados de diversas formas, desde feriado estadual com direito a desfiles, assim como, publicações na imprensa ou livros e fascículos especiais dedicados ao tema. Contando ainda com discursos em assembleias, e câmaras que deveriam ser tratados como sinal de orgulho do passado.

No início dos anos de 1890, o 25 de março ganha importância como uma memória da coletividade cearense, passando a fazer parte da identidade do povo como um símbolo de libertação que condiz com o espírito do novo homem do século XX e que estava por vir. Durante o centenário da abolição, houve uma propaganda de quase uma página inteira em um jornal no dia 13 de maio de 1988, onde é possível se ler:

**Figura 14** - O 25 de março dentro do 13 de Maio no Ceará.



Fonte: Acervo hemeroteca- BECE - Jornal Diário do Nordeste, 13 de Maio de 1988.

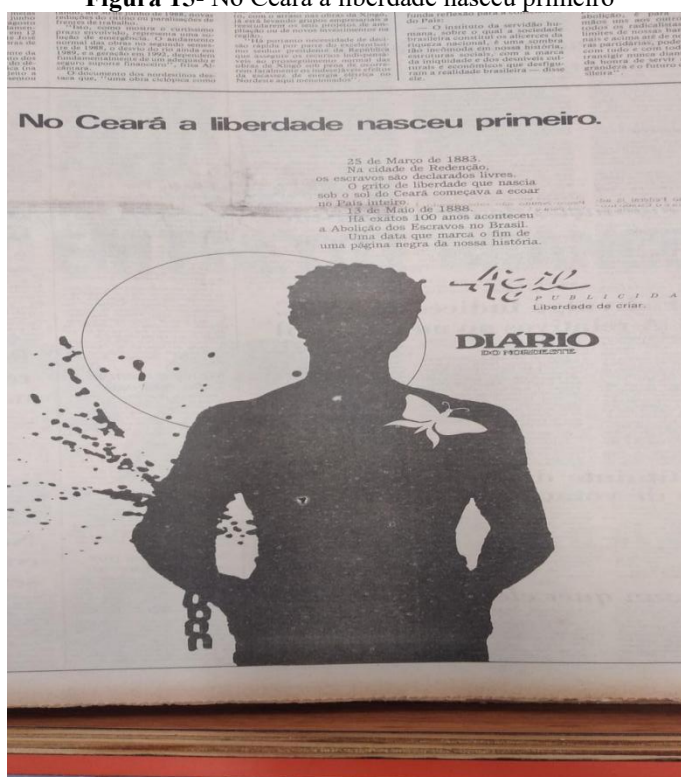
Observo que mesmo as celebrações estando incorporadas na agenda do 13 de maio, a data magna local não deixava de ser mencionada na tentativa de se equiparar à narrativa nacional. A construção do pertencimento cearense se dava por ser a primeira província a abolir o tráfico humano e colocar os nascidos nesse território em uma posição, que se entendia de destaque, diante de tal solidariedade humana. Percebo uma tentativa de sobrepor um aspecto civilizatório que seria elevado aos demais brasileiros.

A redenção do povo cearense, que entende a libertação como um feito coletivo, também se manifesta na mudança do nome da primeira cidade a abolir o tráfico, Acarape, que passa a ser denominada de Redenção em homenagem evidente ao fato de ter libertado 116 cativos naquele 1 de janeiro de 1883. Há um reforço constante da História do Ceará na tentativa de fortalecer esse aspecto peculiar da história local frente à história nacional. Essa ideia é incorporada como uma conotação positiva, que os nascidos no território cearense deveriam se orgulhar pelo pioneirismo dos antepassados, ou seja, o Ceará estaria à frente nas ações em torno da liberdade e antiescravista.

Ainda na imprensa encontramos outras referências alusivas à importância das datas locais. Uma agência de publicidade chamada Ágil publicou no *Diário do Nordeste* um anúncio de meia página indicando o território cearense como precursor e, por tanto, referência de liberdade.

A palavra liberdade aparece mais de uma vez associada ao Ceará como uma característica importante e, neste sentido, passível de ser identificada por Terra do Luz, onde o sol teria tido a força e a clareza necessárias para iluminar as mentes dos cearenses do século XIX. A partir então, desta província do Norte, que serviu de espelho para o restante do país, e esses teriam se tornado aos poucos adeptos do exemplo dado.

**Figura 15-** No Ceará a liberdade nasceu primeiro



Jornal Diário do Nordeste, 13 de Maio de 1988.

Lemos na manchete da celebração da Liberdade de uma página do Diário do Nordeste, do dia 13 de maio de 1988 os seguintes dizeres:

“25 de Março de 1883  
Na cidade de Redenção,  
os escravos são declarados livres.  
O grito de liberdade que nascia  
sob o sol do Ceará começava a ecoar  
no País inteiro.  
13 de maio de 1888  
Há exatos 100 anos aconteceu

a Abolição dos Escravos no Brasil.  
Uma data que marca o fim de  
uma página negra na nossa história”<sup>55</sup>

O anúncio mesmo sendo inserido em um fascículo que circula dia 13 de maio de 1988, faz referência ao 25 de março cearense, a referência a Redenção, a associação ao sol cearense que dentro desse texto iluminaria o restante do país nos remete a esse pioneirismo aclamado em outros textos.

A referência ao centenário do marco nacional acontece somente no meio do texto em destaque, trazendo as palavras abolição e escravos em letra maiúscula destacando estes aspectos para a associação com a palavra liberdade. O reforço dessa associação mais um vez consolida os discursos de um direito cedido, e não conquistado. Aliás, uma tendência geral das narrativas de pretensão oficial, como já foi dito. Nos idos anos 80, a linguagem usada se refere a uma página “negra” da história, ou ainda, sugere que o período era obscuro, tratado assim de modo pejorativo a raça negra e o período em que não estaria criando formas de resistências e existências.

A mensagem vem associada de um desenho que transmite delicadezas em meio a instrumentos de tortura, com a presença de uma sombra escura de um homem e uma borboleta pousando no coração desse indivíduo. As correntes não permitem esquecer as associações aos símbolos cristalizados da escravização.

Algumas matérias jornalísticas carregavam celebração, rememoração, festa, serenidade, sutilezas, outras traziam tensionamentos sobre a celebração do marco como seleciono outra matéria jornalística, assinada pelo memorialista Miguel Ângelo de Azevedo Nirez, também em maio de 1988, o cearense questiona através da matéria intitulada: “Libertação dos escravos - 100, 104 ou 105 anos?”, a mesma ganhou destaque ocupando uma folha inteira e o verso da página do jornal. Na nota, Nirez apresenta um debate sobre a contagem do tempo, questionando os marcos e trazendo para o centro da discussão qual desses marcos merecia ser usado para rememorar o centenário.

Na folha que o jornal dedicou a escrita de Nirez percebi que há quatro imagens relacionadas com o passado do evento de abolição. Em três delas vemos a Sociedade Libertadora Cearenses: uma em Icó, outra em Canindé e, por fim, na cidade de Fortaleza. Na

---

<sup>55</sup> Diário do Nordeste, 13 de maio de 1988. Acervo hemeroteca BECE - Biblioteca Pública do Estado do Ceará. Acessado em



quarta imagem ao lado do texto há uma réplica da capa da Revista Ilustrada com o Dragão do Mar com os jangadeiros que comemoravam o sucesso do não embarque de pessoas para as províncias do sul.

Figura 16: Sociedades Libertadoras, interpretação de Nirez.



Fonte: Jornal O POVO, 13 de Maio de 1888, Acervo Hemeroteca - Biblioteca Pública do Estado do Ceará (BECE)

Nas 3 imagens sobre as sociedades libertadoras, todas do Ceará, percebemos a presença proeminente de homens brancos. Em uma das obras há três mulheres não identificadas e na outra a legenda explica a presença do catraieiro Dragão do Mar. Nirez interpela sobre as comemorações do 13 de maio em Fortaleza, Redenção e na província do Ceará em geral, quando a data que o território cearense deveria celebrar seria outras: ou o 1º de janeiro ou 24 de maio. Essas celebrações seriam mais fiéis se tivessem sido comemoradas em 1883, ou 1884, ele não faz referências ao 25 de março.

O 1º de janeiro se refere a abolição em Acarape que, por conta da abolição, passa a ser invocada por Redenção, assim como outros autores contemporâneos seus, Nirez

reivindicava ser esse o primeiro local do Brasil a promover a liberdade da população negra escravizada.

Nas palavras de Nirez: “Muita justa é a comemoração da libertação dos negros, embora questionada em virtude da segregação ainda existente”, com base nesse trecho é possível perceber que o autor opera duas contradições dentro de uma única reflexão: a primeira é que quem está sendo celebrada são as sociedades libertadoras, composta por homens e mulheres brancos e brancas e não os povos cativos como por exemplo: Chico da Matilde, o Dragão do Mar que não era cativo, vale salientar.

Essas sociedades se auto celebram, assim como seus descendentes. É possível constatar que há uma monumentalização de suas trajetórias presentes nos nomes dados às ruas de Fortaleza como: Pedro Pereira, Antônio Bezerra, Frederico Borges e João Cordeiro. A segunda contradição perceptível, consiste perceber que mesmo no tempo que há uma celebração dessa memória branca e uma valorização dela, há também o questionamento do destaque do evento no Ceará na contagem do tempo em âmbito nacional.

Acredito que também é evidente um estranhamento de uma liberdade inacabada para a população negra, marcada pelo Racismo. A segregação é afirmada por Nirez (2021) mas negada em alguns setores mais conservadores da sociedade, estes tentavam apontar radicalização ou, como discordantes, todos aqueles discursos que eram mais assertivos e incisivos sobre as violências de raça sofridas pela população negra cem anos após a sua liberdade.

Ele faz uma distinção sobre a forma como as datas deveriam ser tratadas no Ceará, ele enaltece as datas do 1º de janeiro e do 24 de maio, como datas que fortaleceriam mais a identidade do povo cearense e sua relação com a liberdade ao invés do 13 de maio. O autor parece demonstrar considerar equivocado a dimensão dada ao 13 de maio no Ceará.

Nirez (2001) traz elementos históricos do início do século XIX para pensar o processo da abolição passeando pelas experiências desde a Constituição de 1823 e a pressão que o Brasil recebe da Inglaterra, assim como, pelas leis de liberdades limitadas como é o caso da Lei Nº 581 de 4 de setembro de 1850. Portanto, 33 anos antes da abolição no Ceará, a Lei Eusébio de Queiroz proibia o tráfico de pessoas, mas como destacou nosso interlocutor, o seu cumprimento só se tornaria verdade em 1853. Provavelmente, Nirez estava se baseando nas documentações históricas sobre a entrada de pessoas do continente africano pelos portos brasileiros.



Pedro Pereira foi deputado cearense no Império, em 1853, chegando a apresentar naquele ano o projeto que designava que pessoas nascidas de genitores escravizados passassem a ser considerados livres. No entanto, essa proposta só foi aprovada pelos deputados do Império em 1871 como a “Lei do Ventre Livre” que também contou com a autoria de Pedro Pereira.

A memória em torno de Pedro Pereira ganha destaque nesta cidade, tendo o seu nome batizado uma das principais ruas do centro de Fortaleza. O destaque dado ao personagem se justifica pelo fato do cearense ter tido esse intento de propor de forma pioneira a libertação dos filhos de escravizadas ainda em 1853, décadas antes da aprovação da Lei do Ventre Livre. Na narrativa apresentada por Nirez mais de 100 anos, depois tenta mais uma vez reforçar a ideia do pioneirismo cearense e do espírito libertador dos homens brancos dessa província do norte.

Nirez ainda traz no seu artigo jornalístico a presença de algumas sociedades libertadoras existentes em Baturité, em Sobral, como a Sociedade Libertadora em Baturité, a Sociedade Emancipadora Sobralense, ambas as duas de 1870 e, a sociedade libertadora fortalezense Perseverança e Porvir. É sabido que a maioria dessas sociedades libertadoras compravam pessoas escravizadas, quer dizer, promoviam a liberdade sem prejuízos financeiros aos senhores e senhoras de escravizados. Essa estratégia é marcada por uma pactuação branca de promover uma liberdade não radicalizada, que não trouxesse maiores tensões à sociedade brasileira.

Continuando com as explanações de Nirez quando faz referência ao Centro Abolicionista 25 de dezembro e a Sociedade das Senhoras Libertadoras, diz-nos que: “pretendiam agir com mais tato, evitando discórdia”, isso significa que não tinha a intenção de causar qualquer conflitos de interesses entre os libertadores e aqueles que comercializavam pessoas. O memorialista cita apenas a Sociedade Cearense Libertadora, como sendo àquela que promoveu a “libertação dos escravos a qualquer custo, até libertando-os à força.”<sup>56</sup>

Para finalizar a sua análise, ele coloca o Ceará mais uma vez em destaque quando informa que os jornais do sul do país publicavam charges diversas sobre “o trabalho dos cearenses em prol da libertação dos escravos”.<sup>57</sup>

A matéria jornalística ainda reproduz uma imagem clássica de Chico da Matilde entre embarcações e com o mar ao fundo, esta imagem foi produzida pela Revista Ilustrada, um dos mais importantes veículos jornalísticos do final do século XIX e início do século XX,

---

<sup>56</sup> AZEVEDO, Miguel Ângelo de. (Nirez). Jornal O POVO, 13 de Maio de 1988, BECE Acessado em 9 de dezembro de 2022.

<sup>57</sup> AZEVEDO, Miguel Ângelo de. (Nirez) Jornal O POVO, 13 de Maio de 1988, BECE Acessado em 9 de dezembro de 2022.

publicou uma longa matéria sobre os bravios trabalhadores do mar em edição muito marcante para a historiografia brasileira, contendo uma capa que leva a liderança de Dragão do Mar e outros jangadeiros (1989).

O pesquisador Edmar Morel (1988)), autor da obra *Vendaval da Liberdade: luta do povo pela abolição*, diferencia as organizações abolicionistas que acreditavam na abolição em etapas, formadas principalmente por intelectuais das sociedades libertadoras que acreditavam que somente a luta subversiva e rápida seria capaz de alcançar não somente a abolição, mas também, a República e a liberdade.<sup>58</sup>

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, um decreto de cunho estadual, assinado em 28 de fevereiro de 1890, declara feriado o 25 de março, reservando-o para comemorações dos ex-escravizados, doravante, livres pela vontade do povo cearense.

A rua que anteriormente chamava-se do Pajeú e a rua 17, ganharam o novo nome de 25 de Março, localizada no Centro de Fortaleza. Em 1923, a data perdeu destaque por concorrer com o feriado religioso do dia 19 de março no Ceará, dia de São José, o padroeiro do estado, mas voltou a se tornar feriado estadual em 2011, quando foi feita a referência e evocou-se a simbologia da "Data Magna".

**Figura 17-** Placa da Rua 25 de Março - Fortaleza.



Fonte: <https://blogtecafaculdadecdl.blogspot.com/2014/03/25-de-marco-abolicao-da-escravatura-no.html>

---

<sup>58</sup> MOREL, Edmar. *Vendaval da Liberdade: a luta do povo pela abolição* - 3. ed. - São Paulo: Global, 1988.

O retorno do 25 de março como feriado é fruto de uma Emenda Constitucional que instituiu o feriado, de autoria do deputado Lula Moraes<sup>59</sup>, ela foi aprovada pela Assembleia Legislativa em 1º de dezembro de 2011.

Em *live* realizada no dia 25 de março de 2021, ocorrida no formato virtual haja vista à pandemia da COVID-19, contou com a organização e a participação da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (FETAM-CE), da Secretaria de Combate ao Racismo da CUT (Central Única dos Trabalhadores), e também com a participação do professor e historiador José Hilário Ferreira Sobrinho que, na ocasião afirmou:

60

A história da lei, eu participei do processo todo, além da produção do embranquecimento [...] a primeira audiência que ocorreu na assembleia me chamaram pra ir, porém a minha abordagem é essa, me chamaram pra ir, meu compromisso é com a verdade histórica, a partir da minha reflexão crítica sobre o ato, segundo as fontes históricas me levaram a chegar a essa conclusão, diante disso, parecia que a audiência tinha que direcionar para comemorar, e eu fiz uma abordagem crítica e depois dessa abordagem eu nunca mais fui chamado pra continuação dessa audiência, a razão é que minha posição sobre o 25 de março ela não bateu com a do deputado que queria que o legitimasse basicamente a data [...] uma outra questão é que existem datas que são mais profundas que o movimento negro deveria pressionar, o 30 de agosto de 1881 a ação dos jangadeiros foi muito mais radical, o evento de não deixar os cativos serem embarcados em fortaleza foi muito mais radical porque a marinha nesse conflito de 30 de agosto de 1881, a marinha ela estava a favor dos negreiros e o exército estava a favor do movimento abolicionista, a marinha tinha uma ordem de bombardear a praia do peixe caso houvesse a greve [...] pra mim essa luta é muito mais importante que essas contradições do 25 de março que não trouxeram nenhuma liberdade [...] nós tem uma historiografia oficial que não está interessada em contar a luta pela abolição, ela está interessada em contar a história a partir dos brancos pela abolição e aceitar isso não nada mais. (SOBRINHO, 2021).

Ao participar dos debates que decidiam pela Data Magna como feriado estadual na Assembleia Legislativa, o professor, estando na função de debatedor, foi ouvido pelos deputados presentes na assembleia. E ao se posicionar, evidenciou que uma celebração no 25 de março traria a manutenção da memória das sociedades abolicionistas e libertadoras que eram compostas majoritariamente por pessoas brancas. Ele argumenta ainda que, a greve dos jangadeiros em agosto de 1881 teve uma relevância histórica mais significativa para o fim do comércio de pessoas no Ceará e, por tanto, a assinatura da lei em 1884 não teria tido o mesmo impacto.

<sup>59</sup> Lula Moraes é médico, já foi vereador de Fortaleza e deputado estadual do Ceará pelo Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, propôs a emenda no mandato 2011-2014.

<sup>60</sup> SOBRINHO, Hilário Ferreira, GENTIL, Joelma. FETAM-CE - **Debate A abolição no Ceará e a (re)construção da história afrobrasileira e indígena**. [Transmissão ao vivo]. Youtube. 25 de março. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sx0Af9fXsWM> Acesso em: 9 de março de 2022.

Atento ao fato de que o comemoracionismo, para Hilário, seria mais uma forma da branquitude enfatizar seu papel “generoso” durante os processos abolicionista. O professor também destaca sua íntima relação com o conhecimento histórico ao trazer em detalhes uma sequência de acontecimentos notáveis que justificam seu posicionamento, assim como, revela sua intimidade com as fontes e com a bibliografia a respeito do tema.

A insatisfação do deputado Lula Moraes com a defesa feita pelo historiador, teve como desdobramento a não continuidade deste em sessões subsequentes. Ao final deste processo, Hilário avalia que esse tipo de atitude não deveria ser aceito pelos movimentos negros no contexto de letramento racial e avanço dos debates sobre memória e História dos povos negros.

Mesmo considerando o 25 de Março relevante para os debates, para o referido historiador que é, vale ressaltar, uma figura reconhecida e respeitada na comunidade negra, o dia 30 de agosto de 1881 seria uma data mais propícia para destacar o protagonismo da população negra na luta pela sua liberdade, já que a ação dos jangadeiros possuía um teor mais radical.

A recusa dos jangadeiros de embarcar pessoas se deu após uma sequência de acontecimentos que iremos descrever mais à frente, envolvendo Preta Simoa, Dragão do Mar e o jangadeiro Napoleão que, por sua vez, projetaram na cena pública, o Ceará como um centro difusor de uma imporre lógica que encerra o ciclo escravagista do comércio de pessoas.

O compromisso com o conhecimento histórico ressaltado por José Hilário Ferreira Sobrinho também foi apresentado em sua dissertação de mestrado em História, posteriormente no livro intitulado: “Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881)”, publicado pela SECULT em 2011. No referido livro o autor aprofunda informações sobre o tráfico interprovincial no século XIX o que contribui para a continuidade da escravidão no Brasil.

Em 1850 é instituído o fim do tráfico de africanos para os portos no Brasil, mesmo tendo em vista que, o fim não se dá de forma imediata, é possível identificar uma drástica redução, porém, a necessidade de mão-de-obra escravizada nas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais não seguiram o mesmo percurso e lógica.

Muitos dos que passaram a ocupar as lavouras de café no Sul e Sudeste do Império do Brasil saíam do Ceará e de outras províncias do norte. Entre os anos de 1873 e 1887, o Ceará enviou mais de 37% de seus escravizados, tornando a província uma das maiores exportadoras de mão-de-obra para São Paulo (SOBRINHO, 2011).

Em 30 de agosto de 1881, os jangadeiros que eram donos de suas embarcações, se recusaram a embarcar mais escravizados na Praia do Peixe. Uma multidão compareceu à praia e impediu possíveis bombardeios em retaliação. A data reivindica pelo estudioso como dia de radical e importante posicionamento de homens e mulheres negros marca o início do processo de libertação do povo cativo.

A postura de vigília de Dragão do Mar, bem como, a articulação entre José Napoleão, Preta Simoa, José Teles e a população que ocupava a praia, marcou uma série de interrupções de embarques e desembarque para os navios maiores ancorados nas proximidades do porto. Mesmo com diante do pagamento oferecido aos praieiros para que furassem o bloqueio, não se registrou mais nenhum embarque desde aquele evento. É a partir dessa pesquisa que Hilário constata a força e centralidade do Ceará na extinção do tráfico interprovincial ao passo em que informa o quão equivocado é a celebração ter por marco o 25 de Março. Hilário propôs, nos debates legislativos ocorridos no início do século XXI, o 30 de agosto como alternativa para lembrar as lutas pela liberdade.

### 3.2 Monumentalização do 25 de Março: geografia da liberdade

Vários monumentos de Fortaleza-CE já no período republicano, homenageiam tal fato histórico com o batismo de uma rua chamada 25 de Março, em alusão ao marco da libertação dos escravizados no Ceará, entre outras ruas alusivas à abolição ou abolicionistas.

**Figura 18**-Rua 25 de Março em Fortaleza-CE.



Fonte: Googles Maps

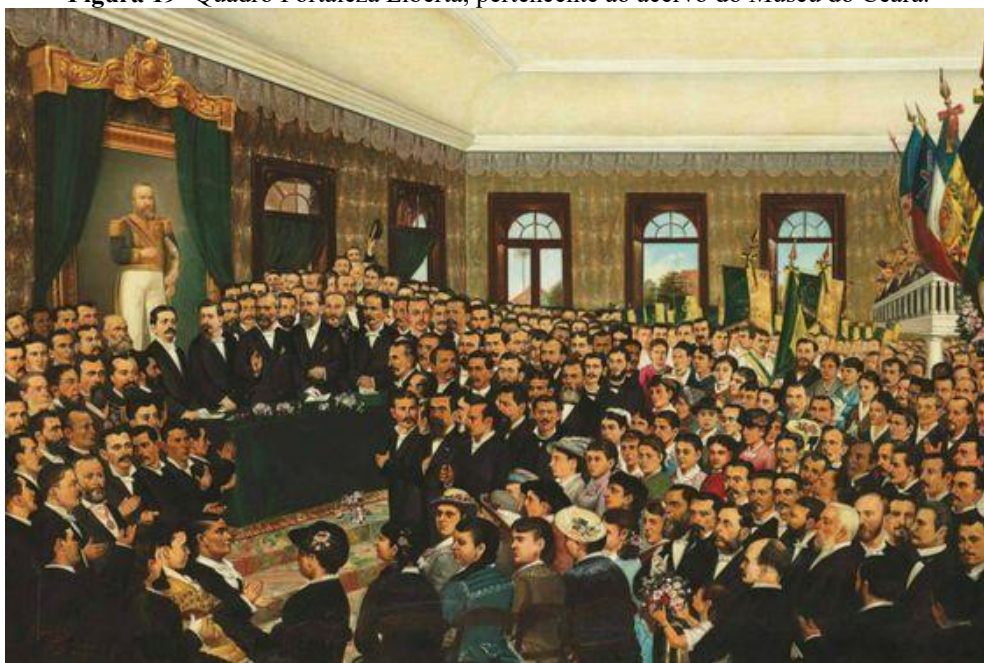
Durante as décadas de 1980 e 1990, o professor Alex Ratts, membro do movimento negro no Ceará, se tornou referência para investigações e estudos no campo das ciências humanas, refletindo e dialogando sobre as questões raciais. Tive a oportunidade de conhecer e obter o seu auxílio na reflexão em torno do que trataremos aqui, como as marcas geográficas relacionadas ao 25 de Março e outros vestígios da colonialidade no espaço estudado. Ratts elucidou sobre o assunto:

No caso das imagens referentes a índios e negros como constituintes de um passado, mas não de uma contemporaneidade insurgente, incômoda para certos grupos, reserva-se aos primeiros, a(s) figura(s) idílica(s) do romantismo (PORTO ALEGRE, 2003), e para os segundos, o lugar encapsulado de escravizado, com algumas exceções, caso do Dragão do Mar. Há uma ênfase na libertação no Ceará em 1884 enquanto processo que se antecipa ao nacional; a Avenida Raimundo Girão era denominada de “Abolição” antes de receber o nome do historiador e a sede do governo estadual é

chamada de “Palácio da Abolição” [...] além da Rua Dragão do Mar, há a Rua José Napoleão, homenagem ao pescador, um homem liberto, que se envolveu na libertação de parentes e amigos junto com Simoa, também negra, com quem era casado, e foi ativo nas mobilizações pelo fim do tráfico de escravizados(as) no porto em janeiro e agosto de 1881 (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 280). José Napoleão e Simoa são pouco lembrados nas memórias abolicionistas cearenses. O grupo de mulheres negras do Cariri lhe presta uma homenagem (RATTS, 2014, p.).<sup>61</sup>

Entendo, com as observações oferecidas no trecho acima, que há uma espécie de concessão na memória coletiva. Nem todos os que construíram as lutas negras serão lembrados, alguns ganharam mais destaque do que outros, como o catraieiro Dragão do Mar, único negro a compor a pintura do quadro Fortaleza Liberta.<sup>62</sup>

**Figura 19-** Quadro Fortaleza Liberta, pertencente ao acervo do Museu do Ceará.



Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra11648/fortaleza-liberta-painel> Acessado em 01 de maio de 2024.

No entanto, todos os brancos que assumiram alguma posição de destaque no movimento abolicionista foram homenageados de algum modo, seja tendo seus nomes estampados em rua e equipamentos públicos, ou tendo suas imagens perpetuadas através dos tempos no formato de estátua, dentre outras formas possíveis. Recentemente, Preta Simoa tem

<sup>61</sup> RATTS, Alex. A diferença negra e indígena no território: observações acerca de Fortaleza e do Ceará. (GEOSABERES) Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 7, num. 2, 2016.

<sup>62</sup> OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. Memória em disputa: o negro e a abolição no Museu do Ceará. In: FUNES, Eurípedes; RAMOS, Francisco Régis Lopes; RIBARD, Franck Pierre Gilbert; RIOS, Kênia Sousa (orgs). África, Brasil, Portugal: História e Ensino de História. Fortaleza: Editora da UFC, 2010. p. 252-267.



sido homenageada em eventos festivos como o carnaval de Fortaleza no ano de 2019, ou ainda, tem sido apresentada em pesquisa monográfica, assim como, tem inspirado a criação de políticas públicas de cotas em concursos públicos, têm tido seu nome em coletivos no Cariri e representações imagéticas como a que se encontra no Anexo Bode Ioiô do Museu do Ceará no Centro da cidade (ALVES, 2016).

De acordo com o professor Carlos da Silva, no projeto Salvador Escravista<sup>63</sup>, existem dois tipos de homenagens: aquelas consideradas controversas e outras consideradas reparadoras. As primeiras são geralmente confeccionadas para brancos que foram escravistas, considerados nobres e tendo por garantidos a ocupação dos lugares centrais nas memórias das cidades. Enquanto que as homenagens reparadoras, figuram aqueles que pretendiam ser esquecidos ou ignorados, e ao terem suas histórias revistas acabam por ocupar os lugares periféricos das cidades em ruas e/ou monumentos onde não há grande circulação de pessoas. Essa distribuição nos permite entender como o poder público lida com o tema da abolição e da liberdade da negritude, tanto em âmbito local quanto nacional.

As nomeações das ruas são marcadas pelos episódios de negação, culpa, vergonha, reconhecimento ou ainda reparação. Dessa forma, rebatizando avenidas, ruas, cidades e erigindo estátuas, cria-se uma nova configuração de exercício do poder e estabelecimento da cultura da memória. É, contudo, importante atentar que a revisão destas denominações não garante plenos direitos à população privada da categoria de cidadania plena.

Por exemplo, a avenida 13 de Maio, que ocupa uma das principais artérias da cidade de Fortaleza, assim também, como a avenida do Imperador, antigo *boulevard* em referência a Pedro II, atravessa os bairros: Centro, Benfica e Farias Brito. Estes são um importante canal de circulação da cidade. Ressalto ainda que outras ruas também homenageiam o segundo imperador brasileiro em outros três bairros na mesma cidade, são eles: Parangaba, Mondubim e Messejana.

A Princesa Isabel, cognominada "Redentora", foi homenageada com a Rua Princesa Isabel que também atravessa os bairros do Centro, Benfica e Farias Brito, assim como, em âmbito local, Maria Tomásia foi imortalizada por compor o quadro Fortaleza Liberta e por

---

<sup>63</sup>Salvador Escravista: Projeto que mapeia o Patrimônio relacionado a escravidão na capital da Bahia, seja na presença de pessoas negras, e pessoas escravizadas, assim como denuncia monumentos erguidos para homenagear traficantes de escravizados, e aquelas e aqueles que enriqueceram de forma perversa, tendo como principal fonte o comércio de pessoas no Atlântico. In:



presidir a Sociedade das Cearenses Libertadoras, associação de abolicionistas que reunia recursos para promover alforrias no Ceará entre 1881 e 1884.

Outros homens e mulheres brancos poderosos e abastados do Império, duques, coronéis e membros de institutos de construção da história oficial, foram e ainda são, comumente perpetuados em placas de ferro nas histórias das cidades.

A mesma cidade que carrega essa história coabita com homenagens ao Dragão do Mar, considerado um dos maiores heróis locais, cujo nome está em escolas, estátuas, empresas de transporte público e ruas que cortam bairros como os já citados: Meireles, Centro e Praia de Iracema. Esses logradouros abrigam alguns dos habitantes mais privilegiados da cidade e que convivem com a memória do jangadeiro (XAVIER, 2001).

O bairro Benfica também possui uma rua chamada Redenção em alusão ao episódio de Libertação dos Negros no Ceará em 1884. Além disso há, como já mencionei, uma cidade no Estado com esse nome, na localidade, temos uma das duas Universidades da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Ao ganhar uma universidade, o município passa a exercer um dos princípios básicos da liberdade, que é o acesso ao conhecimento. Esse princípio da liberdade é fruto de uma relação com o passado. Como a cidade foi projetada como território da liberdade? Como as políticas públicas e os historiadores contemporâneos a fundação da UNILAB usarem esse aspecto temporal para reviver constantemente essa memória?

O território que hoje leva o nome de Redenção, antes da abolição, chamava-se Acarape. A partir da valorização dos elementos ligados ao universo da escravização e da liberdade, também foram criados instrumentos como o Museu História e Memorial da Liberdade. O Memorial da Liberdade é um equipamento cultural que abriga uma casa-museu do período colonial, mantendo a mesma disposição de móveis inclusive, com um subsolo onde se pode visitar uma antiga senzala para experimentar a sensação de ser uma pessoa privada de liberdade.

Polak (1989) afirma que somos constantemente lembrados das tradições, dos costumes e de certas regras de interação, mantendo, deste modo, as referências latentes do colonialismo. O Memorial da Liberdade tenta nos fazer retornar para o lugar de escravização e para as sensações de privilégios e de submissão nos projetando e remetendo a esses imaginários. Segundo o mesmo autor as hierarquias e classificações se mantêm nessa memória estruturada, ele assevera que: “definir o que é comum a um grupo e o que diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais”.

Em 1984, estávamos há 100 anos da libertação local e as organizações abolicionistas eram compostas por pessoas brancas. Não é de se admirar que essas figuras predominaram, posteriormente, na memória da cidade de Fortaleza. Há uma duração, continuidade e estabilidade apontadas pelo autor para consolidar essa memória elitizada.

Em quais suportes esta memória foi solidificada? Em quadros, telas de arte, em nomes de rua, em celebrações destinadas àqueles sujeitos. Polak (1989) nomina esse processo como sendo a “formalização da memória”, como exemplo, podemos citar: Maria Tomásia, a Rua 25 de Março em oposição aquelas que o autor chama de “memórias subterrâneas”, que integram as culturas minoritárias e dominadas, elas estariam em oposição à memória oficialista.<sup>64</sup>

As homenagens relacionadas ao 25 de Março, como a celebração de senhoras e senhores que compuseram as sociedades brancas que negociaram o processo de abolição, são consideradas controversas por não se tratar de uma demanda coletiva da população negra. Essas carregam em si, ainda segundo Pollak, o “*caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional*”.<sup>65</sup>

Já as memórias que celebram figuras como o Dragão do Mar e Preta Simoa, entre outros negros e negras do século XIX, são reparadoras, à medida que insistem em reabilitar os sujeitos esquecidos e tirá-los das margens das histórias sobre a liberdade do povo negro. Essas memórias concorrem com a memória oficial. O autor aprofunda sua análise quando nos diz:

Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados, a memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.<sup>66</sup>

Percebemos a negação da presença de homens e mulheres negros que lutaram pela liberdade nos registros históricos da cidade. Essas pessoas não tiveram suas histórias perpetuadas, contadas ou historicizadas, causando grande contraste entre as memórias que foram erigidas em ferro, pedra ou cal nas cidades, e ainda, aquelas que foram esquecidas ou mesmo silenciadas. Observamos as constantes renegociações das liberdades em torno do 25 de

---

<sup>64</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15. Página 4.

<sup>65</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15. Página 4.

<sup>66</sup> Idem Página 4

Março, seja no campo da memória, da narrativa, da construção de histórias ou no agenciamento das lutas, na tentativa de fazer com que a data não se perca nos documentos de um tempo pretérito e, portanto, esquecido.

Mesmo com tantas referências ao longo do tempo sobre a sua existência, a data em questão era um dos principais feriados entre 1890 e 1923, quando perde espaço para o 19 de Março, que homenageia o então eleito, São José, padroeiro do Ceará. Em uma *live* promovida pela FETAM-CE e pela Secretaria de Combate ao Racismo da CUT, intitulada *A abolição no Ceará e a (re)construção da história afrobrasileira e indígena*, que foi ao ar no dia 25 de março de 2021, o professor Hilário Ferreira e a professora Joelma Gentil foram convidados para discutir o tema. Dando continuidade ao debate anterior, mesmo propondo o 30 de agosto como data mais importante para a liberdade das pessoas negras e com maior protagonismo desse grupo, o professor apresenta três formas de utilizar a data do 25 de Março:

[...] a primeira forma é as pessoas comemorarem, ao comemorarem a partir de uma perspectiva da história oficial você está comemorando e aceitando que a abolição nada mais, nada menos, que uma dívida dos brancos, na história oficial ela aborda que um grupo de jovens brancos da classe média, a partir de 1880 se reúnem e resolve lutar contra um sistema escravista no Ceará, ora ao aceitar essa abordagem você acaba silenciando sobre as ações dos negros que são praticamente os mais interessados pelo fim do sistema eu particularmente discordo dessa primeira abordagem, temos uma segunda abordagem que eu vi hoje nas redes sociais de um militante do movimento negro que diz que não se deve comemorar, não se deve levar em consideração o 25 de março. Eu particularmente discordo negar o 25 de março, porque o 25 de março quando você nega, você acaba deixando de lado um conjunto de ações praticadas pelos escravizados, pelos negros, pelos africanos no Ceará, que foram responsáveis por um processo, por uma ação de uma resistência negra que estrangulou, vamos dizer a própria existência e o fortalecimento de um sistema escravista no Ceará, que foi o tráfico interno, quando você diz: Não, não vamos comemorar, você silencia isso, e coloca na invisibilidade essas lutas e tem uma terceira abordagem, uma terceira via, **que é de usar o 25 de Março como fato histórico para se refletir sobre sua complexidade**, essa 3a via eu compactuo, me vejo filiado a ela, o 25 de março como eu falei é uma data, um fato histórico que traz em si dentro do ponto de vista histórico algumas contradições e uma complexidade (SOBRINHO, 2021, grifos próprios).<sup>67</sup>

Nesse momento, o historiador Hilário Sobrinho compreende que, após quase quatro décadas de enfrentamento ao Estado no que se refere à memória do povo negro cearense, os marcos devem ser usados para trazer à tona a agenda do debate racial, permitindo que mais pessoas se comprometam com a agenda antirracista. O 25 de Março deveria ser usado para debater a agenda antirracista e os eventos de agosto deveriam ser usados para celebrar o

---

<sup>67</sup> SOBRINHO, Hilário Ferreira, GENTIL, Joelma. FETAM-CE - Debate A abolição no Ceará e a (re)construção da história afrobrasileira e indígena. [Transmissão ao vivo]. Youtube. 25 de março. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sx0Af9fXsWM> Acesso em: 9 de março de 2022.

radicalismo e a coragem dos envolvidos na luta pela liberdade em outros tempos. O estudioso finaliza sua fala considerando que os marcos temporários do 25 de Março e do 13 de Maio são brancos e que, o povo negro não teria o reconhecimento necessário no protagonismo das lutas por liberdade.

Durante a mencionada *live*, questionada sobre o feriado do 25 de Março no Ceará, Joelma Gentil sinaliza que é um dia de reflexão crítica e exige dos militantes negros assumir um posicionamento político. Nascida em Fortaleza, ela recorda que quando ainda era criança, entre os anos 70 e 80, o 25 de Março, embora não fosse feriado, reunia uma agenda de festividades na capital com a presença de maracatus e de várias outras manifestações da cultura afro-brasileira. Joelma relata:

[...] eu ficava sem entender porque tudo era folclorizado, era de forma que tinha muita representação de correntes, eu enquanto criança não me sentia à vontade, eu não me senti bem naquela representação, eu vi hoje, adulta em várias redes sociais, eu vi essa representação, eu vi a abolição dos escravos, um termo que estão colocando até os segmentos de alguns movimentos sociais que é aquelas correntes assim quebrando, eu tinha um estranhamento com aquela situação que sempre que a referência era a população negra porque sempre era escravo, e foi a partir do movimento negro que eu fui adquirir mais conhecimentos, me apropriar da minha história enquanto menina, enquanto mulher negra do Ceará, descendente de reis de congo, de Russas, de linhagem dos sambas, foi preciso dessa ressignificação na minha história de vida também e trazer junto a oralidade da minha família para que eu compreenda também que não existe apenas um viés da história, há toda uma história que foi construída pela população negra e essa história ainda não está nos livros didáticos, as crianças, os jovens, os adultos, que estão estudando em escola pública, particular ou mesmo nas universidades e eles não tem tudo isso ainda no currículo oficial dos sistemas de educação (NASCIMENTO, 2021).

Joelma Gentil, realizou a pesquisa “Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes”,<sup>68</sup> na década de oitenta, na ocasião ela reconstrói a narrativa de sua vida e de sua família em meio à história do Ceará. Reconhecendo-se como protagonista na história do movimento negro do nosso estado. Observo em sua prática de oralidade também a tradição de manter aspectos que trariam as ancestralidades para o nosso debate, pois remete à avó, a mãe e a outros tantos elementos herdados na oralidade ligados a contação de histórias, as canções, as toadas e as rezas, não registrados em escrita ou outros arranjos ocidentais.

---

<sup>68</sup> NASCIMENTO, Joelma Gentil do. Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, 2012. 189 páginas.

A tendência de reflexões como as de Joelma Gentil, necessariamente, nos leva a reconfigurar as epistemologias, transformando as zonas urbanas também em quilombos urbanos ou quilombos da cidade. Esse arsenal de partilhas encontra-se com nossa interpretação de que esses grupos são produtores de conhecimentos, onde podemos entender a cidade como fonte, ou seja, como documento, e poder tratá-la como vestígio desse período de experiências negras. Percebo na fala de Joelma as memórias de uma mulher negra cearense pensada a partir de sua negritude e suas territorialidades, atenta para a tecnologia ancestral quilombista e formas autônomas e paralelas de ressignificar os lugares.

Tanto a corporeidade, a consciência racial e a do seu território permitem que Jô Gentil, como é chamada dentro do movimento negro, avance no debate racial e leve outras pessoas consigo. Tal postura me lembra Beatriz Nascimento, na qual entende que o movimento *soul* permitia aglutinações comportamentais, com desenvolvimento da corporeidade (voz, vestuário, postura), sexualidade, musicalidade e afetos comuns, que poderiam ser vivenciados dentro da comunidade negra.

No entanto, diferentemente de Beatriz, Jô Gentil acessa todo esse repertório de corporeidade na batida dos tambores do congo e do samba, mas também na oralidade. É ainda dentro da história de sua família que ela encontra elementos para alterar sua postura diante de sua vida e de sua história. Como militante do movimento negro desde os anos 1980, como professora e pesquisadora, Jô Gentil atravessou as datas do 25 de Março, 13 de Maio e 20 de Novembro preocupada em festejar, celebrar a liberdade de seu povo e, sobretudo, sem deixar de elaborar artimanhas para avançar nas movimentações por direitos.

### **3.3 Aquilombamento e Quilombismo: Maria Lúcia Simão e as lutas pelas liberdades negras no Ceará.**

Refletir sobre os aspectos da cultura e dos movimentos negros, sobre os marcadores de celebração dos tempos por Liberdade no Ceará traz à tona trajetórias e sentimentos individuais que se misturam ao coletivo. Para os sujeitos que combatiam o racismo de forma organizada entre 1982 e 1988, as datas de 13 de Maio e de 25 de Março ganharam uma leitura que se transforma ao longo das temporalidades e dos aniversários dos respectivos marcos.

No campo da chamada História Social, eu escolhi trabalhar com sujeitos, mulheres negras e homens negros, que construíram percursos que não fazem parte dos cânones de reflexões consideradas clássicas, trazendo à tona registros construídos pelo povo negro em

espaços auto organizativos para contribuir nos pensamentos humanos sobre a sociedade.

A partir desse momento dou continuidade a investigação em torno das ações das pessoas que mobilizam as discussões em torno desses marcos aqui no Ceará. O movimento negro que investigo, trata-se dos sujeitos reunidos coletivamente a partir dos anos 1980 no Estado e que pautavam a questão racial, autodeclarando-se negros a partir das experiências de sociabilidades, sejam na cultura, no afeto, ou ainda, nas violações e violências sofridas em âmbito individual e quando compartilhadas passaram a ser percebidas de forma coletiva.

Em 2022, parte desse grupo de pessoas que mobilizaram essa temática no território cearense reivindicaram o aniversário de 40 anos do início das suas atividades, trazendo à tona algumas questões a serem refletidas. As atividades do grupo haviam sido dadas início a partir do ano de 1982, ano de fundação do Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON).

A metodologia a ser desenvolvida neste ponto levará em conta narrativas orais de cunho público, publicizadas em plataformas como *Youtube* e que aconteceram em congressos, seminários e encontros com a temática da negritude. Este acervo de História Pública tem a particularidade de ser resguardada pelos nossos pares que se preocuparam em registrar em congressos e encontros. As falas individuais ganham peso por serem partilhadas em grupos que se interessam pela temática, tal qual, Maria Lúcia Simão que faz partilhas das suas experiências no 2º Seminário de Negros e Negras do Ceará, na mesa de abertura intitulada: “*Resistências e Movimentos Sociais*”, realizado de forma remota em 25 de agosto de 2021.<sup>69</sup>

Algumas pessoas que foram procuradas para conceder entrevistas não se disponibilizaram, algumas por optarem pelo afastamento dos movimentos, outras por não entrarem em consenso com seus pares, e ainda àqueles que não responderam à procura, então, optamos neste momento pelos relatos públicos.

Na apresentação do seminário supracitado, Lúcia Simão, em diversos momentos da sua partilha, revelou sobre a relação com mulheres da sua família, mãe e irmã, além do companheiro, amigos da igreja católica. Ela narrou, na ocasião, que foi preparada para tornar-

---

<sup>69</sup> 2º Seminário de Negros e Negras do Ceará realizado entre os dias de 25 a 27 de agosto de 2021. In: <https://www.youtube.com/watch?v=smigrJbqudc&t=4561s> Acessando em 19 de outubro de 2021. Maria Lúcia Simão é considerada por muitos militantes negros cearenses, como a matriarca do movimento negro no Ceará, pois se dispôs a construir a seção cearense do Grupo de União e Consciência negra – GRUCON – Ceará em 1982, a partir de uma ação da igreja católica que visou construir seções do movimento negro ligados a igreja católica em várias cidades do Brasil.

se freira religiosa no Rio de Janeiro, encerrando o 3º Ciclo de Formação para freiras. No entanto, com o adoecimento do seu pai, decidiu retornar à Fortaleza. A forte ligação com a família vai definindo suas escolhas de vida.

Pelo tempo em que esteve no Rio de Janeiro, durante a juventude, foi para a formação religiosa, mas é marcada por situações institucionais de racismo dentro da igreja católica, quando suas superiores foram questionadas sobre o fato de ter uma negra no quadro de religiosas em formação. Ela rememora àquela época de dor e tristeza:

Quando eu cheguei no Rio de Janeiro para morar com irmãs, para fazer todo o processo para ser religiosa, lá eu sofri. Eu sofri primeiro porque quando eu cheguei lá, o que se sabia no Rio de Janeiro era que negro, que o cearense não tomava banho, não gostava de trabalhar, que muitos cearenses chegavam lá e não gostava de trabalhar, que achavam que iam ganhar muito dinheiro sem trabalhar, era isso que era repassado sobre o cearense, e me perguntaram várias vezes: Está fazendo o quê na casa das irmãs? A superiora tomava logo a frente, a Lúcia vai ser religiosa, ela vai estar aqui para ser religiosa, colocavam a mão na cintura e diziam: O quê? E pode? Ela disse: Pode, a Lúcia é filha de Deus, **mas é preta** e eu na época sofria, chorava, dóia, me chamavam de preta era uma grande ofensa e eu fui o tempo foi passando, chegou o primeiro ano, o segundo ano, o terceiro ano, eu já tinha feito todos os que precisavam pra fazer a primeira procissão, eu me tornei religiosa, mas sempre levando na cara que ali não era o meu lugar (grifo meu, II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).

Lúcia Simão passou por situações de racismo na ordem religiosa que desejava compor, precisou se posicionar, argumentar e construir outra noção sobre o que era ser cearense, negra e cearense, sobretudo. Ainda assim, quando defendida pelas irmãs religiosas, era incorporada ao grupo de “filhas de Deus”, “apesar de ser preta”. Percebemos a contradição no uso da partícula “mas” para transmitir um aspecto de acolhimento quando na verdade reproduzia a desumanização sofrido pela noviça.

Lúcia contou que retornou para Fortaleza em 1982 e passou a participar de diversos encontros de bispos fora do Ceará, missas em homenagens a população negra em cidades como São Luís -MA, Recife-PE, com temáticas afro-brasileiras organizadas por religiosos negros (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).

Ao ser convidada para participar das atividades da Pastoral Operária no Maranhão, Lúcia chega a ir a uma missa e assiste a uma cerimônia com o protagonismo de jovens negros em roupas coloridas, dançando, incluindo o padre, esse ritual desperta estranhamento, surpresa, mas também, suscitou sua curiosidade.

Qual o espaço que a cultura negra teria dentro do catolicismo tradicional? Por que aquela interação despertou tanto estranhamento em Lúcia? Percebemos pela fala da futura

fundadora do GRUCON que ela ainda não havia tido contato com a cultura negra dentro do clero católico, causando assim, o espanto ao ver os presentes na missa afro.

Durante a sua fala de Lúcia no seminário, ela narra nunca ter presenciado uma celebração com aquelas características. O religioso que havia celebrado aquela missa percebendo a surpresa de Lúcia, coloca ela em diálogo com outros religiosos que promoviam atividades religiosas semelhantes.

Esse episódio permitiu que Lúcia percebesse as possibilidades de estabelecer embates contra o racismo valorizando a cultura afro-brasileira. As danças, as roupas, a forma descontraída da celebração, a abordagem do assunto sobre consciência negra, assim como, a alegria. Ela parte do entendimento que a culpa de não ter celebrações nesse formato no Ceará não seria fruto do racismo, mas sim, da ideia de que os negros no Ceará não procuravam os seus direitos. O eclesiástico teria solicitado o endereço da jovem para repassar informações sobre o debate racial, bem como, ele lhe repassou um contato para que ela pudesse procurar e, quem sabe, aprofundar o conhecimento acerca do tema da consciência racial.

No retorno para casa, ela conta o que passava pela cabeça àquela altura: “Sai da congregação, comecei a pensar: Como é que faço para falar com minhas amigas negras, os jovens, as crianças? Que não é o que se fala que no Ceará não tem negros?” (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021). Ao voltar para Fortaleza e para sua comunidade religiosa, Lúcia começa a formular ideias para construir intervenções junto a sua irmã e mãe. Ela passa a questionar o mito de que não havia negros no Ceará.

Durante o seu relato, ela apresenta o GRUCON – CEARÁ, Grupo de União e Consciência Negra fundado em 1982, como já mencionei, espaço pioneiro na problematização da presença do negro no Ceará, o grupo se mobilizava inicialmente dedicando-se a tarefa de desmentir a narrativa de que não havia negros em nosso território. Tentando ao mesmo tempo, construir uma ideia positiva do que seria ser negro:

O GRUCON surgiu de um grupo de agentes pastorais negros em São Paulo, eles trabalhavam na igreja católica como agentes de pastorais e como todo negro ele sentiu as dificuldades por serem negros e por estarem junto de outras pessoas que não eram negras sempre havia o questionamento, então houve um encontro dos Bispos em São Paulo e convidaram alguns agentes de pastorais negros para participar, sem muito entender o porquê do convite, eles foram e entre a pluralidade dos assuntos a ser debatido, um era o **Ser negro**, entendendo porque ser negro e o que eu testou fazendo aqui, e foi muito bom, muito proveitoso, esse grupo saiu desse encontro, eu acredito que esse grupo foi tipo quando eu conheci o GRUCON, doida pra repassar e ajudar outros negros e negras e jovens futuramente entender o que eles já haviam passado. (grifo meu, II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).



A força da articulação da igreja católica fica evidente quando ela reúne membros de congregações diferentes em São Paulo. O tema central da reunião revelou ser a intenção de formação do GRUCON em diferentes lugares do Brasil. Os custos com as viagens envolvendo as passagens, as hospedagens e a alimentação eram bancados pela burocracia da igreja.

Por que o interesse da igreja católica nessa temática? Como um dos centros mobilizadores da sociedade, a igreja estava preocupada em tutoriar também os movimentos que debatessem a questão racial para ter controle e impedir possíveis radicalismo. Acredito que fomentar o GRUCON era uma estratégia da igreja para acompanhar os novos movimentos sociais que estavam se consolidando a partir das demandas que surgiam.

De que modo se deu a escolha das pessoas que foram convidadas para esse evento de criação de células do GRUCON pelo Brasil? Por que Lúcia Simão foi escolhida no Ceará? Em outros lugares surgiram vários movimentos sem a intervenção, como o MNU no final da década dos anos 70.

Segundo Lúcia Simão, a igreja denominou de “grupo tarefa” aqueles que estavam envolvidos nas partilhas de saberes escolhidos pela igreja para estar no encontro que ocorreu em São Paulo. Nossa interlocutora, uma mulher negra, periférica e religiosa católica, era uma dentre os sujeitos que circulavam pelos espaços da instituição, mas que também transgrediam nos limites possíveis daqueles territórios cristãos. A transgressão pode ser observada nas brechas encontradas por ela para falar de negritude e dos aprendizados adquiridos nas trocas mencionadas acima. Aproveitava-se dos momentos quando recebia visitas em sua residência, ou ainda, nas viagens que fazia na companhia de seu parceiro como veremos nos relatos que se seguirão.

Ainda durante a apresentação na *live*, ela conta que foi convidada pelos bispos a participar de outros encontros na América Latina, como por exemplo: a Conferência de PUEBLA de 1979, que teve como tema a “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”, este evento compunha as Conferências Gerais das Episcopais da América Latina e Caribe (CELAM), organizadas entre os 1970 e fins dos anos 80 pela Igreja Católica. Percebemos que havia uma possibilidade real de trânsito, aprendizados e compartilhamento entre esses sujeitos, falamos aqui do fluxo possível de ideias, reflexões e entendimentos vividos em diversos locais além do território brasileiro (PIETRANERA, 2009).

Tais movimentos executados por Lúcia de transitar em outros territórios, a partir da responsabilidade de replicar o GRUCON no Ceará, nos dá um cenário de “movimentos globais”,

possíveis através de diálogos estabelecidos com setores da igreja, bem como, com outros movimentos sociais. A comunicação entre Lúcia e os outros indivíduos que também haviam assumido a tarefa de criar GRUCON em outros estados, iam sendo estreitadas, oportunizando as confabulações entre os sujeitos que enfrentavam o racismo nos mais variados formatos.

Ao retornar para Fortaleza, suas primeiras interlocutoras foram sua irmã e mãe. Considero que elas duas foram membras co-fundadoras do grupo no Ceará. No fortalecimento desse associativismo civil que pretendiam extrapolar para além da primeira configuração familiar, tal empreitada visava ampliar as redes políticas, criando fóruns, plenárias, colegiados e conselhos. A agenda da pauta racial passava então, a articular-se com questões globais, e projeções de novos horizontes para a sociedade. Recorro a noção de associativismo negro desenvolvida por Petrônio Domingues (2007), que acredita na necessidade e intensidade da vida dos sujeitos negros em convergência.

O objetivo era reunir pessoas negras em igrejas, bairros, sindicatos, dentre outros espaços coletivos e a partir deles desenvolver noções de superação do racismo e fortalecimento da raça. A herança dessa prática remonta à experiência das irmandades, dos grupos de desvalidos e outras formas históricas de organizações negras. Lúcia Simão estava se movimentando no Brasil no contexto truculento da ditadura civil-militar (1964-1985), período marcado por extrema repressão a todas e todos que levantassem o debate com a finalidade de tencionar as desigualdades brasileiras. Aderir a mobilização aos movimentos sociais no contexto da ditadura era uma estratégia válida e potente para enfraquecê-la por dentro.

A militante do combate ao racismo e de uma construção da negritude pelo orgulho de declarar-se negra ou negro enfrentava, portanto, não somente o racismo, mas também uma estrutura de poder violenta e autoritária. Em meio às limitações das estratégias religiosas, a rotina de trabalho, os afazeres domésticos, havia a difícil tarefa de performar, ou melhor, de se saber ser mulher, negra e engajada nos movimentos sociais existentes no início dos anos 1980. A armadilha posta em desfavor a vida da população negra era encarada por Lúcia de forma estratégica.

A militante afirma que até aquele momento, anos 1980, não conhecia nenhuma ação organizada que questionasse o racismo presente na sociedade cearense, principalmente com a negação dos sujeitos pretos oriundos do Estado. O GRUCON tentou articular-se com outros movimentos de pauta racial que existissem no Ceará, no entanto, na ausência de tais grupos,

acabaram por conciliar as táticas conjuntamente com os sindicatos, as associações de bairros, as pastorais católicas (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).

Ainda na fala exibida no 2º Seminário Negros e Negras do Ceará, realizado de forma virtual pela UECE, no campus Quixadá, em 25 de agosto de 2021, Lúcia Simão explica que a presença de pessoas negras orgulhosas de sua negritude no Ceará chegava a confundir algumas pessoas quanto as suas origens, identificando, por vezes, as militantes e os militantes como pessoas oriundas de estados como o Maranhão ou a Bahia, reforçando a tese de que não havia negros no Ceará.

Lúcia explica que ela e sua irmã responderam várias vezes o questionamento sobre o local de nascimento, pois as pessoas não acreditavam que mulheres negras, falando sobre combate ao racismo fossem do Ceará. Ao se reunirem para fazer as partilhas durante os encontros do GRUCON, perceberam que muitas pessoas negras respondiam eram inquiridas no mesmo sentido, sempre questionadas sobre as suas naturalidades, portanto, ficava evidente o desafio que precisava ser superado - a negação da existência de pessoas negras no Ceará.

As pessoas negras que compunham o grupo passaram a perceber o quanto as problemáticas individuais estavam relacionadas a uma estrutura que, agora em conjunto, deveriam ser combatidas. Em comunidade, esses sujeitos passaram a se expressar e dar a vista as suas formas culturais, econômicas e até políticas, demarcando assim suas identidades.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, as pessoas negras no Ceará continuaram a ser questionadas sobre o seu território de origem. Na identidade cearense parecia ser incompatível com a existência de negros e negras conformando o “tecido racial” da sociedade. É importante atentar que esse fato é reforçado por pesquisas não reconhecidas pela comunidade acadêmica, assim como, também não é reconhecida pelo movimento negro que os cearenses seriam descendentes de nórdicos e não de africanos escravizados nos séculos XVII, XVIII e XIX.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup>O estudo “GPS-DNA Origins Ceará” foi publicizado em 2020. A partir de 160 amostras genéticas tentavam demonstrar que predominava a ascendência branca na árvore genealógica dos cearenses. A pesquisa buscava desde 1969 confirmar a formação da população cearense como tendo influência da cultura branca em detrimento da existência negra e indígena. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/07/27/cearenses-tem-maior-influencia-genetica-de-povos-nordicos-do-que-de-indios-e-negros-revela-pesquisa.ghtml>. Foi uma publicação muito criticada entre os pesquisadores dos campos das ciências humanas. Acessado em 18 de janeiro de 2023.

Há uma tentativa histórica de desatrelar a presença negra no território do Ceará reforçando outras contribuições como a europeia em detrimento da cultura negra. Foi durante as viagens financiadas pela igreja católica para formação e durante as ações executadas pelo GRUCON que Lúcia teve contato com os mais diversos formatos de militância antirracista que buscava desconstruir a imagem de que não havia negros no Ceará.

A tarefa de firmar a própria existência e a de seus familiares se estendia do bairro onde morava para a congregação religiosa que frequentava e os demais espaços por onde circulava na cidade. A ideia de reforçada da inexistência de negros e negras no Ceará também negava, consequentemente a existência das pessoas que a cercava.

Lúcia fora acolhida na Paróquia Nossa Senhora da Piedade, no Bairro Joaquim Távora. Ao final das missas, os membros do GRUCON convidavam as pessoas para as reuniões que visavam a conscientização para a causa. O convite para participar das reuniões recrutava pessoas presentes nas celebrações dominicais e em todas as oportunidades durante as ações de evangelização, até mesmo, nas caminhadas pelo Bairro Piedade.

Uma das preocupações da militante passou a ser alargar o acesso às discussões e reflexões que ela alcançou nos encontros, missas e formações do “grupo tarefa”. A estratégia de cooptação e formação de quadros bases eram tecidas em reuniões regulares ocorridas semanalmente ou em períodos quinzenais, com leituras bíblicas e debates sobre situações de racismo vivenciadas pelos seus participantes.

Estando reunida em um grupo formativo, Lúcia passa a não esperar mais por ações do poder público ou de ações e/ou autorizações da igreja. As necessidades coletivas dos militantes iam organizando paulatinamente os sentidos de Negritude e Liberdade que consideravam necessários para o coletivo. A dinâmica estabelecida buscava construir e estruturar as lutas sociais do movimento negro local.

Alguns membros do grupo passam a fazer interlocuções com partidos políticos do campo da esquerda e exigir que eles pautassem as questões raciais de forma central e não apenas como “apêndices”. Outros fizeram interferência na política educacional, participando de debates sobre a necessidade do ensino de uma história que trouxesse a população negra sob a perspectiva, de valorização do continente africano, das contribuições da cultura afro-brasileira. Os ativistas da causa espreitavam as oportunidades para conversar com as pessoas negras nas ruas sobre a necessidade de se reunirem em coletivos e enfrentar o racismo que condenava a população negra a viver sem direitos. A batalha travada ia ao encontro da aquisição de direitos

básicos à população negra. A tática usada pelo grupo era distribuir panfletos para pessoas negras nos bairros para as reuniões do coletivo. O companheiro de Lúcia, William, era professor universitário no período e viajava bastante pelo interior do Estado do Ceará:

Meu marido era professor de uma universidade, ele viajava muito para os interiores, eu aproveitava e viajava com ele e enquanto ele ficava em sala de aula **eu saía pelas ruas, pelos bairros, conversando com pessoas negras**, porque naquela época que começou era consenso pra nós quando via um negro corria e ia conversar com ele sobre movimento negro, falar de negro (grifo meu, II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).

Conversar, dialogar, argumentar, expor com grupos e/ou pessoas a questão racial como um problema que a sociedade brasileira precisava enfrentar, somava-se a necessidade, percebida por Lúcia, da população negra aprender a *Amar ser negro*, tornou-se seu objetivo principal naquele contexto. A dimensão do impacto da presença e militância de Lúcia ultrapassa as fronteiras de Fortaleza e chega às cidades do interior do Estado onde o companheiro dela trabalhava.<sup>71</sup>

O ato de dedicar-se pessoalmente à ação de conversar, revela a urgência que ela via no debate racial. Circulava entre as gentes negras, procurando despertar o que já era considerado na época a consciência racial. Lúcia executava uma prática nos moldes do TEN – Teatro Experimental do Negro, agia de forma genuinamente coletiva e descentralizada, procurava com a sua fala mobilizar a identificação de outras mulheres e homens para a mobilização conjunta no combate ao racismo que tornava a vida de todos muito difícil. Acredito que as atividades realizadas em coletivo resultaram dos pactos e acordos pautados nas necessidades que se apresentavam em cada contexto.<sup>72</sup>

A experiência do Teatro Experimental do Negro revela um formato de resistência inspiradora para os movimentos negros como o GRUCON, pois o Teatro Negro atuava dentro de uma tradição de articulação política dos povos negros em diáspora, tanto nos espaços rural, como no urbano. Lúcia se remete aos movimentos sociais como algo que estava ganhando força entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, estando atrelado a movimentos de bairro, juventudes, de trabalhadores. Segundo ela: “naquela época nos anos 80, os bairros e periferias,

<sup>71</sup> Não sabemos identificar a partir das falas da militante quais as cidades específicas percorridas por ela e o esposo.

<sup>72</sup> O Teatro Experimental do Negro começa suas atividades no Rio de Janeiro usando a arte e cultura para convencer a sociedade a importância de valorizar o negro no Brasil. Naquele momento muitos atores brancos tingiam a cara e performavam papéis que representavam negros de forma pejorativa. O grupo operava na perspectiva de formar atores negros, mas sobretudo conscientizá-los da importância do enfrentamento do Racismo nos anos 1940. In: <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/?lang=pt> Acessado em 17 de Janeiro de 2023.

não somente aqui no Ceará, mas os movimentos eram para todos, o pessoal não tinha casa, queria construir casa” (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).

Ao fazer um balanço sobre o contexto, ela informa que acredita que se configurava uma menor perseguição às lutas por moradia, saneamento e educação, em comparação aos debates sobre as questões raciais. Esta questão repercutia de forma mais incômoda entre os membros dos movimentos sociais que não fossem do movimento negro ou que ressoassem nos poderes públicos.

Ela se inseria nesses outros modos de luta para se aproximar de mulheres, jovens, adultos, crianças, negras e negros sempre que possível sensibilizando esses sujeitos para o combate ao racismo. Entendo que aqueles que lutavam por moradia, saúde, emprego e acesso à educação, em sua grande maioria, eram pessoas negras.

Neste momento, percebo que Lúcia estava atenta aos debates travados nas esferas políticas e sociais, em uma conjuntura delicada devido à existência, à época, das forças repressoras da ditadura civil-militar. Ao acompanhar essas movimentações ela demonstra que política não se restringia aos aspectos ligados às eleições, mas a mobilização dos sujeitos que passavam a ganhar força.

Vemos tal movimentação muito explícita, na percepção supracitada de Maria Beatriz Nascimento, historiadora, referência nos estudos sobre o povo negro no Brasil. A pesquisadora atualizou e renovou os entendimentos sobre os quilombos no Brasil, quando ressignificou a lógica de que estes não seriam lugares apenas de fugas.

Beatriz atualizou o conceito a partir da ancestralidade, ela formulou a tecnologia do *Aquilombamento*, que, se expressaria na forma própria de organização das populações negras que tramavam a resistência e sobrevivência do seu grupo na diáspora. O conceito ultrapassou os séculos de presença negra no Brasil e tem alimentado e fortalecido os movimentos sociais negros (NASCIMENTO, 2018).

Além disso, Beatriz Nascimento era poetisa e pesquisadora, cursava mestrado quando foi brutalmente assassinada no ano de 1995. Seu legado vai muito além do que podemos compreender, dada a vastidão de sua produção, muitas permanecem não publicadas. Muitas pessoas negras dentro dos cursos de História não conhecem essa grande historiadora. Em minha

trajetória acadêmica, cheguei a cursar nove semestres no curso de História da Universidade Federal do Ceará e não tive contato com o seu legado naquela ocasião.<sup>73</sup>

Acessei o trabalho de Beatriz nos movimentos de mulheres negras locais e nacionais, trechos de uma de suas obras eram lidos, comentados, apareciam em faixas e cartazes. Meu encontro com a autora ocorreu recentemente, nas ocasiões das publicações feitas por pesquisadores do campo das Ciências Humanas a seu respeito. Experimento uma imensa satisfação em dialogar com Beatriz, e em colocar suas reflexões no texto que ora apresento. As práticas de Lúcia e os escritos de Beatriz se encontram em temporalidades vizinhas, o que me permitiu dialogar com ambas.

Quando Beatriz Nascimento evoca o quilombo como *Possibilidades nos dias de destruição*, entendo como um convite para todas e todos que constroem contra-leituras de mundo, no sentido de reestabelecer a liberdade do povo negro ao perceber que a prática quilombola não se restringiu as fugas e centralização da experiência comunitária como resistência do projeto de extermínio do Estado para com a população negra.<sup>74</sup>

A visão de Beatriz descola uma conclusão adiantada sobre os equívocos relacionados ao que comumente se entendia sobre quilombo, ou ainda, comunidades quilombolas. A autora arranca das dimensões coloniais esse conceito que percorrem historicamente as narrativas sobre o povo negro no Brasil.

A estudiosa Elisa Larkin elucida que o povo negro fez diversas formas de aquilombamento, tais como: a criação de terreiros, quilombos, associações, cooperativas, pastorais, maracatus. Nessa linha de pensamento, por exemplo, o terreiro de Candomblé mais antigo em funcionamento em Fortaleza, iniciou recentemente o seu processo de tombamento junto ao Secretaria de Cultura de Fortaleza, vale salientar que ele está completando 50 anos.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> Entre 2004 e 2008 cursei História na UFC e não tive contato com autores negros como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, entre outros. Embora nos dias de hoje essa realidade tenha se modificado, com a presença de um novo quadro de professores, dos quais podemos citar o professor Leandro Bulhões que traz esses autores em suas ementas de disciplinas. Entendo, contudo, que ainda há muito espaço para avançar quanto a inserção de autores e autoras negros para o debate.

<sup>74</sup> Foi no Instituto Negra do Ceará, assim como, com a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), além das ações da Secretaria de Igualdade Racial (SEPIR – CE) e da Coordenadoria da Igualdade Racial (COPPIR-CE), que obtive acesso e aprofundamento na escrita de Beatriz Nascimento.

<sup>75</sup> <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/02/25/terreiro-de-candomble-mais-antigo-do-ceara-da-entrada-em-processo-de-tombamento.html> Acessando em 19 de Janeiro de 2023.

Ao usarmos a perspectiva de aquilombamento para percorrer as práticas do GRUCON e dos movimentos negros cearenses que o sucederam, que é possível percebemos que a ideia de coletividade ganhou espaço através das duas práticas:

A retórica do quilombo, a análise deste como sistema alternativo, serviu de símbolo principal para a trajetória desse movimento. Chamamos isso de correção da nacionalidade: a ausência de cidadania plena e de canais reivindicatórios eficazes, a fragilidade de uma consciência brasileira do povo, todos esses fatores implicaram numa rejeição do que era então considerado nacional e dirigiu esse movimento para a identificação da historicidade heroica do passado (NASCIMENTO, 2022, p.240).

A escrita de Beatriz é central no entendimento que os movimentos negros protagonizaram no que diz respeito a mudança de seus referenciais de Liberdade e na revisão das reflexões e entendimentos acerca da força que teriam os quilombos na História do Brasil. Heroificações, celebrações e ancestralidade se cruzam aqui para o estabelecimento de novos marcos que de fato saudassem, a partir dos entendimentos daqueles escritos, e oportunizassem as recentes formas do negro de se perceber e ser visto pela sociedade. (NASCIMENTO, 2022).

Lúcia Simão, portanto, acessou esse debate estando a frente do combate construído pelo movimento negro. O formato do aquilombamento aparece na descrição da dinâmica do grupo no questionamento quanto às perguntas que negavam a presença negra no Ceará.

As perspectivas dos grupos que eclodem a partir dos anos 1980, com o aparecimento de grupos populares organizados na cena pública reivindicando seus direitos, batalhando pela dignidade coletiva, passando a se dedicar na luta pelo *direito de reivindicar direitos*. Estes grupos a partir das novas referências passam a cobrar Liberdades em outros formatos, se utilizando das passeatas, dos atos públicos, com a inserção em universidades. Neste sentido, ressalto que outros instrumentos e um novo arcabouço teórico passam a compor o repertório empregados nos protestos negros (DOMINGUES, 2007).

No que se refere às diferentes mobilizações e articulações dos povos negros na diáspora, Abdias do Nascimento (2019) amplia os horizontes de interpretação nos anos 1970 e 1980 sobre a população negra brasileira. O intelectual ampliou a noção de mundo africano, extrapolando para além do território africano em si, incluindo a população descendente desses grupos na América.

Abdias Nascimento (2019) traz à tona várias referências para se pensar a negritude, tais como: Zumbi, Chico Rei, João Cândido e, em acordo com Beatriz Nascimento (1976), os quilombos brasileiros e formação similares na África e América Latina, passam assim, a



reconhecê-los como símbolos da resistência pan-africanista (NASCIMENTO, 2019). As narrativas sobre as práticas quilombolas, assim como a de busca pela Liberdade encontra, nas narrativas das experiências de Lúcia Simão, particularidades que soam como espelho em movimentos negros espalhados por outros territórios do país.

Lúcia, como mulher negra e periférica, fala do racismo sofrido cotidianamente, o que concretiza a observação feita tanto por Abdias, como por Beatriz, ao apontar o quilombismo e aquilombamento do movimento negro do início dos anos 1980.

## 4 CAPÍTULO 03: ROTAS DE RESISTÊNCIA: CEARÁ E AS LUTAS NEGRAS.

### 4.1 Travessias da Resistências: GRUCON em movimento.

No mapa utilizado no capítulo 01, sinalizei os bairros onde o GRUCON atuava, totalizando três territórios da cidade de Fortaleza. Além dessas marcações, destaquei a residência de Maria Lúcia Simão e da igreja católica frequentada por ela.

**Figura 20-** Mapa de localização da Festa dos Cem Anos do 13 de maio, com distâncias entre polos de presença do movimento negro.



Fonte: BRASILEIRO, F.M.G; RIBEIRO, C.R.B. janeiro 2024.

No mapa podemos visualizar a intensa circulação dos personagens indicados e, por conseguinte, das ideias que eles portavam para a promoção do combate ao racismo, a relevância das mulheres negras, das partilhas das experiências de violência do racismo vivenciadas pelos militantes e da busca por Liberdade e direitos sociais.

Durante o 2º Encontro de Negros e Negras do Ceará, Lúcia citou também os trabalhadores e a juventude em sua fala como sendo os responsáveis pela construção de pontes e espaços de diálogos que fomentaram a mobilização sociais nas décadas de 1970 e 1980 no Ceará. Percebo que o seu corpo se tornou um canal de cruzamentos de diferentes interfaces de

buscas por direitos ao se comunicar com os movimentos sociais de moradia e juventude para amplificar o debate da questão racial.

Desta forma, legitimada pela prática, pela caminhada diária, pelo esforço de estar em diálogo com as pessoas, a nossa personagem passou a ser referência, agregando cada vez mais indivíduos ao GRUCON. Conforme informamos, inicialmente o movimento do grupo começou com duas familiares de Lúcia, passados alguns anos é possível perceber a ampliação e atuação de outros membros. A militante usava da criatividade para inventar outros modos de construir as desejadas pontes e diálogos, ou seja, novas dinâmicas para fazer política. Sujeitos mobilizadores como Lúcia Simão, outras mulheres e homens que passaram a fazer parte do Grupo de União e Consciência Negra compartilhavam as experiências dos seus cotidianos que em muito se assemelhavam e a partir de tal troca puderam elaborar formas coletivas de combate e superação do racismo.

De acordo com Lúcia Simão, os membros do GRUCON conjuntamente utilizaram variadas formas de diálogos, além da abordagem direta para alcançar e sensibilizar as pessoas. Utilizavam abaixo-assinados denunciando as práticas racistas de membros da mídia local ou ainda, para reivindicar inclusão de ensino de capoeira nas escolas. Passaram a buscar e sistematizar conhecimentos sobre a história do negro no Ceará, construindo além de uma história de existência e resistência, uma história de afetos mútuos, como Lúcia demonstra em sua fala ao contar suas histórias nas ruas com seus companheiros de coletivo.

O letramento racial que o GRUCON estava disposto a fazer consistia em se dispor a fincar bancos nas ruas, distribuir panfletos para conversar com as pessoas desconhecidas sobre noções que pudessem despertar para uma consciência racial na população. Essas formas de se organizar foram reconhecidas por Beatriz (1976) e Abdias(2019) como aquilombamento.<sup>76</sup>

Concordo com Hilário Ferreira Sobrinho, quando ele designa Maria Lúcia Simão como matriarca do movimento negro contemporâneo no Ceará. Ela é incorporada nessa tradição negra e matrilinear, é nessa óptica que vem sendo regido os movimentos sociais e tende, a meu ver, a seguir este curso, como já vem sendo desde os anos de 1980 até o presente, servindo de inspiração para coletivos específicos de mulheres negras e dando o tom para o mandato de

---

<sup>76</sup> A expressão *letramento racial* está sendo utilizada a partir de um contexto do entendimento atual, o conceito não existia nos anos 1980. Esse termo compreende a prática de educar as pessoas quanto às questões raciais. Embora não fosse um termo forjado naquela época, optei por inseri-lo neste texto fazendo as ressalvas necessárias.

vereadoras cuja participação é desempenhada de modo exemplar por mulheres negras periféricas.<sup>77</sup>

A reorganização do povo negro desde aquela época e a partir deste prisma, permitiu que as ações de Lúcia e as mulheres de sua família, assim como os demais militantes, sobreviventes no Bairro Piedade, servissem como exemplo para outros bairros da capital cearense, posteriormente, alcançando outras cidades já sinalizados nos mapas acima apresentados.

Em uma pesquisa feita em âmbito nacional nos anos 1980, o IBGE apurou que mais de 96% dos entrevistados do país afirmavam não ter preconceito de cor - como eram designadas as pessoas não-brancas naquele contexto, entretanto, de forma contraditória, os mesmos 96% teriam admitido conhecer alguém que demonstrasse atitudes racistas (ELPAÍS, 2014). Essa contradição entre não admitir ser sujeito que reproduz o racismo, mas identificar pessoas próximas que o faziam também é encontrada na partilha apresentada durante a palestra de Lúcia Simão no 2º Seminário de Negros e Negras. Ela narrou do seguinte modo:

Naquela época falar de negro, ser negro era uma ofensa muito grande, eu tinha uma dificuldade tremenda de reunir pessoas negras, porque sempre tinha alguma coisa, eu levei muito sol, tinha um motivo, uma desculpa porque era negro... Mas o que nós fazíamos? Começávamos a fala (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).<sup>78</sup>

Reconhecer-se negra ou negro é um complexo processo, que segundo Grada Kilomba (2019), envolve a descolonização de si antes de tudo, quando não somos o outro “branco”, inventamos nós mesmos e novos mundos para as nossas existências. Ao reconhecer-se negra e negro, muitos desses militantes passaram a construir dinâmicas de vida que envolviam a militância nos coletivos e a inserção de falas questionadoras elaboradas sobre o racismo em outros espaços, ou seja, a identidade da negritude foi sendo construída a partir da oposição ao ser branco e da reinvenção de si.

---

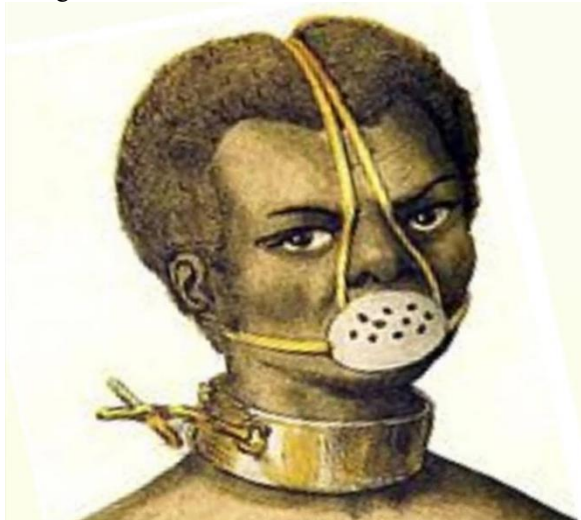
<sup>77</sup> Eleitas em 2020 a Mandata Coletiva Nossa Cara (PSOL - Ceará) é composta por três mulheres negras: Louise Santana, Lila M. Salu) e Adriana Gerônimo. Foram as primeiras parlamentares negras a compor a Câmara Municipal de Fortaleza no cargo de vereadoras.

<sup>78</sup> 2º Seminário de Negros e Negras do Ceará realizado entre os dias de 25 a 27 de agosto de 2021. In: <https://www.youtube.com/watch?v=smigrJbqudc&t=4561s> Acessando em 19 de outubro de 2021.

Tornar-se sujeito exigiu romper os silêncios impostos. Para Lúcia Simão, que verbalizou que era considerado ofensivo ser definido como negro ou definir-se como tal. Ela não compactuava com este silenciamento e considerava tal prática de cunho racista. A dificuldade que Lúcia relata de reunir pessoas negras atravessava, por certo, tanto o fato de as pessoas não conseguirem se reconhecer como negro/negra, assim com, pela disposição das mesmas de um tempo para essas reuniões, já que muitas eram trabalhadoras em jornadas de trabalho extenuantes, quando não, no caso das mulheres, precisavam conciliar as jornadas triplas: maternidades, trabalhos e estudos.

De forma insistente, mesmo em situações adversas, como sugere Lúcia, ela insistiu na estratégia de andar nas ruas e estabelecer diálogos na tentativa de exercer o que considerava mais importante e poderoso - a fala.

**Figura 21**-Imagem dos anos XX identificada como o Retrato de Anastácia.



Fonte: <https://todosnegrosdomundo.com.br/anastacia-livre/> Acessado em 1 de Maio de 2024.

**Figura 20** - Oração da Anastácia Livre.



Fonte: <https://todosnegrosdomundo.com.br/anastacia-livre/> Acessando em 1 de Março de 2024

A autora afro portuguesa Grada Kilomba (2019), usa a máscara de Anastácia representada na figura 19 para refletir sobre o silenciamento imposto para as várias gerações de pessoas negras e indica como o exercício dessa reflexão se torna uma importante arma de aquilombamento. Na tentativa de um exercício de reparação, o artista visual, escritor e dramaturgo Yuri Cruz, natural do Rio de Janeiro, restaura a imagem de Anastácia, agora do ponto de vista da Liberdade (figura 20). A mulher que na imagem original encara seus senhores diante da crueldade dos instrumentos de tortura, conta-nos a história do silenciamento de várias gerações escravizadas e descendentes de pessoas que foram sequestradas e trazidas à força.<sup>79</sup>

Partindo desse entendimento, Yuri Cruz (2019) constrói uma história alternativa de liberdade, na qual ela seria filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola. Na figura 20, vemos Anastácia livre das correntes, encara agora o seu observador levemente sorrindo e sendo sagrada através da oração ao lado de sua imagem.

À vista dessa simbologia, Lúcia Simão e todas que ousam falar com suas vozes e corpos me remetem aos questionamentos de Grada Kilomba e me possibilitou elaborar as

<sup>79</sup> Yuri Cruz é carioca, artista visual e dramaturgo, autor da obra que retira a mordaca de Anastácia, ele a livrada dos instrumentos de tortura tornando visível um rosto escondido há mais de dois séculos.

seguintes interações: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? Mulheres negras estavam nas ruas de Fortaleza e do interior do Ceará construindo redes de resistências negras, de enfrentamento ao racismo, mas desde quando? (KILOMBA, 2019).

Enquanto que na imagem original de Anastácia havia um pedaço de metal cobrindo a boca, amarrada em volta da cabeça, bochechas e testa, Lúcia e suas companheiras ousavam falar. As bocas antes amordaçadas estavam agora ousando expor as opressões sofridas coletivamente, desde o direito à memória ao direito à identidade cearense, afirmando a sua territorialidade, bem como, exigindo o direito à religiosidade, impondo o protagonismo de suas trajetórias no tempo presente.

Ao questionarem por educação, saúde, moradia, direito das crianças negras e do fundamental orgulho da sua ancestralidade, essas mulheres passaram a exercitar a fala. O protagonismo que lhes havia sido negado pela história oficial que celebrava e, ainda celebra, em placas e monumentos a histórias de pessoas brancas. Enunciar, também é existir historicamente, é disputar o registro da História. Quando Grada Kilomba afirma que: “...nós nos tornamos o que o sujeito branco não quer ser, ao falar escrevemos nossa própria história, não somos descritas” (Kilomba, 2019, p.34). Tornar-se narradora para Grada é um ato político, dessa forma, Lúcia e outras mulheres e homens passam a exercitar seu direito a disputar a arena política com vistas a alcançar as Liberdades almejadas.

Pontuo que dentro do processo de pioneirismo abolicionista do Ceará, essa centralização em torno da importância do poder da fala foi manuseada e utilizada durante os anos de 1980 para diminuir os efeitos do racismo no Ceará. Lúcia destaca, sobre a fala de interlocutores negros com quem teve diálogo durante viagens com o seu marido, William: “Nós moramos aqui no interior, porque houve a abolição, 1º estado que houve a abolição foi o Ceará, então os negros que foram, que não precisavam mais deles, foram jogados nas ultimas foram pros interiores” (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).

A tentativa de negar o racismo através do pioneirismo dos conterrâneos foi uma estratégia do período colonial que obteve sucesso. Tal narrativa poderia funcionar para libertar os colonizadores e senhores de escravizados de quaisquer culpa, tendo em vista que os seus próprios irmãos de província haviam permitido a empreitada, promovendo a suposta liberdade oficial para a população escravizada. Esse sentido de Liberdade serviu durante muitas décadas para escamotear o racismo agenciado pela população branca e colocá-los em lugares de

benfeitoria, associando-os a benevolência, a decência e a civilidade ocultando a fantasia branca colonizadora da percepção do negro como inimigo intruso.

Maria Yasmin Rodrigues do Nascimento, historiadora, defendeu em sua dissertação intitulada: “Invenção da Liberdade: O Instituto Histórico e o Discurso Racial no I Centenário da Abolição (1984)”, que os heróis abolicionistas no Ceará estavam presos a uma escrita colonialista, onde os mesmos demarcaram uma narrativa profundamente racializada no privilégio das pessoas brancas (NASCIMENTO, 2018).

A autora afirma que ao formularem um sentido de liberdade onde os mesmos apareciam de forma positiva, eles escondiam o patriarcado, racismo, o sexismo e o epistemicídio que foram bases de seus escritos. Essas lembranças, segundo Maria Yasmin (2018) era uma tentativa de também serem sacralizados junto com seus feitos.

Seguindo nessa linha de reflexão, Lúcia Simão, na contramão da celebração da branquitude redentora, opta ainda nos anos 1980 a agir e partir da prática da militância na construção de movimentos sociais. Ela funda o GRUCON e mobiliza pessoas negras para se conscientizarem da necessidade de combater o racismo e lutarem por direitos sociais. Os militantes reunidos em torno do mencionado grupo, dialogavam também através da perspectiva de classe, reconhecendo-se como trabalhadores pobres. Pode-se comprovar isso no momento em que Lúcia é apresentada no 2º Seminário de Negros e Negras pela professora Zuleide Queiroz da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Ao descrever a trajetória profissional de Lúcia, a autora reforça:

Funcionária Pública, trabalha no Hospital Walter Cantídio UFC, trabalha há 37 anos, graduada em Ciências Religiosas pelo IPI e em filosofia pela UECE, especialista em Planejamento Educacional pela UVA, AGENTE DE PASTORAL, coordena a pastoral Afro em Fortaleza. Fundou o grupo CEU no Ceará e associação Maracatu Nação Iracema, terapeuta comunitária, casada e tem 3 filhos, fundadora do primeiro grupo de resistência negra, tinha o sonho de ser freira, e seu pai disse que “para ser freira ela tinha que ter um dote, e preto não podia ser religioso” Lúcia então abandona esse sonho (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).

Na ausência de condições financeiras para ter um dote, Lúcia não seguiu o projeto inicial de vida que era o de se tornar freira. A situação econômica dela não era algo particular seu, a maior parte da população negra vivia e vive em condições sociais subalternas, algumas destas pessoas se mobilizaram em torno da humanização de suas vidas e na construção de uma sociedade sem racismo.



O currículo da palestrante nos dá a ideia de que mesmo em ocupações formais ela se importava e percebia a desigualdade entre os seus, mesmo que tivesse tido acesso aos estudos, privilégio que a maioria ao seu entorno não tiveram. Ao militar em movimentos antirracistas ela não impedia que os membros do GRUCON participassem de ações partidárias, reuniões sindicais e de embates estudantis. O movimento negro congregou deste modo, os debates das questões relacionadas a classe, a raça e ao gênero.

Ângela Davis operou esse debate em 1981 ao escrever e lançar o livro: “Mulheres, Raça e Classe”, traduzido somente em 2016 para o português. Crítica de uma esquerda ortodoxa, Ângela afirma que o enorme espaço que a categoria de trabalho ocupava em 1981 na vida das mulheres negras reproduzia um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão, onde elas eram responsáveis da mesma forma que os homens pelo trabalho nas lavouras de algodão e ainda eram tidas como “reprodutoras”. Avaliando os discursos de abolicionistas ela afirma sobre o discurso da abolicionista Angelina Grimké:

No discurso de apresentação ela apresentou uma teoria e uma prática radicais que poderiam ter se concretizado por meio de uma aliança entre o operariado, o povo negro e as mulheres. Se conforme, disse Karla Marx, “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro, também é verdade que, as lutas democráticas da época – em especial o combate pela igualdade das mulheres – poderiam ter sido travadas de modo mais eficiente em associação com o combate pela libertação negra. 2016, p.78

Ângela Davis (2016) discorre como a emancipação continuou a ser uma busca das mulheres negras mesmo após o processo da abolição e que, em sua imensa maioria, elas eram predominantes da classe trabalhadora, como Lúcia Simão, além de pautar a questão racial, também engrossavam os movimentos de organizações trabalhistas na defesa das mulheres negras trabalhadoras (DAVIS, 2016).

É importante que classe e raça, assim como, a categoria de gênero, não fossem diluídas como massa amorfa. Há particularidades e as fronteiras sobre esses estudos estão cada vez mais desenvolvidas. Ângela Davis (2016) nos encoraja a pensar que eram, e ainda são, as mulheres negras que apossavam as conspirações por liberdades abolicionistas e que mesmo após um século do processo de construção da Liberdade continuavam a tentar esgarçar o conceito de Liberdade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os negros (pretos e pardos) eram a maioria da população brasileira em 2014, representando assim 53,6% da população. Os brasileiros que se declararam brancos somaram 45.5%. A participação dos

negros entre os mais pobres aumentou na população de forma que os 10% mais pobres com renda média de 130 reais por pessoa na família. A partir desses dados constatou-se que a população negra continua sendo majoritária. Os números do IBGE demonstram que, em 2014, os 50% mais pobres do Brasil recebiam 13,3% do total da massa de renda do país. O percentual se manteve praticamente estável entre 2011 e 2014, depois de ter crescido nos anos de 2004 (10,6%) a 2011 (13,1%).

Dentro desse quadro de análise, os números relacionados gradativamente se destacam pelo posicionamento da população negra em situação mais frágil, noto que esse cenário deveria ser mais grave ou semelhante aos anos anteriores. Concluo que, muitas das mulheres e dos homens que construíam o GRUCON estavam entre as pessoas de classe menos abastadas.

Em 2004, o IBGE concluiu que negros eram a maioria entre os desempregados e trabalhadores informais no país, eles compunham cerca de 64,2% da população em trabalho informal. Vários instrumentos oficiais foram criados para constatar dados que o movimento negro já percebia nas suas vivências, como o informativo de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Segundo este informativo, a população negra representava 75,2% da parcela da população brasileira com o menor ganho, isso 30 anos após o início das atividades do GRUCON.

A situação agravava-se quando consideramos o gênero na análise, onde: as mulheres pretas ou pardas, recebiam em média apenas 44% dos rendimentos dos homens brancos. Já os homens negros ganham 56,1% dos rendimentos obtidos por um homem branco. Enquanto que 15,4% dos brancos do país estão na faixa da pobreza, 32,9% dos negros compartilham a mesma faixa. Na linha da extrema pobreza 3,6% são brancos e 8,8% pretos e pardos.

Ângela Davis acredita, desde os anos 1980, que a militância pelos direitos das mulheres negras e contra a discriminação racial e social caminham juntas, é nelas que nos baseamos ou pensar sobre a condição do negro na sociedade (DAVIS, 2016).

Os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta o cinismo da população brasileira em admitir essa complexa realidade, como também, representa a profunda desigualdade reservada à população negra com baixos salários. Sueli Carneiro (2001) usou a expressão *matriarcado da miséria* criada por Arnaldo Xavier (1997) para destacar a situação na qual muitas mulheres negras se encontravam no contexto dos anos 2000, enquanto o movimento de mulheres negras organizava-se para participar da “III

Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, realizada em 2001, em Durban. A autora enfatiza:

A expressão “matriarcado da miséria” foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país. (CARNEIRO, 2011, p.130)

Retratadas dessa forma, acredito que os dados confirmam as autoras e autores que questionam essa estrutura profundamente vivenciada pelas mulheres negras na sociedade. É essa inconformidade que mobilizou muitas delas, como no exemplo apresentado de Lúcia Simão, sua irmã, mãe, Rosa, Jô Gentil, e outras a se organizarem e lutarem contra o racismo.

#### 4.2. Balanço do associativismo negro no Ceará: a mobilização de tecnologias de sobrevivência.

O GRUCON nasceu no seio da igreja católica e da família de Lúcia Simão, tendo a inquietação da ex-noviça como sistematizadora inicial, outras pessoas que não eram católicos praticantes, mas membros da comunidade, bairro, territórios próximos passaram a compor o grupo posteriormente, dando continuidade às ações desenvolvidas no coletivo. Uma grande parte deles passaram a comunicar uma identidade negra reelaborada na coletividade, na constituição de uma luta, no reconhecimento da interseccionalidade, símbolos e ações necessários à sua dignidade. Muitos participantes entre jovens, homens e mulheres buscavam vivenciar ideais de engajamento, solidariedade, confiança, tolerância e a riqueza da vida associativa.<sup>80</sup>

Entre os diálogos do GRUCON estava a ênfase da auto estima, quando Lúcia e outras mulheres aprendem juntas a “aprender a gostar de ser negra e repassar para outras pessoas” (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021) como ela mesma narrou. Acredito que mulheres negras, além das questões dos direitos e a própria luta pela justiça social e a liberdade, estavam constantemente envolvidas no debate sobre a auto estima, uma vez que, sempre experimentaram as violências ditadas pela mídia sobre os ideais de beleza e, por que não dizer, da estereotipada figura do cearense.

Lélia Gonzalez (1990) nos alerta que o gostar-se e aceitar-se passa também pelo debate da aparência física, além da questão econômica, da participação de parlamentares negras, assim como, os estereótipos historicamente atribuídos às mulheres. Em “Primavera para Rosas Negras”, onde a autora trata sobre o racismo como as mulheres negras, ela afirma:

Parece-me que o primeiro trabalho a ser feito, no interior da própria comunidade, é despertar uma consciência da beleza da própria imagem o chamado Black's Pride (Orgulho Preto). Ter a etnia valorizada. Acho que temos que recorrer aos mitos, as histórias, uma literatura infantil em que a criança esteja presente. É fato também, que o belo está associado ao saudável: dentes, ossos, cabelos sem piolho... aí entra a discriminação. [...] De qualquer modo, é necessário criar e afirmar uma nova estética: “Sou negra, vou me vestir como negra: tenho direito a usar minhas cores, a ser criativa para me valorizar dentro meu potencial (GONZALEZ, 1990, p.377)

---

<sup>80</sup> O conceito de interseccionalidade indicado por Ângela Davis, reflete sobre a urgência de estabelecer conexões entre gênero, raça e classe no debate de combate às opressões, não estabelecendo hierarquia entre essas esferas. Ela admite que mulheres, negras e pobres são as que mais sofrem neste círculo de desigualdades sociais.

Quando Lúcia Simão atribui a um aprendizado o fato de gostar de ser negra no feminino, ela está se referindo às milhões de mulheres, e essa mensagem seria entendida como uma lição que passaria de uma mulher para outra. Percebo que além de coletivas, elas construíram uma parceria que entendia a liberdade como acesso ao amor próprio pelos seus próprios corpos e pelas suas trajetórias de vida. Lúcia encerra seu relato no 2º Seminário de Negros e Negras do Ceará realizado entre os dias 25 a 27 de agosto de 2021, informando que conseguiu articular missas celebradas em Fortaleza, na igreja da Piedade e no Bairro Antônio Bezerra com a temática afro-brasileira.

Algumas pessoas que haviam composto o GRUCON passam a questionar a ausência de autonomia do grupo e sua relação com a igreja católica, que fazia-se presente em todas as reuniões com padres e outros religiosos que não eram negros e negras. Membros do grupo como Hilário Ferreira Sobrinho e Francisca Sena, dissidentes deste primeiro grupo, criticaram e questionaram o papel da igreja nas reuniões dos grupos.

Estes sujeitos objetivavam autonomia em relação à Igreja Católica e proposições da agenda de combate ao racismo que, eventualmente, poderiam ir contra as intenções da instituição. Ao valorizar a cultura religiosa de matriz africana, por exemplo, estariam indo contra o dogma católico. Portanto, aquelas e aqueles que se posicionaram de forma crítica a algumas ações da igreja dentro do GRUCON não foram mais tolerados dentro do coletivo pelas autoridades eclesiásticas.

Quando Lúcia Simão narra o desmembramento do GRUCON em outros grupos antirracistas, como o Filhos da África, Agentes Pastorais Negros, ou um grupo se deslocando para o Movimento Negro Unificado, ela destaca que esse movimento de fragmentações “não pode ser visto como uma separação, mas como caminhos a partir de especificidades de gênero, religiosidades, idades” (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).

Dentro da organicidade da igreja os membros do coletivo passam a questionar o controle excessivo, proibições e restrições que esta fazia ao grupo, então começaram a aliar-se a outros militantes negros e fomentar esse debate em outros territórios e formando alianças outras, como na Universidade Federal do Ceará que gera o *Seminário Negra da Negada* em

1992, com a participação de pesquisadores da temática racial, na. São passos que já nos anos 1990 revelam o afastamento de alguns setores do movimento negro da igreja católica.<sup>81</sup>

Estes sujeitos se reorganizam nos debates antirracistas e conseguem fortalecer seus próprios movimentos sociais, agora sem o auxílio da igreja, encerrando os anos de 1990 em um panorama de extrema relevância para o despertar dos movimentos negros que não se resumem mais apenas ao GRUCON, contando na atualidade com as Agentes Pastorais Negras, com os Filhos da África e com o Movimento Negro Unificado (MNU). Estes foram os grupos frutos dos desdobramentos daquele primeiro grupo.

A Igreja Católica se fez presente no meu trabalho como lugar privilegiado da burocracia organizativa, na qual, pretendia se colocar como promotora e protagonista dos encontros ocorridos, mas é em Lúcia Simão e seus pares que os movimentos e trânsitos passam a se efetivar. São mulheres como Lúcia que viabilizam no campo concreto os diálogos em torno do combate ao racismo.

Ficou evidente pelas falas partilhadas coletadas que houveram tentativas de fiscalizar os movimentos ligados ao debate racial dentro da igreja, pois os padres e seminaristas tentaram acompanhar as reuniões, e mobilizações nas reuniões semanais. Entretanto as dinâmicas dos sujeitos se deram fora de qualquer previsibilidade, como nos atos tramados para além das paredes da igreja, e nas reuniões feitas nos lares dos participantes, fora do espaço eclesiástico.

No grupo dissidente e naqueles que não tinham acordo com o credo católico há o entendimento do genocídio cultural promovido por tal instituição. O movimento negro consegue mesclar, incluir e somar perspectivas antagônicas, tais como o reconhecimento identitário e cultural versus política e religião, demandas socioeconômicas e trabalhista. A complexidade do movimento negro está em entender como essas agendas passam a ser incorporadas junto com o debate de protagonismo da sua história ao definir o que é prioridade em cada período histórico.

---

<sup>81</sup> Hilário Ferreira Sobrinho e Alex Ratts entre outros militantes antirracistas em diálogo com o professor Eurípedes Funnes, que havia chegado a pouco tempo na Universidade Federal do Ceará, organizaram o Seminário Negra da Negada em 1992. Havia uma fita com gravações das palestras e festas realizadas durante o evento, mas esse documento foi perdido entre os militantes.

Ao observarmos todo o relato de Maria Lúcia Simão, Joelma Gentil e Hilário Ferreira percebemos que são infinitas as possibilidades de exploração das narrativas, corpo-arquivo de experiências que se movem cada vez que é compartilhada. O retorno às experiências do passado dá sentido ao presente. Certamente que a experiência de mobilização e de luta dos anos de 1980 e o início dos anos de 1990 estruturam e definem a vida desses militantes.

As homenagens recebidas durante o 2º Seminário de Negros e Negras do Ceará, tendo a aclamação de vários movimentos negros em 2021, demonstram a relevância e o reconhecimento aos fatos compartilhados por ela durante a palestra, como a alusão aos fatos ocorridos no passado histórico para justificar suas relevâncias públicas e autoridades no debate do tempo presente.

Esta não é a primeira vez que Lúcia Simão revisita essas memórias, entendendo que sua narrativa não é concebida na hora que fala, mas é elaborada ao lado dos pares. Durante a apresentação da atividade virtual do 2º Seminário de Negros e Negras do Ceará, com audiência de mais de duas centenas de pessoas assistindo, confirma que é uma partilha valorizada pela comunidade negra.

Observamos ainda em Maria Lúcia um olhar retrospectivo e prospectivo, ao compartilhar uma dinâmica de eventos experimentados no passado, ela nos atualiza e amplifica o balanço necessário para revelar a estrutura organizativa do movimento negro no Ceará, do qual, ela é parte fundamental. No início de sua fala, fica demarcado que continua em atividade na mesma trincheira de luta. Ela narra o passado, mas propõe presentes e futuros, o tempo torna-se uma categoria complexo e em movimento sendo utilizado pela palestrante a seu favor (SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, 2015).

Atualmente eu desenvolvo um trabalho social com crianças, jovens, mulheres negras e que trabalho é esse? A valorização de cada um, de cada criança, cada jovem, fazendo com que esse grupo visualize que ele é gente, que ele tem nome, que ele pode, Ele quer, ele pode, ele deve fazer, ele deve ir em frente, ele tem força (II SEMINÁRIO DE NEGROS E NEGRAS DO CEARÁ, 2021).

Grada Kilomba (2019) ressalta a necessidade de criarmos novas configurações de poder e conhecimento. Acredito que Lúcia Simão ao efetuar esse exercício de trabalhar socialmente com esses grupos citados por ela: crianças, jovens e mulheres negras, era uma aposta que iria reconfigurar as possibilidades de conscientização coletiva em tempos pretéritos e presentes, como fica evidente em sua fala a continuidade de suas ações.

Sueli Carneiro (2001) é uma das maiores referências do movimento de mulheres negras do movimento negro contemporâneo, ela aposta que:

Para fazer a diferença na vida de mulheres negras brasileiras, temos de fazer mais que simplesmente esperar por um futuro melhor [...]. O que temos de fazer é nos organizar e nunca parar de questionar. O que temos de fazer, como sempre, é trabalhar muito (CARNEIRO, 2011, p. 129).

Lúcia Simão fez a opção da reflexão de Sueli Carneiro, optou por dedicar-se a busca da liberdade plena nesses grupos. As ações de Lúcia visavam a participação plena de mulheres negras, jovens e crianças no campo de acesso aos direitos. Esse ativismo de Lúcia, de escolher grupos historicamente mais oprimidos na estrutura social retorna a noção de quilombamento já exposta por Beatriz Nascimento (2006), que afirmava que quatro ou cinco negros reunidos em solidariedade racial também formam um quilombo. Basta um negro estar com outro negro ou consigo mesmo. Estar em diálogo coletivo com outras pessoas negras significava luta e avanço.

Os Movimentos Negros ao serem estudados são interpretados como dentro de uma nova visão dos movimentos sociais pós anos 1960, que se inaugura com a investigação sobre novos problemas, novos sujeitos e novos objetos. As teorias pós-coloniais ganham força na análise dos movimentos sociais e autores como Gayatri Spivak, Edouard Glissant, Franz Fanon, Homi K. Bhabha, Edward Said, Grada Kilomba entre outras, revitalizaram o debate teórico nesse campo, fortalecendo um pensamento anti-sistêmico.

Na *live* promovida pela FETAM-CE, no dia 25 de março de 2021 intitulada: “A abolição no Ceará e a (re)construção da história afrobrasileira e indígena”, Joelma Gentil do Nascimento, ao final das falas, apresentou o livro: “Trajetórias Históricas e Práticas Pedagógicas da População Negra no Ceará”, coordenado por ela e por Ivan Costa Lima. Nesta obra há artigos de Hilário Ferreira, Alex Ratts, além de textos da própria Joelma e outros militantes contemporâneos aos dois convidados. Após a apresentação do livro Hilário pontuou emocionado:

me pego refletindo na época dos anos 80 quando a gente estava militando nós não tínhamos nenhuma referência, além da historiografia oficial, eu jamais imaginei que nós seríamos as pessoas que iriam produzir um pensamento alternativo, aí hoje tem esse livro aqui (FETAM, 2021).



A emoção de Hilário revela como a produção do conhecimento no Brasil também é racista e como a historiografia contribuiu para que autores negros demorassem a chegar no mercado editorial. A escrita é encarada como uma nova agência pelos pesquisadores Aline Pereira e Vantuil Pereira, eles avaliaram que é no final dos anos 1970 que o processo de mobilização de disputa por essa agência se inicia, consolidando-se no final dos anos 1990 (PEREIRA; PEREIRA, 2021).

A publicação ao qual Jô Gentil e Hilário estão se referindo é “Trajetórias Históricas e Práticas Pedagógicas da População Negra do Ceará”, onde os dois possuem artigos. O racismo presente na sociedade e, conseqüentemente, na historiografia pretendia apagar a marca de segmentos subalternos, entretanto, com a presença destes militantes nos movimentos houveram avanços nos estudos e teorizações sobre as experiências negras dentro dos próprios termos da negritude.

A busca por liberdade concretiza-se nas reflexões em formato de escrita acadêmica, os militantes dos anos de 1980 alcançaram, portanto, o cumprimento de um ritual intelectual, que muitas vezes não havia sido ocupado por homens e mulheres negros, mas construíam concepções particulares de si e da sociedade (COLLINS, 2019).

Em “Colonização, Quilombos: Modos e significados”, Antônio Nego Bispo projeta sua voz quilombola em uma operação de contra colonizar a academia. Permitindo que o pensamento social brasileiro ganhe outras vozes além daquelas que o povo preto tem como referência como: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, pensadoras e pensadores de categorias como quilombo, quilombismo, quilombagem e aquilombamento. Bispo reafirma a importância de categorias próprias as experiências dos povos negros para as reflexões sobre o Brasil por se recontar (BISPO, 2021).

Mais que um movimento contrário aos grupos de pretensão hegemônica, Bispo permite que possamos retirar sujeitos dos altares de celebração e estabelecer entre eles uma confluência, seja em relação, em denúncia, em separação de experiências polissêmicas e aquelas eurrreferenciadas.

Escrever um texto acadêmico sempre é cercado de desafios e rituais a cumprir que nos leva a questionar nossas escolhas de continuar promovendo uma cultura que historicamente nos negou. Se abrigar na visão quilombola partilhada em textos de Antônio Bispo (2015) para falar de atividades do movimento negro entre os anos 1982 e 1995, sobre marcos cívicos e gente negra é construir mapeamentos de quilombos que se movem com o movimento desse povo.

Identificar territorialidades negras me trouxe a sensação de rastrear minha própria história, em busca de vestígios dos sujeitos que se dispuseram a disputar os marcos que contavam suas histórias e memórias no Ceará no retorno da democracia política dos anos 1980 e meados dos anos 1990. Periferias, coletivos, subúrbios, festas, missas, casas de reunião, todo esse espectro de ajuntamento de gente negra fez parte do espectro dessa pesquisa. Vejo nesses espaços dinâmicas que lembram indícios de práticas quilombolas, isto é, de mobilização de tecnologias muito antigas de sobrevivências.

Bispo (2021), afirma ainda, que são esses sujeitos em diáspora que ao encontrar-se forjam um movimento que trata de vida e vida viva, com agenda de direitos para o embate e disposição para a luta. As práticas comunitárias revelam que o maior comprometimento que os reúne é a busca pelas suas liberdades.

## 5 CONCLUSÃO

O pensamento acerca das identidades e corporeidades negras, desatando as construções sobre “O que é ser negro?”, levou-me aos escritos das professoras Nilma Lino Gomes e Neusa Santos, mais que intelectuais, elas são referências esperançosas para refletir sobre o futuro e sobre as tarefas de desembaraçar os “nós” feitos a respeito da nossa identidade. Nilma Gomes relaciona intrinsecamente a ressignificação e a politização da categoria de *raça* como forma de emancipar e construir uma imagem positiva do sujeito que se declara negro ou negra. Ainda em Nilma Gomes, identifiquei e compreendi na minha vivência que a identidade negra é elaborada na coletividade, sendo revelada nos processos de interação e reconhecimento mútuo, como acontece muitas vezes nos movimentos sociais, por exemplo o das Mulheres Negras o qual fiz parte.

Perceber que a minha experiência adoecida não era única, nem isolada me fez enxergar que o problema não estava na minha individualidade. Aquilo que eu encarava como obstáculo versava sobre os corpos que carregavam a mesma herança histórica e os mesmos indícios na cor da pele e traços negróides. Quando esses elementos, que outrora reuniam sujeitos com as mesmas dores e adoecimentos, passam a ser relidos de forma positiva e inclusiva, temos um encontro com nós mesmos e com as nossas histórias.

Neusa Santos é pioneira em apontar que ser “Ser negro, não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro”. Mesmo fundamentada em fenótipos, aquelas e aqueles que declaram sua negritude encaram a tarefa de redimir a história dos nossos

ancestrais. É essa ancestralidade que, segundo a professora Nilma reposiciona negras e negros em lugares de beleza e liberdade.<sup>82</sup>

Esta pesquisa nasceu, portanto, da minha trajetória enquanto militante antirracista do movimento de mulheres negras, da agenda pelo desencarceramento da população negra, do engajamento com o letramento racial e dos desafios encontrados como educadora para que a agenda do movimento negro estivesse presente nas escolas pelas quais percorri desde 2010, tendo colaborado para o cumprimento da Lei 10639/2003, que tornou obrigatório no currículo oficial da Rede de Ensino do país os conteúdos de História da África e da Cultura Afro-brasileira.<sup>83</sup>

Elegi essa temática por estarmos marcados pela negligência nos debates acerca da história do protagonismo do povo negro no Brasil, fenômeno que foi naturalizado pela academia, pesquisadores, escolas e políticas educacionais, deixando o diálogo sobre a África, a negritude e a liberdade do povo negro somente para o mês de novembro de cada ano. Ressaltamos que essa possibilidade de discussão não é uma constante dentro das instituições educativas, cabendo, muitas vezes, aos professores a idealização e a prática das manifestações de memória do povo negro e de suas lutas por voz e espaço social.<sup>84</sup>

Deste modo, passei a questionar como se deu o trânsito entre a mudança do marco de celebração de liberdade pelas mãos da Princesa Isabel, em 13 de Maio de 1888 para o 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares. Outras perguntas se impuseram no decorrer de meu caminho acadêmico, por exemplo: como se deram as articulações do movimento negro no Ceará que passaram a problematizar a mudança destas datas, bem como, a maneira na qual a patrimonialização da memória negra e seus agenciamentos institucionais protagonizaram esse processo, da mesma forma, interrogava-me sobre qual perspectiva a mobilização dos movimentos negros nas ruas passaram a impactar os sentidos do passado no imaginário coletivo e nas instituições que trabalham com memória nacional. Nesta altura do

---

<sup>82</sup> SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou. Às vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. - 1 edição - Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

<sup>83</sup> Assinada em 09 de janeiro de 2003, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a lei tornou obrigatório em âmbito nacional o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira. A ação foi processo de luta e conquista do movimento negro, desde as associações negras, clubes negros, confrarias, Frente Negra, Teatro Experimental do Negro que batalharam na luta por educação, alfabetização e instrução.

<sup>84</sup> O calendário escolar da educação básica costuma pautar nos meses de março, maio e novembro, neste último mês com maior ênfase, o trabalho em torno dessa temática. Muitas instituições só promovem nesses períodos o debate de combate ao racismo e a revisitação à História do povo negro, reforçando muitas vezes unicamente a relação escravidão/negritude, como se não existissem outras memórias para serem narradas.

trabalho, sabemos que estas questões se desdobraram metodologicamente na elaboração dos capítulos, por meio da exploração das fontes e dos debates teóricos.

Essas e outras reflexões foram ganhando cada vez mais força no processo de pesquisa e de construção deste texto. É necessário destacar o caminho do reconhecimento do movimento negro como parte fundamental na rememoração do processo da abolição da escravidão e também que no dia 30 de novembro de 2023 a Câmara dos Deputados Federais debateu e aprovou a PL 3.268/2021, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 22 de dezembro do mesmo ano, a lei que tornou feriado nacional o 20 de novembro, data que passa a ser celebrada agora como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Tudo muito recente e concomitantemente com a escrita e finalização desta pesquisa.

Ademais, no dia 15 de Março de 2024 foi inaugurada a exposição “Museu Pra Quem?” No Anexo Bode ioiô, do Museu do Ceará, que fica na Praça do Ferreira no centro da cidade de Fortaleza. Nesta exposição atuei na função de curadoria, pesquisa e coordenação do projeto. Esse trabalho aconteceu em concomitância com a escrita da dissertação.

Dia 21 de Março de 2024 foi inaugurada a exposição “Anas, Simoas e Dragões” no Museu de Arte Contemporânea do Centro Cultural Dragão do Mar. Nessa segunda exposição também atuei com a curadoria em parceria com Ana Aline Furtado.

Nestes dois espaços algumas das reflexões postas nesse texto ganharam o formato museológico, indo para as paredes com narrativas de destronamento, horizontalidade, ancestralidade, liberdades e lutas negras.

As celebrações de liberdade que investiguei e que, por conseguinte, acabei mobilizando – tanto na pesquisa quanto nas curadorias – têm sido utilizadas pelos movimentos negros de forma transgressora, ou seja, ocorrem quando os sujeitos e coletivos usam as rememorações para criticar o racismo da sociedade. Ao teorizar sobre as temporalidades e as memórias nas ciências do tempo e suas construções de consciências históricas, busquei em George Simmel (2017) as reflexões sobre o problema do tempo histórico. Ele discorre que o que se torna histórico está atrelado a um processo marcado por certa temporalidade, dito de outro modo, é a existência de um antes e um depois, cujos significados remetem a dinâmica fora da estabilidade, um fluxo do tempo não objetivo. Ele afirma:

O quadro histórico que temos de fato, tal como resulta de nossa pesquisa e do que nossa imaginação constrói, é composto de quadros parciais e descontínuos como os que acabamos de evocar. [...] A compreensão histórica é fundamental para a vida humana, pois assimila as imagens do passado como condicionantes do

prosseguimento da vida. É inconcebível dar o menor passo na vida sem ter alguma consciência das coisas passadas que a sustentam (SIMMEL, 2017.).

Constato que os sujeitos que mobilizaram a historicidade com poder de narrativa, antes da chegada de pesquisadores negros, sustentaram as bases historiográficas sobre o passado dos povos negros apenas na escravização, desprezando outras dinâmicas das vidas dos sujeitos afro-brasileiros. Portanto, ao reportar a experiência de negritude em temporalidades diversas, os pesquisadores costumavam usar como referencial basilar a escravização. Esta pesquisa se inscreveu nos caminhos da liberdade.

Aliás, o caminho da pesquisa de costurar as problematizações, os métodos e fontes dessa dissertação atravessaram a militância. Muitas vezes historiadoras e historiadores negras e negros são questionados sobre a relevância de suas escritas e quais as fronteiras que as separam de uma panfletagem antirracista, ou a classificação pejorativa de uma militância, encarada como algo que irá distanciar dos textos de historiografia.

Entretanto a História como ciência do tempo precisa continuar encarando a tarefa de colocar em diálogo o tempo passado, suas compreensões e os sentidos que concluímos nos nossos tempos e as expectativas que criamos com tempos futuros.

Desta forma tanto no campo museológico, como no historiográfico acredito que está posto a tarefa de enfrentarmos as contradições dos Patrimônios cristalizados e consagrados nas ruas de nossas cidades.

A pesquisa sobre as celebrações e rememorações não se esgota com essas páginas, ainda há muito material jornalístico para ser explorado, entrevistas, narrativas, livros, e materiais de acervo pessoal.

Pesquisas que trazem com protagonismos os marcos raciais de tensão, assim como priorizam as organizações onde a Luta Negra se coloca como centro do debate em diversos espaços precisam ocupar mais espaços nas academias brasileiras de História.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**; - São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALVES, Karla Jaqueline Vieira. **“Heróis” no cativeiro: discursos e silêncio no jornal Libertador sobre o protagonismo de José Napoleão e Preta Tia Simoa na luta abolicionista no Ceará (1881-1884)** – Monografia (Graduação) – Universidade Regional do Cariri, Curso de Licenciatura em História, Crato, 2016.

BISPO, Antônio Nego. **Colonização, Quilombos: modos e significações**; AYÓ, 2 ed. Brasília, 2021.

BRITO, Lúcia Helena; SILVA, Francisco Antônio. O LEGADO DA CULTURA POPULAR COMO FOLCLORE E A IDEIA DE NAÇÃO. I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI. Disponível em: [http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/O-LEGADO-DA-CULTURA-POPULAR-COMO-FOLCLORE-E-A-IDEIA-DE-NA\\_\\_\\_\\_O.pdf](http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/O-LEGADO-DA-CULTURA-POPULAR-COMO-FOLCLORE-E-A-IDEIA-DE-NA____O.pdf) Acessado em 16 de agosto de 2022

BULHÕES, Leandro. RIBEIRO, Cícera Rosângela Barbosa. O Aeroporto Pinto Martins e a consciência negra no Ceará. **Portal Geledés**, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-aeroporto-pinto-martins-e-a-consciencia-negra-no-ceara/> Acessado em 2 de janeiro de 2022.

CANCLÍNI, Nestor. **Culturas híbridas**. São Paulo, Edusp, 1989.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional**. 1ª edição, Appris. Editora, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. - 1º ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)**/Fernando Catroga. - Fortaleza: Edições NUDOC / Museu do Ceará, 2005.

CHAGAS, Mário. (1). MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. **Cadernos De Sociomuseologia**, 19(19). Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367> Acessando em 18 de Janeiro de 2021.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** - Volume 13. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. 2a edição, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas**. 7a . edição. São Paulo: Cortez Editores, 1997.

CUNHA PAZ, Francisco Phelipe. MEMÓRIAS DESDE A TRAVESSIA: agências das comunidades negras e a produção de uma memória contracolonial. In: **Tecendo redes antirracistas II** [recurso eletrônico]: contracolônização e soberania intelectual / Leandro Santos Bulhões de Jesus, Miguel de Barros e Renísia Cristina Garcia Filice (organizadores). - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**; tradução Heci Regina Candiani. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **O Sentido da Liberdade: e outros diálogos difíceis**; tradução Heci Regina Candiani ;] (apresentação Robin D. G. Kelley). - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

DOMINGUES, Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, nº62, p.19-48. 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista TEMPO**. Fascículo 23; USP.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. - 4 ed. - Rio de Janeiro : Pallas, 2018. 192 p. :il. ; 21 cm.

FERREIRA, Roquinaldo. **África, margens e oceanos: perspectivas de história social**. Editora da Unicamp, 2021.

FREIRE, Vitória Chérída Costa. **Maria Luiza Fontenele: educação e inserção política**, 2017. Dissertação – mestrado acadêmico - - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.

FUNARI, Pedro Paulo. **Palmares, ontem e hoje**. / Pedro Paulo Funari e Aline Vieira de Carvalho. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. / organização João José Reis, Flávio dos Santos Gomes - 1 ed. - São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério; Bueno, João Batista Gonçalves; Pinto Jr, Arnaldo. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História**/ Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/ Unicamp, 2013.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. - 1ºed. - São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda brasileira)

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Introdução - Uma história da Liberdade**. (Páginas 9 a 28)In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil** / organização João José Reis, Flávio dos Santos Gomes. - 1º ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GOMES, Flávio. SCHWARCZ, Lília M. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1 Edição.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (org.). **Lugar da mulher.** Rio de Janeiro: Graal Editora, 1982.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade;** tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2. ed.- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO NEGRA DO CEARÁ. Intervenção em Fortaleza: 13 de Maio dá lugar ao 20 de Novembro. **INEGRACE**, 2011. Disponível em: <https://inegrace.wordpress.com/2011/11/25/intervencao-em-fortaleza-13-de-maio-da-lugar-ao-20-de-novembro/> Acessado em 17 de Janeiro de 2021.]

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano.**; tradução Jess Oliveira – 1ed. Rio de Janeiro, 2019. Cobogó.

LOPES, Regis. **Caldeirão.** Fortaleza-CE. Eduece. 1991. 208p

LORDE, Audre. **Irmã Outsider;** tradução Stephanie Borges. - - 1 ed. - - Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019.

MALDONALDO-TORRES, Nelson . Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. El giro decolonial. **Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar; 2007.

MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da lei 10639/2003. **Revista POIÉISIS-** Revista do Programa de Pós Graduação e Educação – Mestrado - Universidade do Sul de Santa Catarina. UNISUL, Tubarão, v.7, n.12, p. 347-366, Jun/Dez, 2013. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1830/1313> Acesso em 19 de Janeiro de 2021.

MONTENEGRO, Emmanuel. **Ruas biográficas** - Fortaleza: Edições BPM -escritas da vida, 2021.

MOREL, Edmar. **Vendaval da liberdade: a luta do povo pela abolição** / Edmar Morel. -3,e.d São Paulo: Global, 1988.

MORAES, Renata Figueiredo. **As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908).** Tese de doutorado. PUC-RJ, 2012.

MOREL, Edmar. **Vendaval da liberdade: a luta do povo pela abolição** / Edmar Morel. -3 ed São Paulo: Global, 1988.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala.** (Quilombos, Insurreição, Guerrilhas). Edições Zumbi LTDA- São Paulo 1959.



MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. - 4ed. - Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **O QUILOMBISMO** [recurso eletrônico]: documentos de uma militância pan-africanista; prefácio de Kabengele Munanga ; textos de Elisa Larkin Nascimento, Valdecir Nascimento. - 1. ed. - São Paulo ; Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. 1a edição. Editora Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **Eu sou atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. (org) RATTIS, Alex. Instituto Kuanza, imprensa oficial, São Paulo, 2006. p.98-102.

NASCIMENTO, Beatriz. Quilombola e intelectual: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 488 páginas. 1ª edição.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **Invenção da liberdade: o Instituto Histórico do Ceará e o discurso racial no I Centenário da abolição (1984)**. 2018. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Interdisciplinar em História e Letras, Quixadá, 2018.

NERIS, Natália. **A voz e a palavra do movimento negro na Constituinte de 1988, 2018**. Editora Letramento, 1ª ed.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **As festas que a República manda guardar**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.4, 1999. p.172-189.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. SP: Editora Unicamp, 1995

PASSOS, Marcos Uchoa da Silva. **O valor do negro: o processo de musealização no Museu do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Para Além do Horizonte Planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2019.

PEREIRA, Júnia Sales. **Tensões identitárias e reconfigurações do passado| histórico na prática das Leis 10.639/03 e 11.645/08**. Páginas 168 a 192). In:África, Brasil, Portugal: História e Ensino de História./ Eurípedes Funes, Francisco Régis Lopes, Franck Ribard, Kênia Sousa Rios (organizadores). - Fortaleza: Editora da UFC/ Expressão Gráfica e Editora, 2010.

PIETRANERA, Fernando Glucklich. **A opção preferencial pelos pobres nas conferências gerais do CELAM Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado em Teologia Sistemática – PUCRS, 2009.

PORTAL GELEDÉS. **Grupo que idealizou o Dia da Consciência Negra teve de dar explicações à ditadura**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/grupo-que-idealizou-o->

dia-da-consciencia-negra-teve-de-dar-explicacoes-ditadura/ Acessado em 18 de Janeiro de 2021.

QUÍJANO, Aníbal. **Entre el “desarrollo” y la Des/ Colonialidad del poder.** (2010).

RIBARD, Franck Pierre Gilbert. **Etnicidade: contribuição para uma história das relações entre África e Brasil.** (Página 127 a 139). In: África, Brasil, Portugal: História e Ensino de História./ Eurípedes Funes, Francisco Régis Lopes, Franck Ribard, Kênia Sousa Rios (organizadores). - Fortaleza: Editora da UFC/ Expressão Gráfica e Editora, 2010.

REDAÇÃO. Intervenção. **Diário do Nordeste**, 2011. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/intervencao-1.772924?page=4> Acessado em 17 de Janeiro de 2021.

RODRIGUES, Abiglacy. Intervenção em Fortaleza: 13 de Maio no lugar ao 20 de Novembro. **Acervo Combate Racismo Ambiental**, 2011. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2011/11/23/intervencao-em-fortaleza-13-de-maio-da-lugar-ao-20-de-novembro/> . Acessado em 17 de Janeiro de 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Orgs.). **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015. p. 15-42.

SILVA, Marcos. **História: Que ensino é esse?** [org] Papirus Editora, 2006.

SIMMEL, George. **Ensaio sobre a teoria da história**, tradução: Estela dos Santos Abreu – Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

SOUTO, Stéfane Silva de Souza. **Aquilombamento: um referencial negro para uma gestão cultural insurgente.** Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social;** prefácio de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TSZESNIOSKI, Roberta Reis Bahia. QUELUZ, Gilson Leandro. Revisitando a nós mesmos: os caminhos da ancestralidade e temporalidade na construção de uma literatura afrofuturista. Estudos Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília. número 70 (2023) 13 páginas. In: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/75s7h6FdmT57YsDjFZRxZ4H/?lang=pt>

XAVIER, Patrícia Pereira. **Dragão do Mar: A construção do Herói Jangadeiro.** - Fortaleza. Museu do Ceará, 2001. (Coleção Outras Histórias)

ZUBARAN, Maria Angélica. **Comemorações da Liberdade: Lugares de memórias negras diaspóricas.** Anos 90, Porto Alegre, v.15, n.27, p. 161-187, jul, 2008.